



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

ELIANE SILVA DE PAULA

Um retrato da capital do Brasil em 1888
Sob a lente do jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

Orientador: Professor Dr. Paulo Paniago

Brasília
1º semestre de 2021

Eliane Silva de Paula

Um retrato da capital do Brasil em 1888
Sob a lente do jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

PROF. DR. PAULO ROBERTO ASSIS PANIAGO
(Orientador)

PROF^a. DRA. LILIANE M. MACEDO MACHADO
(Examinadora)

PROF^a. DRA. RAFIZA VARÃO R. CARVALHO
(Examinadora)

Resumo

Esta monografia teve por objetivo buscar identificar aspectos culturais, econômicos e sociais da capital do país a partir de pesquisa bibliográfica e análise do jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro de 1888. Foram analisados conteúdos de algumas seções do jornal e textos em destaque nas primeiras páginas que traziam narrativas sobre acontecimentos e eventos que se desenrolaram durante o ano analisado, com especial destaque para a Lei da Abolição. A pesquisa bibliográfica contemplou as áreas de história do jornalismo, história do Brasil e literatura brasileira.

Palavras chave: Jornalismo; *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro; História do jornalismo

Agradecimentos

Ao meu marido, Jair, pelo apoio incondicional, colaboração e compreensão sobre as necessidades com as quais me deparei para que pudesse concluir este trabalho, como dedicação integral, inclusive nos finais de semana, incontáveis horas de leitura e redação, atividades que significaram minha ausência quase que total nas atividades cotidianas e familiares nestes tempos de pandemia.

Ao professor Paulo Paniago, pela disponibilidade e paciência na orientação em todas as etapas da monografia, sempre com contribuições valiosas sobre estruturação, linguagem, tradução, referências bibliográficas, história do país e da capital na época analisada, bem como sobre literatura brasileira e estrangeira, temas aos quais dedicou seus estudos acadêmicos. Sem o seu aprofundado conhecimento sobre os conteúdos que perpassaram as páginas do jornal analisado, e que também fizeram parte de suas aulas de Jornalismo Literário, certamente não teria sido possível observar certos aspectos da vida cultural da capital refletidas no *Gazeta de Notícias*, em especial a literatura. Por este motivo, a inclusão do seu livro na bibliografia se tornou imprescindível, além de ter sido um privilégio ter estado sob sua orientação.

Lista de Figuras

Fig. 1	Parte Comercial, temas econômicos e financeiros.....	p.49
Fig.2	Anúncios de medicamentos.....	p.56
Fig.3	Anúncios de Viagens, Companhias Marítimas.....	p.57
Fig.4	Classificados: oferta de trabalho doméstico	p.59
Fig.5	Ilustração do Entrudo, 1883 e 1885.....	p.65
Fig.6	Carnaval de 1888, desfile dos Fenianos.....	p.68

Tabelas e Gráficos

Tabela 1	Teatros não-campestres segundo <i>Guia do viajante</i> , 1884.....	p.33
Tabela 2	Teatros campestres segundo <i>Guia do viajante</i> , 1884.....	p.34
Gráfico 1	Imigração por nacionalidade, final do século XIX.....	p.51

Sumário

Introdução.....	7
Referencial Teórico Metodológico.....	9
1 O <i>Gazeta de Notícias</i> no século dezenove: 1875-1900.....	12
1.1 Um jornal com o talento de seu fundador.....	12
1.2 Estratégias e inovações no jornalismo.....	13
1.3 O <i>Gazeta de Notícias</i> e a literatura.....	19
1.3.1 Publicações literárias na amostra de 1888.....	23
1.4 Contexto Histórico.....	25
1.4.1 Abolição, republicanismo, morte de Ferreira de Araújo.....	29
2 Diagramação e algumas seções do jornal.....	30
2.1 Telegramas.....	30
2.2 Teatros e.....	31
2.3 Canhenho.....	35
2.4 Júri.....	36
2.5 Crônicas da Polícia e os pequenos delitos.....	39
2.5.1 Estudos sobre o tema.....	40
2.5.2 Algumas instituições de segurança da época.....	43
2.6 Publicações a pedido.....	44
2.7 Parte comercial.....	49
2.8 Obituário, publicidade e classificados.....	54
3 Alguns temas da primeira página.....	60
3.1 Fevereiro e o Carnaval.....	61
3.2 Maio, o mês da Abolição.....	70
3.2.1 Os problemas de saúde do imperador.....	73
3.4 Segundo semestre.....	74
Considerações Finais.....	82
Referências Bibliográficas.....	88

Introdução

Para Alberto Dines (1986, p. 124), “o jornal é o fragmento da história e da memória de um país”. É conhecido que os jornais têm como tarefa intrínseca o registro dos eventos cotidianos, mas com o passar do tempo os fatos descritos e cronologicamente ordenados podem trazer informações e memórias sobre acontecimentos do passado, personagens e localidades, ainda que tais registros sejam elaborados a partir de um determinado ponto de vista. Com vistas a se buscar um *fragmento de história e memória*, o presente trabalho procurou informações que ajudassem a compor um retrato da capital do país em 1888, considerando traços culturais, econômicos e sociais, a partir da análise e olhar do jornal *Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro*, veículo que tinha sede em local nobre da cidade e era considerado por vários autores, citados ao longo do presente estudo, como um dos mais importantes do país à época, posição compartilhada com o *Jornal do Comércio*¹ também do Rio de Janeiro. Além do jornal, foi utilizada bibliografia e publicações com dados históricos que agregavam informações sobre a capital ou alguma de suas características.

Para alcançar o objetivo proposto seria necessário conhecer o periódico tanto sob o ponto de vista de sua história, como de singularidades, e a partir daí elaborar a análise. Assim, partindo da constatação inicial de que o jornal era sediado na capital do país, centro do poder político e administrativo, onde estava instalado o governo e o parlamento e era possível acompanhar com proximidade os acontecimentos relevantes da época, pois de lá partiam as decisões que repercutiam em todo país, foi necessário traçar como objetivos específicos: realizar levantamento bibliográfico sobre o contexto histórico que se desenrolava para compreensão e interpretação das narrativas e informações veiculadas pelo periódico, buscar obras de historiadores que abordassem o *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro e entender sua importância em relação aos outros jornais da época, e finalmente selecionar e analisar seções nas quais seria possível encontrar informações que pudessem contribuir para compor um retrato com algumas características da capital do país em 1888.

¹ Todas as grafias de nomes de periódicos, bem como de palavras que constavam nas transcrições de textos retirados dos jornais, revistas, livros e outras publicações da época, como o *Guia do viajante*, foram atualizados para o português corrente, haja vista que foram escritos antes das reformas ortográficas que se seguiram ao longo do século XX, nas quais os dígrafos “ph”, “th”, a letra “y,” e as letras duplas, foram substituídos por f, t, i, e letras simples. A atualização teve por objetivo tornar mais fluente a leitura.

A justificativa para se realizar pesquisa em um veículo de comunicação do século XIX, sediado na capital do país e que acompanhou acontecimentos que marcaram o período, foi a possibilidade de se encontrar não apenas “um” possível relato sobre eventos que marcaram o ano mas, sobretudo, buscar informações adicionais que possibilitassem conhecer um pouco sobre as características do próprio jornal e da capital do país às vésperas da última década do século XIX. Os pontos de interesse que nortearam leituras, análises, e pesquisas bibliográficas, buscaram respostas para algumas questões, tais como estas que se seguem: Como era o jornal considerado um dos mais importantes do país à época? Qual sua história, principais seções e conteúdos? Quais estratégias comerciais utilizava apesar de ter sido conhecido pelo preço popular? Como distribuía os conteúdos no layout que adotava? Qual a relação do periódico com a literatura inserida na publicação? Como o jornal descreveu os acontecimentos mais importantes do ano? E a partir desta etapa, finalmente, buscar responder questões centrais: Pelas informações obtidas, o que se pode saber sobre o Rio de Janeiro no ano selecionado para estudo? Quais características podem ser percebidas sobre sua população, infraestrutura urbana, cultura e economia local? Como a população da capital acompanhava os eventos que se desenrolavam nas instituições que sediava?

Assim, em termos de estrutura nos primeiros tópicos do trabalho foi descrita a história do *Gazeta de Notícias* até o final do século XIX enquanto estivera sob o comando de José Ferreira de Souza Araújo, que se destacava como um dos mais notáveis jornalistas de seu tempo. Foram também analisadas as características e inovações do periódico na atividade jornalística e sua estreita ligação com a literatura brasileira e portuguesa.² Posteriormente foram expostos relatos sintéticos sobre conteúdos que fizeram parte de algumas seções do jornal no ano analisado, com o objetivo de levantar informações sobre algumas características da capital. E com vistas a tentar observar com maior detalhamento a perspectiva do *Gazeta de Notícias* em relação à realidade que o cercava, foi também analisada uma parte dos conteúdos

² Grandes nomes da literatura publicavam textos no *Gazeta* com regularidade, o próprio diretor escrevia textos literários e crônicas, assinando Ferreira de Araújo, com que ficou conhecido no meio jornalístico, ou com uso de pseudônimos. Um dos mais conhecidos escritores e colaboradores do periódico foi Machado de Assis, que apenas na amostra analisada publicou 14 textos literários. E outros autores da época fizeram parte da publicação em 1888, como os portugueses Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, além de escritores estrangeiros publicados nos “folhetins”, sempre presentes na publicação.

da(s) primeira(s) página(s) que se relacionavam a capital, ao processo político que ali se desenrolava e, eventualmente, sobre algumas questões externas que ganharam destaque do periódico.

Nesta etapa do trabalho foram, ainda, descritos os principais eventos que, a julgar pelos textos das primeiras páginas, mobilizaram a cidade no ano, tais como: o Carnaval, que ganhava as ruas das áreas centrais durante três dias e marcava o mês de fevereiro com bailes e outros festejos; o processo que resultou na assinatura da lei que aboliu a escravidão no país; os festejos promovidos no mês de maio em comemoração à abolição; e o retorno do Imperador em agosto de 1888, após ter passado por um período de graves problemas de saúde enquanto se encontrava em tratamento na Europa. Finalmente, as considerações finais tiveram por intenção esboçar as relações que foram observadas entre os conteúdos publicados e o que se poderia perceber sobre a vida na capital no ano analisado.

Referencial Teórico-Methodológico

Segundo a pesquisadora Ana Paula Goulart Ribeiro, no artigo “Mídia e história: ambiguidades e paradoxos”,³ os meios de comunicação, ainda que trabalhem com informações do presente e o registro do cotidiano, acabam por se transformar em arquivos que permitem recordar o passado. Segundo a autora:

Os meios de comunicação têm um papel crucial na produção de uma ideia de história. Primeiro porque, ao mediar a relação dos sujeitos com as transformações do seu cotidiano, produz, no âmbito do senso comum, sentidos para os processos históricos nos quais esses sujeitos estão inseridos. E segundo porque aponta, entre todos os fatos da atualidade, aqueles que devem ser memoráveis no futuro, reinvestindo-os de relevância. A mensagem jornalística, enquanto registro da realidade, assume, assim, uma certa “aura” e acaba por impor aos próprios historiadores um modo de recordação do passado. (RIBEIRO, 1998, p. 3)

No mesmo artigo, a autora também menciona que a utilização da mídia, em particular os jornais, como uma das fontes de pesquisa para história, inclusive em trabalhos de pós-graduação:

A mídia vem sendo cada vez mais utilizada pelos historiadores como fonte em suas pesquisas. Do total de trabalhos que abarcam o séc. XX apresentados, em 1995, no Encontro Nacional de Pós-graduandos em

³ Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/b2da7d98bc2eaf68a3608f5b0a1f4a2a.PDF>>. Acesso em: 17 de novembro de 2021.

História, cerca de 70% utilizavam meios de comunicação (sobretudo jornais) como fonte histórica. (*Idem*, 1998, nota de rodapé, p. 3)

Considerando que o estudo utilizou pesquisa documental em um jornal de época, paralelamente à pesquisa bibliográfica, o trabalho contou com o seguinte arcabouço: Para se analisar o jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, e a partir dele enxergar a capital do país em 1888, foi utilizado o livro *História da imprensa no Brasil*, do historiador Nelson Werneck Sodré, e trechos da publicação do jornalista francês Max Leclerc, citada por Sodré, intitulada *Lettres du Brésil*. Outro livro de Sodré, *Formação histórica do Brasil*, foi utilizado para contextualização histórica em conjunto com as obras *Da Monarquia à República: momentos decisivos* e *História concisa do Brasil*, dos historiadores Emília Viotti da Costa e Boris Fausto, respectivamente. Com vistas a contextualização das informações sobre as publicações literárias frequentes no jornal, e os textos do principal expoente da literatura brasileira colaborador do periódico, o escritor Machado de Assis, foi utilizado como referência o livro *Outra viagem: Machado de Assis e a revolução da literatura brasileira* (2021), do professor Paulo Paniago.

Sobre o carnaval de rua da capital no século XIX, história e características, foi citado o livro *O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*, de Leonardo Affonso de Miranda Pereira. O livro *História da polícia do Rio de Janeiro: aspectos da cidade e da vida carioca 1870-1889*, de Mello Barreto Filho e Hermeto Lima foi usado como referência para informações e dados sobre segurança e histórias do cotidiano da capital. Adicionalmente, *O Guia do viajante no Rio de Janeiro*, de Alfredo do Valle Cabral, de 1884 forneceu descrições, especificações, endereços, e breves relatos históricos de alguns locais da cidade, como os teatros, os jornais, e as unidades de segurança. Somaram-se à bibliografia principal, outros livros e artigos acadêmicos de pesquisadores de literatura brasileira e portuguesa, e textos obtidos em sites de instituições que continham esclarecimentos que auxiliaram na compreensão de certos temas que foram inseridos como notas explicativas.

Para análise documental dos exemplares do *Gazeta de Notícias* se optou por retirar uma pequena amostra dos jornais do ano de 1888. Foram escolhidos cinco exemplares de jornal por mês, nos intervalos janeiro-abril e junho-dezembro, evitando repetir o dia da semana. Em maio foram retirados todos os exemplares do mês, dada a atipicidade, e a intenção de se obter um relato completo e diário das ocorrências do mês no qual foi oficialmente aprovada a lei que aboliu a escravidão no país.

Entretanto, foram lidas integralmente apenas as primeiras páginas onde estavam tais informações. Em fevereiro, foi acrescentado um exemplar em razão da necessidade de se concluir a leitura dos relatos sobre o carnaval. A soma totalizou oitenta e seis exemplares e, ao final, se manteve uma distribuição equitativa entre os dias da semana.

Além do *Gazeta de Notícias*, foram consultados periódicos contemporâneos ao jornal para adicionar informações ou buscar eventuais ilustrações, como foi o caso das imagens sobre o carnaval de rua e o sobre o *entrudo* extraídas do periódico *O Mequetrefe*, e de excertos de textos publicados pelos jornais *O País* e *Gazeta da Tarde*. Desta forma, as diversas seções do jornal, os anúncios publicitários, artigos de opinião, matérias em destaque e classificados, foram utilizados com o intuito de se entender a realidade de uma cidade e de uma época em um nível mais próximo ao da vida cotidiana.

1 **O *Gazeta de Notícias* no século dezenove: 1875-1900**

1.1 **Um jornal com o talento de seu fundador**

O jornal *Gazeta de Notícias* surgiu em 1875 no Rio de Janeiro, capital do Brasil imperial. Fundado por Ferreira de Araújo, e profissionais como Henrique Chaves, Manuel Carneiro e Elísio Mendes, foi o “acontecimento jornalístico” de sua época. Composto por uma equipe experiente, o jornal mostraria “como a imprensa brasileira conquistara características definitivas”, segundo análise de Nelson Werneck Sodré (1999, p. 224-5).

José Ferreira de Souza Araújo, que já assinava Ferreira de Araújo, teve papel fundamental para o sucesso da publicação, que foi longeva e perdurou até meados do século XX. O jornalista foi considerado por analistas da imprensa como alguém   frente de seu tempo e o principal responsável pelo destaque do *Gazeta de Notícias* em meio aos grandes jornais daquele período histórico. Sodré (1999) mencionou opiniões sobre o fundador do per dico em dois trechos do livro *História da imprensa do Brasil*. No primeiro, Lúcio de Mendon a⁴ teria afirmado:

(...) A figura de Ferreira de Araújo, tão acentuada e distinta, era absolutamente inconfundível, mas se me destaca, entretanto, no grupo apagado pelo tempo, como velha fotografia. Assim, ainda mal o conhecia, quando, poucos anos depois, vi, em São Paulo, o primeiro número da *Gazeta de Notícias*, de formato modesto e colunas estreitas, mas com o que quer que fosse, em todo o feitio, que já se revelava para os do ofício, a folha que haveria de ficar (...). (MENDONÇA, s.n.t; *apud* SODRÉ, 1999, p. 224, grifo nosso)

No segundo trecho do livro de Sodré(1999), o jornalista e correspondente internacional do per dico francês *Journal des Débats*, Max Leclerc, enviado ao Brasil após a proclamação da República, traçou um panorama sobre a imprensa brasileira e comentou que, a seu ver, os dois maiores jornais do país na época eram o *Jornal do Comércio* e o *Gazeta de Notícias*. Ao comparar as duas publicações, destacaria Ferreira de Araújo como a grande força intelectual do *Gazeta*:

⁴ Na edição do livro *História da imprensa no Brasil* utilizada neste trabalho não constou referência sobre a origem do texto transcrito acima. Lúcio de Mendonça foi contista, poeta, advogado, magistrado e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL), na qual ocupou a cadeira n  11. Foi colaborador do *Gazeta de Notícias* sob o pseudônimo de Juvenal Gavarni, mas em 1888 assinou texto sem pseudônimo. A biblioteca da ABL, inclusive, leva seu nome.

(...) Os dois maiores jornais brasileiros, o *Jornal do Comércio* e o *Gazeta de Notícias*, realizam excelentes negócios; têm tantos anúncios que, não lhe bastando a terceira e quarta páginas, dedicam-lhes um suplemento. O *Jornal do Comércio* é uma espécie de *Times* sem virilidade; é o *Times* sem os *leading articles*; um bom repertório de fatos, um conjunto útil de documentos. A *Gazeta de Notícias* é muito diferente; sua impassibilidade não consiste em registrar passivamente os acontecimentos; tem como redator-chefe o dr. Ferreira de Araújo e nisso está sua força. O dr. Araújo é um excelente jornalista; julga homens e coisas com condescendente ironia; escreve com precisão, elegância e sobriedade raras, colocou-o nessa elite de brasileiros muito cultos, muito superiores aos seus concidadãos. Tem ele temperamento, caráter, espírito elevado, inteligência aberta. Julgou de pé o Império, declarou-se então republicano por motivos de ordem nacional; proclamada a República, estabelecida a ditadura, conservou sua independência de julgamento. Nas questões que debate, sua opinião é em geral decisiva. Talvez seja o único, em seu jornal e no seu país, a ter uma ideia justa da verdadeira missão do jornalista, mas, sozinho, não conseguirá levar a cabo a tarefa (...). (LECLERC *apud* SODRÉ, 1999, p. 253 [grifo nosso])

Sodré (1999) relatou que Ferreira de Araújo nascera no Rio de Janeiro em 1847, se formara em medicina, mas optou pelo jornalismo, no qual se destacou na *Gazeta de Notícias*, “de que fez, o melhor jornal brasileiro da época”, concluiu. De acordo com o historiador, Araújo foi “diretor de jornal, mas com agudo senso jornalístico, era também escritor correto e sagaz, nos comentários, crônicas, crítica teatral e impressões de viagens” (*Idem*, 1999, p. 274).

1.2 Estratégias e inovações no jornalismo

O *Gazeta de Notícias* não se notabilizou apenas pelo talento de seu fundador e pelo quadro de renomados jornalistas e colaboradores. Foi possível observar nos exemplares analisados e na bibliografia consultada, que o jornal adotou estratégias para alavancar os negócios e buscou oportunidades para se inserir no mercado dos grandes periódicos de seu tempo. Tais estratégias extrapolaram o âmbito da simples venda de espaço para publicidade. É fato que os anúncios publicitários mencionados por Leclerc (1889) realmente compunham em quantidade razoável as últimas páginas do *Gazeta*. E é possível se somar a esta informação, após a leitura de exemplares de 1888, que muitos conteúdos relacionados à venda de produtos ou divulgação de serviços, também apareciam de forma mais discreta, como informação textual, sem que chamassem atenção como publicidade, notadamente na seção “Avisos” ou “Publicações a pedido”.

Para além da venda de espaços, o *Gazeta de Notícias* colocava à disposição de seu público produtos suplementares de comunicação, ou seja, não vendia apenas jornal, mas outros produtos relacionados, tais como: obras literárias que haviam sido publicadas em formato de folhetim, textos de colunistas agrupados e encadernados, livros traduzidos, almanaque, e até um atlas geográfico.

A título de exemplo, em 10 de fevereiro de 1888, na seção “Avisos”, o jornal divulgava que estavam disponíveis para venda em seu escritório, os seguintes produtos: romance de Émile Bravet, *Dente por dente*, publicado diariamente em formato de folhetim até 14 de janeiro, substituído na segunda quinzena do mesmo mês pela novela de Xavier de Montepin, *As tragédias de Paris*, *Atlas de geografia estatística*, *Macaquinhos no sótão*, por José Telha e *Balas de estalo*, por Lulu Sênior,⁵ volumes vendidos separadamente, *A princesa Beladona*, por A. Mathey, com a observação de que se tratava de um “esplêndido romance, que tanto sucesso fez quando o publicamos em folhetim. Um volume de 254 páginas”.

O jornal anunciava, ainda, o livro *Ginástica de quarto*, do Dr. Schroeder, tradução de Ramalho Ortigão, *Do Rio de Janeiro à Cuiabá*, por Herbert H. Smith, informando que eram “artigos publicados com grande sucesso nesta folha, um volume de 416 páginas”, os textos de *O ano político de 1887*, que também apareceram na primeira página do jornal em janeiro de 1888 e, finalmente, o *Almanaque da Gazeta de Notícias*, divulgado no mês anterior com a grafia *Almanak*.

O *Almanak* ofertado aos leitores em 6 de janeiro de 1888, e em datas posteriores, contava 20.000 (vinte mil) exemplares. Segundo o anúncio, incluía informações sobre repartições públicas, Senado, Câmara dos Deputados, Câmara Municipal, Secretaria Eclesiástica e tribunais. Além disso, trazia dados sobre serviços das estradas de ferro com horários de partida dos trens, condições do trajeto e preços, bem como informações sobre correios e respectivos dias de partida para todas as localidades. E quem adquirisse receberia, adicionalmente, um brinde: “Ao *Almanak* acompanha, juntamente brochado, magnífico mapa das estradas de ferro do Rio de Janeiro, de S. Paulo e de Minas”. A oferta era encerrada com a informação de que a publicação tinha “uma parte literária interessante”, sem mencionar que autores ou obras literárias constariam.

⁵ José Telha e Lulu Sênior eram pseudônimos utilizados por Ferreira de Araújo, que também escrevia colunas como *Cousas Políticas* e provavelmente *Boletim parlamentar*, que constaram do jornal em 1888.

O *Gazeta* também adotou como estratégia posicionar-se como jornal barato. O preço acessível do periódico, inclusive, foi citado em dois trechos do livro *História da imprensa no Brasil*, no qual Sodré (1999, p. 224 e 233) revelaria tal informação. Na primeira, o historiador afirma: “A *Gazeta de Notícias* era, realmente, jornal barato, popular, liberal, vendido a 40 réis o exemplar”. No segundo trecho, ao citar o comentário de Carl Koseritz⁶ sobre a gritaria dos jovens vendedores de jornais no Rio de Janeiro, no qual é possível comparar preços e perceber a concorrência entre as publicações da época:

(...) *A Galegada!* olhe a *Galegada!* 100 réis *A Galegada!* *A Defesa dos Portugueses!* 100 réis a *Defesa dos Portugueses!* *A Gazeta de Notícias!* 40 réis a *Gazeta de Notícias!* *O Corsário* está bom *O Corsário!* Compre *O Corsário!* *A Folha Nova*, aí vai a *Folha Nova!* *Jornal do Comércio*, 100 réis o *Jornal!* *Cruzeiro*, compre o *Cruzeiro*, 40 réis o *Cruzeiro!* *A Propaganda!* aí vai a *Propaganda!* (...). (KOSERITZ *apud* SODRÉ, 1999, p. 233)

Pela descrição, se observa que o *Jornal do Comércio* custava mais que o dobro do *Gazeta*, e as publicações *A Galegada* e *Defesa dos Portugueses* acompanhavam o preço de 100 réis a unidade. Sodré (1999, p. 232), mencionou que Koseritz considerava *A Galegada* como “um pasquim de última categoria”, mas o próprio historiador se referiu ao jornalista e intelectual da época como conservador, preconceituoso, e alguém que “viu mal a imprensa da Corte”. Apesar disso, ao menos em preço, *A Galegada* se equiparava ao tradicional *Jornal do Comércio*. Pela descrição de Koseritz, apenas *O Cruzeiro* se alinhava ao *Gazeta*, com preço fixado em 40 réis.

Contudo, em pesquisa na hemeroteca da Biblioteca Nacional, foi possível observar que o jornal *Diário de Notícias*, concorrente do *Gazeta* em 1888, também era vendido a 40 réis a unidade, e o mesmo ocorria com o jornal *O País*. O *Gazeta da Tarde* não continha indicação de preço. Soma-se a isso a constatação de que a estratégia de preço popular em jornais já havia sido registrada no passado, pois conforme relatou Paniago (2021, p. 113), no livro *Outra viagem: Machado de Assis e a revolução da literatura brasileira*, o *Diário do Rio de Janeiro* chegara a ser “conhecido

⁶ Não consta na edição utilizada do livro referência sobre de qual obra foi retirada a citação de Koseritz, mas trata-se do jornalista, historiador, teatrólogo, romancista e político Carl Koseritz, que nasceu na Alemanha em 1834 e faleceu em Porto Alegre, em 1890. Era monarquista e polêmico, patrono da cadeira nº 2 da Academia Rio Grandense de Letras, onde consta sua biografia. Disponível em: <<http://www.arl.org.br/academicos/quadro-academico/carlos-von-koseritz>>. Acesso em: 11 de julho de 2021.

como *Diário da Manteiga* ou *Diário do Vintém*, por conta do preço baixo com que é vendido”.

Outra característica observada em relação ao preço praticado pelo *Gazeta de Notícias* foi verificar que o primeiro jornal lançado em 2 de agosto de 1875, nomeado “Ano I”, informava no alto da primeira página custar 40 réis, e o jornal de 1888, designado como “Ano XIV”, apresentava preço idêntico, ou seja, o *Gazeta* mantivera por quatorze anos o preço de lançamento. Apesar disso, foi verificado que houve duplicação da tiragem, mas este processo se deu em uma situação bastante singular: a informação sobre a quantidade a ser impressa do jornal não estava definida nos três primeiros exemplares no ano de lançamento, em 1875. Aliás, desde o primeiro número havia dúvidas do próprio periódico sobre qual quantidade seria adotada. Assim, no “prospecto” que acompanhou o exemplar “nº 1, Ano I”, o *Gazeta* se questionava: “O *Diário de Notícias*, de Lisboa, faz uma tiragem de 23 mil exemplares. A tiragem do *Petit Journal*, de Paris, que é do mesmo gênero, regula 100 mil exemplares. Quantos conseguirá tirar a *Gazeta de Notícias*?” (*Gazeta de Notícias*, 1875, prospecto). Em 31 de dezembro de 1875, porém, a resposta já estaria definida e anunciada na primeira página. Logo abaixo do endereço do escritório constava a tiragem inicial em seu lançamento: 12 mil exemplares. Portanto, ao se comparar a tiragem de 31 de dezembro de 1875 com a informada em 1888, se pode observar que esta saiu de 12 para 24 mil unidades. Além disso, passou também a constar nos jornais de 1888 que o fornecimento de assinaturas para províncias e para corte ocorreria com pagamento adiantado, o que indicava preocupação com inadimplência e controle de gastos, uma vez que a impressão para assinantes implicaria em custos na tipografia, postagem, administração, e controle interno se ocorressem atrasos de pagamento. A opção “pagamento adiantado”, portanto, representava menor risco financeiro e administrativo.

Em relação à outras estratégias adotadas pelo periódico, no livro *O Carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*, o professor Leonardo Affonso de Miranda Pereira agregou informações sobre o ineditismo do *Gazeta* por ter iniciado vendas “avulsas” nas ruas do Rio de Janeiro e por ter alterado o padrão dos textos para tornar a leitura mais fácil. Para o autor, tais ações podem ter contribuído para ampliação da penetração do jornal em diversos segmentos de público:

(...) Atento à necessidade de aumentar a circulação do jornal, visto não pretender chegar apenas a uma camada específica da sociedade, Ferreira de Araújo inaugurou o sistema de vendas avulsas pela cidade — pois até então as folhas eram vendidas apenas em livrarias e casas de comércio frequentadas pela pequena parcela da população que era interessada pelas letras. Além disso, o fundador introduziu uma série de transformações nos textos do jornal, que passou a ser de uma leitura mais fácil que a de seus concorrentes. Uma última e fundamental inovação marcava, ainda, o caráter popular que se tentava dar ao jornal: o preço, mais barato do que de costume devido ao bom aproveitamento publicitário da folha (...). (PEREIRA, 2004, p. 39)

O *Gazeta* informava aos leitores sobre os locais onde o jornal estava sendo ofertado, estratégia destacada por Pereira (2004), assim, no primeiro exemplar classificado como “nº 1, Ano I” constava na primeira página “A *Gazeta de Notícias* vende-se avulsa por toda a cidade e nas pontes das barcas”. No terceiro exemplar, “Ano 1, nº 3”, de 4 de agosto de 1875, além dos locais de venda era comunicado que chegara ao conhecimento do jornal que alguns vendedores estavam ofertando o periódico a preço superior a 40 réis, prática que consideravam abusiva, e achavam por bem prevenir seu público. Ao final dos textos, o *Gazeta* também divulgava que seu escritório estaria aberto todos os dias “até às 10 horas da noite” para atendimento.

Além da estabilidade do preço de venda em 40 réis após decorridos quatorze anos de lançamento, o *Gazeta* em 1888 permanecia com sede à rua do Ouvidor nº 70. Segundo Leclerc (1890, p. 57), na rua do Ouvidor era possível encontrar “os escritórios de quase todos os jornais do Rio” (tradução nossa).⁷ Imagens digitalizadas de jornais disponíveis na hemeroteca da Biblioteca Nacional mostraram que em 1888 o *Jornal do Comércio* indicava ter escritório à rua do Ouvidor nº 61, o *Gazeta da Tarde* estava instalado no nº 144, o jornal *Cidade do Rio*, lançado em 1888, de propriedade e direção de José do Patrocínio, estava no nº 78, o *Diário de Notícias*, no nº 118, e *O País*, de João José dos Reis Júnior, informava como endereço a rua do Ouvidor nº 63 e nº 65. Assim, efetivamente, muitos dos grandes jornais do Rio de Janeiro estavam concentrados naquele local da cidade.

Há que se registrar que a rua do Ouvidor foi um endereço importante à época. Segundo relato de Leclerc (*idem*, p. 57), a rua era uma passagem “estreita”, que tinha cerca de oito metros de largura, na qual “durante todo o dia era proibido o tráfego de veículos” (tradução nossa).⁸ Apesar disso, o jornalista relatava que naquela rua estreita do Rio de Janeiro passavam muitas pessoas “uma multidão vai e vem, uma

⁷Trecho original: “*Les bureaux de presque tous les journaux de Rio*”.

⁸ Trecho original: “*Tout la journée la circulation des voitures y est interdite*”.

multidão ocupada e indiferente” (tradução nossa),⁹ além dos *flâneurs* que passeavam observando as vitrines das lojas de produtos importados. O jornalista também descreveu que na onda de transeuntes que caminhavam se via muitos rostos cansados, mas que se iluminavam com alguma notícia muito aguardada: “Em todos esses rostos cansados surge, de tempos em tempos, uma luz ao anúncio de uma notícia quente, pacientemente aguardada por horas” (tradução nossa).¹⁰ É possível levantar — como hipótese — que a concentração de escritórios dos grandes jornais no mesmo endereço resultassem na rua do Ouvidor apresentar a característica observada por Leclerc: a de ser um local para se saber das novidades mais quentes na capital do então Império do Brasil. Do livro de Paniago (2021), se pode acrescentar que Machado de Assis também teria mencionado sobre tal particularidade em relação ao endereço, como narra o autor:

(...) Numa crônica de 1893, Machado diz que não procura informação fora da rua do Ouvidor. “Às vezes perco uma verdade da rua da Quitanda por uma invenção da rua do Ouvidor; mas há nesta rua um cunho de boa roda, que dá mais brilho ao exato, e faz parecer o exato inventado”, registra (...). (PANIAGO, 2021, p. 45)

Segundo Abrão¹¹ (2012), Leclerc veio ao Brasil a serviço do *Journal de Débats*, de Paris, um periódico influente na França à época, como o *Le Temps* e o *Le Figaro*. Era parisiense, além das atividades no jornalismo havia estudado ciências políticas em seu país, e teve estudos completados na Inglaterra e Alemanha. Foi repórter, secretário, editor e correspondente internacional do *Journal des Débats*. Conheceu o Marrocos, o Brasil e os Estados Unidos, e suas reportagens geraram publicações e estudos reconhecidos pela Academia Francesa. Nos últimos anos de vida foi editor dos *Annales de Géographie*, e após sua morte, em 1932, foi homenageado pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre.

⁹ Trecho original: “*Une foule passe et repasse, une foule affairée et nonchalante*”.

¹⁰ Trecho original: “*Sur toutes ces figures fatiguées apparaît de temps à autre un éclair à l’annonce d’une nouvelle piquante, patiemment attendue pendant des heures*”.

¹¹ ABRÃO, Janete. O Brasil de Max Leclerc, *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 38, supl., p. S116-S128, nov. 2012. Disponível em <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/12457>>. Acesso em: 11 de junho de 2021.

1.3 O *Gazeta de Notícias* e a literatura

Uma singularidade não menos estratégica na atuação e história do *Gazeta de Notícias* referia-se à sua forte ligação e apoio à literatura. Segundo artigo¹² da professora Elza Miné, neste aspecto, a importância do jornal não se restringiu à literatura brasileira, mas também à literatura portuguesa e ao estudo das relações literárias entre Brasil e Portugal:

(...) Um dos mais importantes jornais brasileiros no último quartel do século XIX, a *Gazeta de Notícias* primou pelo apoio a toda uma geração literária e artística nacional, abrindo-se, também, à participação de intelectuais e escritores portugueses, o que a torna, inclusive, um espaço privilegiado para o estudo das relações literárias Brasil/Portugal nesse período (...). (MINÉ, 2006, p. 215 [grifo nosso])

Ao analisar a chamada “geração de 1870”, as relações literárias e intelectuais entre portugueses e brasileiros do final do século dezanove, a produção jornalística desses escritores, bem como a importância da imprensa neste contexto, Miné (2006) discorreu sobre a atuação do *Gazeta de Notícias* com escritores e intelectuais:

(...) Em 1880, Guilherme de Azevedo, o poeta de *Alma nova*, mudou-se para Paris, para ali desempenhar as funções de correspondente da *Gazeta de Notícias*, cargo em que permanece até 1882. Por essa altura, Eça ali começava a publicar as suas Cartas de Inglaterra. Valentim Magalhães, Machado de Assis e Domício da Gama eram alguns dos brasileiros que então também assinavam colaborações para aquela folha do Rio de Janeiro. Da França, Guilherme de Azevedo enviou para o Rio 28 Cartas de Paris, oito Crônicas de Paris, boa parte delas reproduzidas no *Diário da Manhã*, de Lisboa, além de incontáveis Correios de França, que eram publicados sem assinatura. Com a sua morte, Mariano Pina substituiu-o no cargo, de 1882 a 1886. De Lisboa, vinham para o Rio as Cartas Portuguesas de Ramalho Ortigão, que havia já realizado, em 1878, o que hoje chamaríamos de “cobertura” da Exposição Universal de Paris, textos que depois integraram o volume *Notas de viagem*. Como correspondente em Lisboa, Ramalho assinou mais de quinhentas matérias na *Gazeta*, de 1879 a 1915 (com intervalos), sendo aproximadamente duzentas ainda inéditas em livro (...). (MINÉ, 2006, p. 215)

Em outro artigo¹³ acadêmico sobre a relação do *Gazeta de Notícias* com a literatura, a doutora Clara Miguel Asperti, afirma que o jornal foi: “(...) a grande

¹² MINÉ, Elza. A Geração de 1870 e o Brasil: alguns ângulos e percursos. *Via Atlântica*, (9), 213-24, 2006. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50051>>. Acesso em: 22 de junho de 2021.

¹³ ASPERTI, Clara Miguel. A vida carioca nos jornais: *Gazeta de Notícias* e a defesa da crônica. *Contemporânea*. Título não corrente. [S.l.], v. 4, n. 2, p. 45-5, nov. 2015. ISSN 1806-0498. Disponível em: <http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_07/06CLARA.pdf>. Acesso em 8 de junho de 2021.

divulgadora e financiadora das letras, dando espaço incomensurável em suas colunas para todos os grandes escritores nacionais e estrangeiros do momento divulgarem seus textos”. A autora observou que, ao tempo em que o jornal representou para escritores e colaboradores um meio de sobrevivência seguro, também se beneficiou da literatura, pois em alguma medida os textos literários o enobreciam, e se constituíam em um diferencial do periódico em relação aos concorrentes:

(...) A partir de meados da primeira década do século XX, a *Gazeta de Notícias* representa para os literatos colaboradores um meio de sobrevivência seguro. Na verdade podemos chamar essa abertura orquestrada por Ferreira de Araújo de “uma troca de favores”, pois, ao passo que este consagrava os escritores dando-lhes colunas fixas ou esporádicas em suas páginas, também consolidava a *Gazeta de Notícias* como um jornal que prezava a literatura, o diferencial do moderno periódico. O apego aos textos literários enobrecia o jornal popular, dando-lhe, ao mesmo tempo, certo status elevado e matéria interessante a ler para a elite burguesa letrada. Sendo assim, escolhia de modo criterioso aquele que teria o supremo privilégio de participar do grande jornal do momento. Não era aceito nas páginas da *Gazeta* nenhum estrepante ou mesmo já tarimbado escritor que não tivesse excelente fama e currículo invejável (...). (ASPERTI, 2015, p. 48 [grifo nosso])

Segundo Asperti (2015), o volume de crônicas publicadas no *Gazeta de Notícias* não era superado pelos jornais concorrentes, e a qualidade dos autores que publicavam no periódico o transformaram em um “celeiro de grandes escritores”. Em relação às crônicas como estilo literário, a seu ver, estas se transformaram em uma espécie de “comentário do cotidiano” mas, notadamente no *Gazeta*, a autora afirmou que tal estilo só se consolidaria em meados de 1890, quando o jornal fixou seções semanais:

(...) A *Gazeta de Notícias* sempre foi celeiro de grandes escritores; o volume de crônicas publicadas esporadicamente pelos mestres das letras no jornal não era facilmente superado por outra folha. Durante os anos de 1875 a 1890, crônicas de Machado de Assis, Eça de Queirós e também Ramalho Ortigão estamparam-se nas páginas centrais da folha. Porém, não seria possível afirmar que a *Gazeta de Notícias* mantinha uma seção fixa e bem delineada de crônica. Textos esparsos só cedem lugar para a crônica fixa no início da década de 1890, quando observamos seções de crônicas como de Machado de Assis e as inúmeras contribuições de Olavo Bilac por mais de vinte anos no diário. É certo que nos anos iniciais da *Gazeta* havia colunas que marcaram época no jornal, como as já citadas “Balas de Estalo”; entretanto, eram publicações que abarcavam uma gama variada de autores, assuntos e temas, e traziam em seu bojo certo tom de noticiário fragmentado. A crônica como comentário do cotidiano, “companheira diária do leitor brasileiro” (ARRIGUCCI JR., 1987, p. 51), “como pedaço de página que a literatura penetrou fundo...” (*idem*, p. 56), só vem ocorrer definitivamente em meados de 1890 com a consolidação na *Gazeta de Notícias* das seções de crônicas semanais fixas (...). (ASPERTI, 2015, p. 53)

As “Balas de Estalo” mencionadas por Asperti (2015) eram textos que estavam listados nos produtos postos à venda pelo *Gazeta de Notícias*, agrupados e encadernados, conforme descrito anteriormente no item 1.2 deste trabalho. Segundo Paniago(2021), a série era redigida por vários autores e apresentava algumas particularidades — além de ter sido o espaço no qual Machado de Assis estreou como colaborador do jornal, relata o autor:

(...) A primeira colaboração de Machado para a *Gazeta* é uma série feita em equipe, as Balas de Estalo. O nome tanto indica as bombinhas que as crianças usam na festa de São João, que fazem mais barulho do que estrago, quanto um doce, num jogo de palavras que deve ter agradado especialmente a Machado. Cada um dos colaboradores tem pseudônimo próprio, o que ajuda a separar as crônicas especificamente machadianas assinadas como Lélío, bem possível inspirado num personagem de *L'Étourdi* (O desmiolado), peça de Molière, chamado Lélié. Não é incomum nesta série que os colaboradores dialoguem entre si e numa crônica de 12 de julho de 1885, por exemplo, Machado responde à crônica anterior, de João Tesourinha, pseudônimo do seu grande amigo Francisco Ramos Paz. (PANIAGO, 2021, p. 285 [grifo nosso])

Asperti (2015) analisou, ainda, a relação histórica de Olavo Bilac com o *Gazeta de Notícias*, uma história que se iniciou nos fins do século dezanove, mas permaneceu até a primeira década do século vinte, e de forma mais intensa a partir da produção de crônicas semanais pelo escritor — o qual, em sua opinião, também se tornou um dos grandes expoentes da literatura a contribuir com o jornal:

(...) Olavo Bilac, que sempre desejou a *Gazeta de Notícias*, em 1890, realiza, mesmo que temporariamente, seu grande sonho, fixando definitivamente seu nome no rol das “celebridades literárias” que tiveram a honra de publicar no jornal mais afeito à literatura crônicas que intimamente duelavam com a contingência e a transcendência. Em 1884, aos dezanove anos, após o abandono do repudiado curso de Medicina, Bilac publica em 31 de agosto seu primeiro soneto na *Gazeta*, “A Sesta de Nero”. Porém, se esta estreia foi rápida, muitas outras contribuições fizeram de Bilac um dos grandes nomes da *Gazeta de Notícias*. Sua segunda participação no periódico data de 1890 com a publicação de 27 pequenas crônicas na primeira página do periódico. Após esta fugaz permanência, Bilac tornou-se um habitual colaborador do grande jornal. Publicou crônicas, sonetos, versos fesceninos, até se consagrar como o substituto de Machado de Assis na coluna dominical “A Semana”, a qual o Príncipe dos Poetas rebatizou de “Crônica”. Nesta nova função Bilac produziu aproximadamente 500 crônicas semanais, permanecendo como consagrado cronista da *Gazeta* até o final de 1908, quando começa a se afastar do periodismo ao mesmo passo que o gênero que ajudou a consagrar no jornalismo carioca também cede espaço às novas evoluções tecnológicas da imprensa (...). (ASPERTI, 2015, p. 52 [grifo nosso])

Como se pode identificar nos textos transcritos de vários estudiosos da literatura do século XIX, o *Gazeta de Notícias* teve ampla ligação com grandes nomes

da literatura, e o rol de talentos brasileiros incluiu Machado de Assis. Segundo Silveira (2011),¹⁴ o primeiro convite recebido por Machado para participar do jornal como colaborador ocorreu no segundo ano de existência do periódico, mas por compromissos assumidos anteriormente com o *Jornal das Famílias* e a *Ilustração Brasileira*, o escritor não pôde aceitar a proposta. Assim, Machado só estreou no *Gazeta de Notícias* em 18 de dezembro de 1881. A autora afirma que o jornal possibilitou ao escritor ter uma experiência importante, pela diversidade e quantidade de leitores que atingia. Além disso, em sua opinião, ele buscou adaptar seus contos à realidade do periódico, chegando a considerar o perfil e as expectativas do público:

Essa folha representava a possibilidade de ter um número de leitores bastante elevado e diversificado. Experiência ímpar, se comparada àquela que havia adquirido nos periódicos de moda e literatura, conforme o *Jornal das Famílias* e *A Estação*. [...] Uma das estratégias utilizadas por Machado de Assis logo que começou a colaborar para a *Gazeta de Notícias* foi a de adaptar os seus contos aquele suporte. Ou seja, precisava ter em vista as principais temáticas abordadas tanto pelo jornal como um todo, como por aqueles seus companheiros que assinavam para a coluna a qual pertenciam. Ao lado disso, ainda considerava o perfil e as expectativas de seu público leitor [...]. (SILVEIRA, 2011, p. 2-3 [com grifo nosso])

Segundo trecho da biografia de Machado do site da Academia Brasileira de Letras (ABL), de 1881 a 1897 o escritor publicou no *Gazeta de Notícias* “as suas melhores crônicas”.¹⁵ Uma parte destes textos, relativos ao período 1892-1897, sob o título *A Semana*, foram reunidos e publicados por Mário de Alencar que estimou, apenas neste recorte temporal, o “número aproximado de duzentos e cinquenta” crônicas. O site do Senado Federal¹⁶ disponibiliza em obras raras os textos compilados por Alencar levados ao conhecimento público dois anos após a morte do Machado.

No livro, impresso pela Livraria Garnier no Rio de Janeiro em 1910, Alencar informou que, além de ter selecionado 106 dos 248 textos escritos no período, incluiu mais dois, redigidos em 1900. E na introdução, sob o título *Advertência*, comentou:

¹⁴ SILVEIRA, Daniela Magalhães de. *A Gazeta de Notícias* e sua “oitava” coluna. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH, São Paulo, julho de 2011. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2019-01/1548855456_0ee16b09e0363f072f709ed9f01f3e28.pdf>. Acesso em: 30 de junho de 2021.

¹⁵ Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/machado-de-assis/biografia>>. Acesso em: 1º de julho de 2021.

¹⁶ Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518654>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.

(...) “A Semana é o título das crônicas que Machado de Assis escreveu na *Gazeta de Notícias*, de abril de 1892 a março de 1897. A ideia de coligi-las nasceu do desejo de servir a memória do escritor acrescentando-lhes às obras editadas em volume esta outra que tão bem caracteriza certas feições do seu engenho literário, e que seria de lamentar ficasse esquecida ou ignorada (...). (ALENCAR, 1910, Advertência, p. 5 [grifo nosso])

Após comentar sobre o período mais crítico de saúde do escritor, processo que acompanhou como “amigo e admirador”, Alencar afirmou que os textos escritos por Machado eram reveladores da tenacidade e capacidade extraordinária de seu autor, e finalizou ao dizer que se sentia contente por ter prestado um serviço aos leitores do escritor:

(...) Outra importância que têm estes escritos é que eles revelam uma extraordinária capacidade e tenacidade de trabalho. Em todo o período de 1892 a 1897, Machado de Assis, posto que doente, só deixou de escrever duas crônicas. Cessando em 1897 a colaboração na *Gazeta de Notícias*, foi substituído por Olavo Bilac, que era dos raros dignos de lhe suceder, mas ainda em 1900 contribuiu com duas crônicas, que são as últimas deste volume. Suponho ter desempenhado esta tarefa sem a indiscrição das compilações que eu dizia ao escritor ser conveniente prevenir em bem da sua glória. Estou contente de mim mesmo, e convencido de que prestei um serviço aos admiradores de Machado de Assis. Rio, 17 de janeiro de 1910. Mário de Alencar (...). (ALENCAR, 1910, Advertência, p. 5, [grifo nosso])

Biografia publicada no site da ABL cita que a obra de Machado de Assis, em vida, desde 1869 foi editada pela Livraria Garnier. A editora W.M Jackson, do Rio de Janeiro, publicou as *Obras Completas*, em 1937 (31 volumes). Além disso, Raimundo Magalhães Júnior, pela editora Civilização Brasileira, organizou e publicou: *Contos esparsos*, *Contos esquecidos*, *Contos recolhidos*, *Contos avulsos*, *Contos sem data* e *Diálogos e reflexões de um relojoeiro*, em 1956, e *Contos e crônicas* e *Crônicas de Lélío*, em 1958.

1.3.1 Publicações literárias na amostra de 1888

Na amostra de 1888, analisada neste trabalho, muitos escritores brasileiros e estrangeiros tiveram textos publicados nas páginas do *Gazeta de Notícias*. Machado de Assis, sob o pseudônimo Malvólio, assinou *Gazeta de Holanda* em 10 de fevereiro, e sob o pseudônimo de Boas Noites assinou 12 crônicas sob o título *Bons Dias* publicadas nas amostras dos dias 12 e 19 de abril, 12, 19 e 27 de maio, 7 de agosto, 16 de setembro, 28 de outubro, 10 e 18 de novembro, 17 e 27 de dezembro. E sem

pseudônimo, em 29 de junho o escritor assinou “Um homem célebre”. No total, Machado assinou quatorze textos literários.

Lúcio de Mendonça, sem pseudônimo, assinou “No mundo da Lua”, em 15 de fevereiro e “Nosso amigo Januário”, em 9 de março. Raul Pompéia com “O Atheneu, Crônica de Saudades”, constou da amostra do dia 12 de abril até 18 de maio. Em 29 de maio o *Gazeta* anunciava que o livro do autor estava impresso e disponível para venda em seu escritório, ao preço de dois mil réis. E outros escritores brasileiros colaboraram com o *Gazeta de Notícias* em 1888: Mello Moraes Filho assinou texto sobre os Cucumbys em 13 de fevereiro, Alberto de Oliveira, provavelmente o poeta parnasiano brasileiro,¹⁷ publicou o poema “O último quadro” em 20 de maio, e Adélia Fonseca, poetisa baiana, no dia 25 de maio publicou o poema “A redenção”.

Em relação aos autores estrangeiros, Guy de Maupassant assina os textos “Pedro e João”, publicados em 28 de fevereiro, 3 e 9 de março. Edgar Allan Poe assina “O Poço e o Pêndulo”, em 4 de abril, e J. Barbey d’Aurevilly, “As Mulheres”, em 23 de maio. Os portugueses Ramalho Ortigão, em 28 de maio, assina “Cartas Portuguesas”, e Eça de Queiroz, em 30 de agosto e 3 de setembro, “A correspondência de Fradique Mendes”.

Em relação aos folhetins, Émile Bravet, com o texto “Dente por Dente”, constou da amostra dos dias 6, 8 e 14 de janeiro; Xavier de Montepin, com “As tragédias de Paris”, substituiu Bravet e esteve nas páginas do jornal de 15 de janeiro até 17 de agosto. “Honra por honra”, de Jorge Duval, começou a ser publicado em 7 de agosto, concomitantemente ao texto de Xavier de Montepin, e foi substituído no final de setembro por F. Cooper¹⁸ com “O corsário vermelho”, que esteve na amostra até 10 de novembro. No dia 18 de novembro, surgia o folhetim “Madame Torpille”, de Marc Anfossi. E em 24 de dezembro, paralelamente a “Madame Torpille”, era publicado “O colar de âmbar”, de George Pradel.

Outro texto publicado no *Gazeta* e de caráter mais literário era a crônica “Macaquinhos no Sótão”¹⁹, de Ferreira de Araújo, que assinava sob o pseudônimo de José Telha. Uma hipótese possível para interpretar o nome da coluna seria considerar

¹⁷ Há um poeta português homônimo e contemporâneo ao poeta brasileiro nascido na cidade de Porto, Portugal, em 1873, com o nome Alberto D’Oliveira.

¹⁸ James Fenimore Cooper, autor de *O último dos moicanos*.

¹⁹ O escritor e cartunista Ziraldo Alves Pinto (Ziraldo), criador do personagem Menino Maluquinho, utiliza a expressão *macaquinhos no sótão* para designar seu personagem como uma pessoa com muitas ideias na cabeça. Há também livro de 2020 publicado em Portugal, de autoria da escritora portuguesa Susana Romana, com o título *Macaquinhos no sótão*, indicativo de que a expressão também é conhecida naquele país.

“sótão” como metáfora para cabeça, assim, *Macaquinhos no Sótão* seria um título representativo de alguém com muitas dúvidas e reflexões sobre acontecimentos relevantes da época, pois estes eram os temas tratados nos textos. O processo de se levantar dúvidas e fazer reflexões sobre acontecimentos — simbolicamente apresentados como “macaquinhos” que pulam de um lado para outro ruidosamente — completaria o sentido do nome dado à coluna no jornal. Ao considerar esta hipótese, o pseudônimo do autor também passaria a fazer sentido como “José Telha”, pois as telhas cobrem os sótãos. Na atualidade, talvez a metáfora poderia estar ligada a expressão “caraminholas na cabeça”.

É possível, ainda, que haja outros escritores e literatos não identificados como tal, por desconhecimento da autora desta monografia de todos os nomes da literatura que fizeram parte deste período histórico ou, eventualmente, de seus pseudônimos.

1.4 Contexto histórico

Para se compreender o processo que culminou na abolição da escravatura no ano de 1888 é necessário retroceder ao início do século XIX, quando a economia do país sofreu mudanças significativas. Segundo Boris Fausto, no livro *História concisa do Brasil* (2014, p. 100-6), nas primeiras décadas do século XIX a grande mudança na economia brasileira se deu com o surgimento da produção do café para exportação. Inicialmente plantado para consumo doméstico, a cultura atingiu níveis comerciais a partir do cultivo em maior escala no vale do Rio Paraíba, uma parte do Rio de Janeiro, e em São Paulo. A produção de café passou a exigir emprego de mão-de-obra escravizada e investimentos significativos para derrubar a mata, preparar a terra, iniciar o plantio, e construir instalações. A partir do aumento das áreas de cultura cafeeira, a atividade econômica se deslocou para o Centro-Sul do país, e alterou a infraestrutura até então existente:

Em função do café, aparelharam-se portos, criaram-se novos mecanismos de crédito, empregos, revolucionaram-se os transportes [...] e além disso [...] os grandes fazendeiros do Vale do Paraíba receberam benefícios do poder central e sua vaidade foi afagada com a *concessão de títulos de nobreza*. (FAUSTO, 2014, p. 103, [grifo nosso])

A cultura do café, entretanto, era dependente de mão de obra escrava, uma condição conflitante com a pressão internacional (notadamente da Inglaterra) para o

fim do tráfico e, conseqüentemente, da escravidão. Apesar das pressões externas, o interesse econômico falava mais alto e não havia disposição das classes produtoras para que a situação dos negros fosse alterada. Muitos navios negreiros foram apreendidos pelos ingleses, até que, em 1846, o parlamento daquele país aprovou um ato que ficou conhecido como *Bill Aberdeen*, uma homenagem ao nome do então ministro das Relações Exteriores da Inglaterra. A norma autorizava a marinha inglesa a tratar os navios negreiros como “piratas”, podendo apreendê-los e julgá-los em seus tribunais. E não apenas isso, segundo o autor, “com base no *Bill Aberdeen*, a Marinha inglesa não se limitou a apreender em alto-mar os navios suspeitos de contrabandear escravizados. Navios britânicos penetraram em águas brasileiras ameaçando mesmo bloquear os principais portos”, destacou. Assim, a pressão externa acabou por contribuir para extinção do tráfico (*Idem*, 2014, p. 106-7).

A partir daí, o ano de 1850 não indicaria apenas a metade do século, a data marcaria também a extinção do tráfico de escravizados, a Lei de Terras,²⁰ a centralização da Guarda Nacional e a aprovação do Código Comercial. Com o fim da importação de escravizados, iniciou-se intensa atividade de negócios e especulação. Começaram a surgir bancos, indústrias e empresas de navegação a vapor, mas seria necessário, ainda, melhorar o transporte no país. Para tanto, em 1855 se iniciou a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, que foi inaugurada em trechos e “chegou a Cachoeira, em território paulista, somente em 1875”, relata o autor (*Ibidem*, 2014 p. 108-9).

Na década de 1870, as crises do Segundo Reinado se tornaram mais intensas e surgiram tanto o movimento republicano como os atritos políticos do governo imperial com o exército e a igreja. A extinção da escravidão estava a caminho, mas foi um processo que ocorreu em etapas, passando antes pela “lei do Ventre Livre”, em 1871, e pela “lei dos Sexagenários”, em 1885. Ainda segundo o historiador, foi a partir da década de 1880 que, efetivamente, o movimento abolicionista ganhou força com o surgimento de associações, jornais, e da propaganda. E o autor destacou a participação de vários nomes no movimento pró-abolição, como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, André Rebouças e Luís Gama, e relatou:

²⁰ A Lei de Terras de 1850 teve a intenção de regularizar a posse terras no país, estabeleceu que terras públicas seriam vendidas e não doadas, e segundo Fausto (2014), “procurou forçar o registro das propriedades”. Para o autor “a legislação foi concebida como uma forma de evitar o acesso à propriedade da terra por parte de futuros imigrantes” (FAUSTO, 2014, p. 107).

Patrocínio era filho de um padre e fazendeiro, dono de escravos, e de uma negra vendedora de frutas. Foi proprietário da *Gazeta da Tarde*, jornal abolicionista do Rio de Janeiro, ficando famoso por seus discursos emocionados [...]. O engenheiro Rebouças representava o tipo oposto, uma figura retraída, professor de botânica, cálculo e geometria da Escola Politécnica da Corte [...]. Luís Gama tem uma biografia de novela. Seu pai pertencia a uma rica família portuguesa da Bahia e sua mãe, Luísa Mahin, na afirmação orgulhosa do filho, “era uma negra africana livre que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã”. Gama foi vendido ilegalmente como escravo pelo pai empobrecido, sendo enviado para o Rio e depois para Santos. Junto com outros cem escravos, descalço e faminto, subiu a serra do Mar. Fugiu da casa do seu senhor, tornou-se soldado e, mais tarde, poeta, advogado e jornalista em São Paulo. (FAUSTO, 2014, p. 122-3)

E sobre Joaquim Nabuco, o historiador o descreveu como figura da elite, um “importante parlamentar e escritor, oriundo de uma família de políticos e grandes proprietários rurais de Pernambuco” (*Ibidem*, 2014, p.122). O movimento abolicionista crescia, e neste período as províncias do Norte do país já se desinteressavam pela manutenção da mão de obra escrava, ao ponto de o Ceará declarar extinta a escravidão em 1884, ou seja, um ano antes da aprovação da “lei dos sexagenários” (1885). Entre 1885 e 1888, a campanha abolicionista ganhou força e, adicionalmente, começaram movimentos de desorganizações no trabalho em fazendas paulistas “provocada pela fuga em massa de escravos. Ativistas liderados por Antônio Bento, membro de uma família rica de São Paulo, partiam para as fazendas e cidades do interior incentivando atos de rebeldia”, comentou. O autor relatou que os escravizados fugidos acabaram se concentrando em Santos, e por conta destes acontecimentos os cafeicultores paulistas buscaram acelerar o processo de imigração (*Ibidem*, 2014, p. 121-3).

Em relação ao ano de 1888, Fausto (2014) mencionou que o segmento que ainda se apegava a defesa da escravidão era composto pelos “representantes das velhas zonas cafeeiras do Vale do Paraíba, cujas fortunas em declínio se concentravam nos escravos”. Comentou, ainda, que um senador conservador e com ligações com o Oeste paulista, Antônio Prado, tentou propor a libertação dos escravizados com indenização e prestação de serviços por três meses para assegurar a colheita do café, entretanto, a Abolição ocorreria de outra forma. A lei não teve restrições ou condicionantes, e assim foi aprovada por maioria nas duas casas do parlamento. Segundo o historiador, dos nove deputados que votaram contra, oito eram da Província do Rio de Janeiro. E sobre o senado, relatou que Cotegipe encabeçara uma “frágil resistência” (*Ibidem*, 2014, p. 123-4).

Nelson Werneck Sodré (2004) no livro *Formação histórica do Brasil*, contou que a massa de escravizados libertos em 1888 teve basicamente dois destinos, uma vez que a propriedade territorial não havia sido alterada: a primeira seria “a área de servidão ou semisservidão, que pode ser a mesma em que vigorava, até então, o regime de trabalho escravo”; e a segunda, “a área urbana, onde vai constituir uma sobra humana marginalizada pelas condições locais”. Para o autor, a Abolição foi uma solução política “que correspondia a liquidar um instituto anacrônico, sem prejuízo para classe proprietária”, mas sob outra perspectiva entendia que “a Abolição não era uma solução econômica, desde que não havia condições para que o mercado de trabalho absorvesse a massa antes escravizada”. Disse ainda que as previsões catastróficas sobre a libertação dos escravizados não ocorreram; entretanto, comentou que “o fardo da escravidão foi largado na estrada pela classe dominante. Tornara-se demasiado oneroso para que ela o carregasse” (SODRÉ, 2004, p. 282).

Para a professora Emília Viotti da Costa, no livro *Da Monarquia à República*, a Abolição representou a transição de um modelo de dominação colonial para outro. Narra a autora:

A Abolição representou uma etapa do processo de liquidação da economia colonial do país, envolvendo uma ampla revisão dos estilos de vida e de valores de nossa sociedade. Não significou, entretanto, uma ruptura definitiva com o passado. O desenvolvimento da economia cafeeira manteve o país submetido a um novo tipo de dominação colonial, vinculado às correntes industriais e capitalistas internacionais. (COSTA, 2010, p. 344)

Em relação à condição dos negros após a Abolição, a autora também afirmou que o processo não trouxe emancipação aos libertos:

Como a Abolição resultara mais do desejo de livrar o país dos inconvenientes da escravidão do que emancipar o escravo, as camadas sociais dominantes não se ocuparam do negro e da sua integração na sociedade de classes. O ex-escravo foi abandonado à própria sorte. (*Idem*, 2010, p. 343)

As amostras do jornal posteriores à Abolição, junho a dezembro, não trouxeram muitas informações sobre a condição dos libertos após o mês de maio, talvez em razão da análise ter se limitado ao ano de 1888 e o jornal estar sediado em um centro urbano, no qual se pode supor que o reflexo da lei de 13 de maio tenha sido menor que nos grandes centros agrícolas, nos quais havia uso intensivo da mão de obra escrava. Foi possível notar ainda que, tanto em alguns textos do jornal, como nos discursos transcritos de parlamentares, que era comum se denominar escravizado

como “elemento servil”, talvez um eufemismo da época para designar uma condição que, por apenas doze anos, não adentrou o século XX.

1.4.1 Abolição, republicanismo, morte de Ferreira de Araújo

SODRÉ (1999, p. 274) relatou que o *Gazeta de Notícias* “participou de grandes campanhas, como a da Abolição, a da grande naturalização, a da grande liberdade religiosa”. Em muitos exemplares na amostra analisada, a primeira página deixou explícita a favorabilidade do periódico ao processo de libertação dos escravizados, bem como a outras causas sociais. Também foi lembrado pelo historiador que a causa abolicionista se destacou, em São Paulo, pela atuação do jornalista negro Luís Gama, e no Rio de Janeiro, por José do Patrocínio — colaborador do *Gazeta de Notícias* de 1877 até 1881, que após esse período decidiu comprar a *Gazeta da Tarde* e, mais adiante, a *Cidade do Rio*, tornando-se “um dos mais apaixonados lutadores pela causa dos escravos” (SODRÉ, 1999, p. 236).

Em relação às ideias republicanas, Leclerc registrara que Ferreira de Araújo fora favorável à causa, mas se manteve crítico e independente: “(...) Julgou de pé o Império, declarou-se então republicano por motivos de ordem nacional; proclamada a República, estabelecida a ditadura, conservou sua independência de julgamento” (LECLERC *apud* SODRÉ, 1999, p. 253). O fundador do *Gazeta de Notícias* morreu em 1900, e Sodré (1999, p. 274) registraria o acontecimento que marcou a história da imprensa brasileira como a finaliza o de um grande ciclo que se encerrou de modo concomitante ao século XIX: “O fim de século era triste, morria Eça de Queiroz, desaparecia Ferreira de Araújo”. O historiador também relatou que o jornal seguiria seu curso no século XX: “Na *Gazeta de Notícias*, morto Ferreira de Araújo, a dire o cabe a um português amável, Henrique Chaves, não é por isso mas pela ordem natural das coisas que é um jornal vivendo do comércio lusitano” (*idem*, 1999, p. 283-4).

2 Diagramação e algumas seções do jornal em 1888

A diagramação do *Gazeta de Notícias*, em 1888, apresentava um leiaute que parecia ter por objetivo priorizar ao máximo o espaço disponível no papel. Letras pequenas, pouco espaço entre colunas, poucos títulos com letras maiores que o corpo dos textos, seções não muito constantes em relação à frequência e página — conteúdos que algumas vezes estavam inseridos em determinada seção, e em outras em espaço distinto do jornal. As últimas páginas eram destinadas aos anúncios publicitários e promoções comerciais de caráter informativo, de serviços ou cultural, tais como: extração de loterias, programação dos teatros, viagens marítimas, classificados, obituários, programação do hipódromo, dentre outros.

No segundo semestre de 1888 outros espaços passaram a estar demarcados no jornal e tiveram presença até o final daquele ano, tais como: o Boletim Parlamentar, o Diário das Câmaras e a coluna Causas Políticas, escrita por Ferreira de Araújo, e que também foi encontrada na amostra do período. As seções escolhidas para descrição neste trabalho foram as mais frequentes durante todo o ano e as que mais pareciam refletir a realidade da capital. Assim, outras que ocupavam menor espaço não foram mencionadas, tais como as seções, Avisos, Exército e Armada (que citavam atos administrativos como nomeação, transferência, licenças de pessoal), e Declarações.

2.1 Telegramas

À esquerda e no alto das primeiras páginas do *Gazeta de Notícias* de 1888, a seção Telegramas trazia notícias internacionais e nacionais em trechos curtos que informavam sobre os mais diversos acontecimentos e este formato esteve presente desde o lançamento do periódico. No jornal “nº 1, ano I”, de 2 de agosto de 1875, o “prospecto” que acompanhou o lançamento do jornal informava: “Telegramas — Agência Havas-Reuter. A *Gazeta de Notícias* publicará diariamente todos os telegramas políticos e comerciais, tanto do país como do estrangeiro” (*Gazeta de Notícias*, 1875, 2 de agosto). Se observa, a partir desta nota, que a intenção do jornal desde sua fundação em 1875 era se lançar em um mercado competitivo com tecnologia para divulgar informações nacionais e internacionais recebidas por

telegrama e agência de notícias — haja vista que Sodré (1999), relatou que tal possibilidade ocorrera apenas um ano antes. Segundo o autor, “até 1874, as notícias do exterior chegavam por carta. Nesse ano, a agência telegráfica Reuter-Havas instalou, no Rio, sua primeira sucursal, dirigida pelo francês Ruffier” (SODRÉ, 1999, p. 215).

Considerando as informações levantadas pelo jornalista francês Max Leclerc (1890), nesta época o Brasil contava com uma estrutura considerável de linhas telegráficas. O jornalista relatou que havia no país “dezoito mil quilômetros de linhas telegráficas terrestres; um cabo costeiro de 6.000 quilômetros de extensão conecta os principais portos desde Belém (Pará), o grande armazém da Amazônia, até Montevideú” (LECLERC 1890, p. 244), (tradução nossa).²¹

Em 1888, o *Gazeta de Notícias* publicava notícias internacionais em trechos muito curtos e sem explicação de contexto, que tanto se referiam a situações simples não relacionadas a questões diplomáticas, como chegada de um pacote em determinado porto, como outras de maior relevância, fosse de natureza política ou administrativa. E as notícias nacionais tratavam de assuntos diversos, tais como: eleições provinciais, abolição, problemas regionais, deslocamento de autoridades em viagem pelo país, problemas ambientais como secas, enchentes, chuvas que causaram danos locais, morte de cidadãos ilustres ou autoridades, dentre outros temas.

2.2 Teatros e...

Em *Teatros e...*, o *Gazeta* informava aos leitores sobre as peças teatrais em cartaz na capital, bem como sobre outros eventos de entretenimento e cultura. Em relação aos teatros os comentários descreviam autores, artistas que se apresentariam, além de agregar conteúdo informativo sobre as peças que seriam exibidas. Exemplo dos textos publicados na seção se encontram transcritos abaixo, e são relativos ao dia 30 de julho:

(...) Na próxima sexta-feira, 3, fazem benefício no Lucinda os artistas Sophia de Oliveira e Joaquim Ferreira, que organizaram um excelente programa com

²¹ Trecho original: “Il ya au Brésil 18.000 kilomètres de lignes télégraphiques terrestres; un câble côtier d’une longueur de 6.000 kilomètres réunit les principaux ports depuis Belem (Para), le grand entrepôt de l’Amazonie, jusqu’à Montevideo”.

as comédias *Sua Excelência* e *Prima Aurora*, cantando a beneficiada, que dispõe de voz muito regular, a cançoneta Lili. São dois artistas distintos e estimados do público que nessa noite receberão novas provas do justo apreço que merecem. [...] Politeama. O espetáculo de hoje no Politeama é dos mais atraentes e escolhidos [...] Estreia amanhã no Sant'Anna a atriz Guilhermina Waltei. [...] Devem regressar amanhã, de sua excursão à província de São Paulo, os artistas Mattos, Machado e Manarczi (...). (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1888, 30 de julho, p. 2)

No mesmo dia, a seção comentava sobre baile no clube dos Fenianos:

O Congresso dos Fenianos festejou anteontem a data do seu primeiro aniversário oferecendo aos seus sócios e convidados um baile, que se pode dizer foi de arromba. Nada faltou para tornar agradável a festa que esteve bastante concorrida. À 1 hora da noite foi servida a ceia, durante a qual trocaram-se muitos brindes. Pelo *Diário de Notícias* foi oferecido à diretoria do Congresso um lindo ramo de flores. O baile correu animado até a madrugada. (*Idem*, 1888, 30 de julho, p. 2)

Os anúncios publicitários das peças em cartaz faziam parte da última página do jornal e mostravam que durante todo o ano os teatros buscavam apresentar espetáculos inéditos ao público. Além disso, tinham capacidade instalada para receber uma grande quantidade de espectadores, considerando as informações que constaram de uma publicação de 1884, de Alfredo do Valle Cabral, o *Guia do viajante no Rio de Janeiro*. Segundo Cabral (1884, p. 370-3), em 1884 a capital contava com dez teatros, “dois são de grandes dimensões, dois pequenos, cinco campestres e um teatro circo”, descrevia. E em relação aos espetáculos, informava: “Os frequentam constantemente insignes artistas líricos ou dramáticos, nacionais, portugueses, italianos, franceses e espanhóis”. Segundo o autor, teatros campestres eram assim classificados pelo gênero das peças que apresentavam: “Nos teatros campestres representam-se peças de gênero ligeiro, *vaudevilles*,²² e operetas traduzidas do francês ou originais. Cada camarote consta de cinco cadeiras”. Após a descrição, o autor passava a falar detalhadamente de cada teatro, localização, breve histórico, capacidade e preços.

Com base nestas informações elaboramos as tabelas abaixo, nas quais se pode ter uma ideia aproximada da estrutura de teatros na capital, à época. Na Tabela 1 estão os teatros²³ descritos como não-campestres, incluindo o “teatro circo” — o

²² Segundo o dicionário Priberam, *vaudeville* é uma comédia ligeira, com intrigas e confusões. Gênero teatral.

²³ Segundo o autor, o Teatro São Pedro de Alcântara chegou a se chamar Teatro São João, foi por três vezes inteiramente destruído por incêndios e reconstruído, e o Teatro Ginásio Dramático chegou a se chamar São Francisco de Paula, depois Teatro São Francisco e, em 1855, finalmente recebeu a denominação que constou no *Guia dos viajantes*.

“Politeama Fluminense”. Estão também na primeira tabela os “prováveis” dois grandes teatros aos quais o autor se referiu no *Guia* — o São Pedro de Alcântara, que contava 1.395 lugares somadas todas as classes e considerados cinco lugares para cada camarote, e o Imperial Teatro Pedro II, com 1.944 lugares. Somados aos lugares do pequeno Teatro São Luiz, os três teatros teriam cerca de 3.836 lugares.

Tabela 1. Teatros não campestres segundo informações do *Guia do viajante*, 1884

NOME/FUNDAÇÃO	ENDEREÇO	CAPACIDADE	PREÇOS
Teatro de São Pedro de Alcântara (1821) 1.395 lugares aprox.	Praça da Constituição, face setentrional	30 camarotes 1ª classe 27 camarotes 2ª classe 30 camarotes 3ª classe 288 cadeiras 1ª classe 244 cadeiras 2ª classe 28 lugares galerias nobres 400 lugares galerias gerais	Camarotes 1ª 15\$ Camarotes 2ª 15\$ Camarotes 3ª 10\$ Cadeiras 1ª 3\$ Cadeiras 2ª 2\$ Galerias 3\$ Entrada 1\$000
Imperial Teatro Pedro II (1871) 1.944 lugares aprox..	Rua da Guarda Velha Junto à Tipografia Nacional	40 camarotes 1ª classe 40 camarotes 2ª classe 426 cadeiras 1ª classe 384 cadeiras 2ª classe 234 varandas 500 lugares nas galerias	Não foram divulgados os preços, mas é mencionado que o teatro comportaria até 2.000 pessoas
Teatro São Luiz (1870) 497 lugares aprox..	Rua do Teatro Atual Sousa Franco, n° 39	1 tribuna imperial 16 camarotes 2 camarotes especiais 356 cadeiras 50 lugares galerias	Camarotes 15\$ Cadeiras 2\$ Galerias ou entrada....1\$000
Teatro Ginásio Dramático (1832)	Rua de Sousa Franco, n° 37	Não informado. Segundo o autor informou, o Teatro “presentemente pouco trabalha”, o que parece indicar que estava inoperante	Não Informado
Politeama Fluminense	Rua do Lavradio, n° 94	Segundo o autor: “É teatro circo, não pequeno, em que trabalham companhias ginástico equestres e de zarzuelas”	Não informado
TOTAL: 3.836 lugares	Números aproximados, porque não foi informado quantos lugares havia nas varandas ou tribuna imperial, nem nos camarotes especiais do Teatro São Luiz. Considerado, para fins de cálculo, camarotes com cinco cadeiras, conforme informou o autor do <i>Guia</i> .		

Fonte: Elaboração da autora com dados do *Guia do viajante* (CABRAL, 1884 p. 370-72)

Os teatros²⁴ *campestres* listados no *Guia* foram agrupados na Tabela 2. Somados, teriam aproximadamente 3.950 lugares. Estes teatros foram os que mais frequentemente publicaram anúncios no *Gazeta* em 1888, com destaque para o Teatro Lucinda, Santana e Recreio Dramático, seguido do Príncipe Imperial e Fênix

²⁴ O Teatro Santana se chamava Teatro Cassino, e segundo o autor, também fora reconstruído. Quanto ao Teatro das Novidades era informado ser o “antigo” teatro Lucinda, entretanto, nos classificados de 1888 os anúncios continuaram com o antigo nome. É possível que “Teatro das Novidades” não tenha sido aceito ou não fosse muito conhecido pelo público. Além disso, segundo o *Guia dos viajantes*, *Brazilian Garden* era o nome anterior do Teatro Recreio Dramático.

Dramático. No período de carnaval os teatros divulgavam a realização de bailes de máscaras, incluindo os dois maiores e não-campestres, o Teatro São Pedro de Alcântara e o Imperial Teatro Pedro II. É curioso observar que três teatros *campestres* se concentravam na rua do Espírito Santo (Lucinda, Recreio Dramático e Santana). E na praça da Constituição estavam o São Pedro de Alcântara e o Príncipe Imperial.

Tabela 2. Teatros campestres segundo informações do *Guia do viajante*, 1884

NOME/FUNDAÇÃO	ENDEREÇO	CAPACIDADE	PREÇOS
Teatro Fênix Dramática (Sem data de fundação) 977 lugares aprox..	Rua da Ajuda, nº 59	12 camarotes 368 cadeiras 49 galerias nobres 500 lugares galerias	Camarotes..... 12\$ Cadeiras..... 2\$ Galerias nobres..... 2\$ Galeria geral ou entrada.. 1\$
Teatro Santana (Sem data de fundação) 621 lugares aprox..	Rua do Espírito Santo, nº 2	1 tribuna imperial 18 camarotes 1ª classe 4 camarotes 2ª classe 129 varandas 81 cadeiras numeradas 300 lugares galerias	Camarotes 1ª..... 15\$ Camarotes 2ª 2\$ Varandas 2\$ Cadeiras numeradas..... 2\$ Galerias ou entrada geral.1\$
Teatros das Novidades (sem data de fundação) 667 lugares aprox..	Rua do Espírito Santo, nº 24	13 camarotes 306 cadeiras 96 lugares galerias nobres 200 lugares galerias gerais	Camarotes..... 15\$ Cadeiras 1ª 3\$ Cadeiras 2ª 2\$ Galerias nobres..... 2\$ Galeria geral ou entrada 1\$
Teatro Recreio Dramático (Sem data de fundação) 940 lugares aprox..	Ao fundo da Rua do Espírito Santo	16 camarotes 306 cadeiras 54 lugares galerias nobres 500 lugares galerias gerais	Camarotes..... 15\$ Cadeiras..... 2\$ Galerias nobres..... 2\$ Galeria geral ou entrada. 1\$
Teatro Príncipe Imperial (Sem data de fundação) 745 lugares aprox.	Praça da Constituição, nº 3	14 camarotes 465 cadeiras 60 lugares galerias nobres 150 lugares galerias gerais	Camarotes..... 15\$ Cadeiras..... 2\$ Galerias nobres..... 2\$ Galeria geral ou entrada 1\$
TOTAL 3.950 lugares	Números aproximados porque não há informação de quantos lugares havia nas varandas ou tribuna imperial. Também foi considerado para fins de cálculo camarotes com 5 cadeiras, conforme informou o autor do <i>Guia</i> .		

Fonte: Elaboração da autora com dados do *Guia do viajante* (CABRAL, 1884 p. 370-72)

Mesmo considerando a ausência de dados sobre dois teatros, o Politeama e o Ginásio Dramático (este último estava inoperante, segundo o autor), e a falta de informações sobre lugares nas varandas e tribunas, a soma totalizou 7.786 lugares, uma capacidade que parece razoável para o público da capital. Além disso, a presença cotidiana da coluna “Teatros e...” no jornal, com informações sobre elenco, análises das peças teatrais, bem como os anúncios publicitários habituais na última página, parecem indicar que os teatros eram uma opção de entretenimento para os que podiam pagar pelos ingressos. Soma-se, ainda, que a disponibilidade de espaços mais nobres com preços diferenciados, denominados “camarotes”, “galerias nobres”, “cadeiras de 1ª”, “tribuna imperial”, era uma provável classificação indicativa de que

existiam segmentos de público com maior poder aquisitivo e de classes sociais mais nobres no rol de frequentadores destes locais.

2.3 Canhenho

O Canhenho²⁵ era o espaço de entretenimento do jornal. Continha piadas de época, charadas e enigmas, e ocupava normalmente a primeira página. Em relação aos desafios diários a serem elucidados (charadas), havia colaboração dos leitores, tanto no envio de problemas, como nas tentativas de solução. Pequenos prêmios eram disponibilizados aos que conseguissem resolver os desafios propostos. Curiosamente, os brindes eram ofertados pelos próprios leitores que encaminhavam as sugestões de enigmas.

O nome dos que conseguissem decifrar eram publicados no dia posterior ao da divulgação do desafio. Um exemplo de questão foi anunciada em 6 de janeiro: uma pequena tabela com números e letras e uma dica textual para solução. A leitura da tabela era intuitiva: o leitor deveria descobrir o nome de um “triste qualificativo”, redigido com 2 letras “n”, 2 letras “a”, 2 letras “m”, 1 letra “i”, 3 letras “o” e 1 letra “c”. A solução, publicada no dia seguinte, indicaria como resposta a palavra “monomaníaco”, e o nome do leitor que solucionara o problema com a descrição do brinde ao qual fazia jus por ter decifrado o enigma.

Em relação aos textos de humor da época, a maioria tinha um caráter ingênuo, mas não deixavam de refletir concepções e preconceitos. Dois exemplos de anedotas relacionadas às relações afetivas “por interesse”, e ao hábito de “cortejo ou galanteio” foram publicadas no dia 8 de janeiro e 14 de fevereiro, respectivamente. No dia 8 de janeiro, um jovem fazia a corte a uma moça, enquanto outro jovem o observava e tecia uma crítica mordaz:

Em um salão, um galanteador faz a corte a uma dama:
— Como os seus olhos são grandes! Como os seus pés são pequenos! Como os seus cabelos são compridos! Como os seus dentes são curtos!
Um rapaz ouviu tudo isso:
— Com os diabos! Não é um namorado... é um agrimensor. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1888, 8 de janeiro, p. 1)

²⁵ Nos dicionários de língua portuguesa *Canhenho* significa caderno de apontamento, caderno de memórias, mas também pode significar canhoto.

No dia 14 de fevereiro, duas anedotas relatavam situações que envolviam relações por interesse, que possibilita supor que certos casamentos à época poderiam ser previamente arranjados:

Um velho tio quer casar o sobrinho com uma moça rica, sua pupila.
— Meu sobrinho, olha que é um bom casamento!
— Ora!
— A menina é rica, e não é feia, apenas tem uma perna de pau...
— O que me diz, meu tio?!
— Sim, mas muito bem feita! É toda de ébano!
[...] Entre bilontrinas:²⁶
— Estava excelente a ceia oferecia pelo teu adorador, mas o homem, apesar de capitalista, não me agrada... Acho-o um pouco pesado!
— Os gostos variam, minha cara! Eu cá por mim adoro os homens de ouro... maciço. (*Idem*, 1888, 14 de fevereiro, p. 1)

As sogras estavam representadas no Canhenho sempre com conotações negativas. Em 8 de janeiro um texto enunciava: “O amor foi inventado por Deus, reformado pelo diabo, e reduzido a pílula pelas sogras!”. No dia 28 de março, o Canhenho dizia: “Esta semana faz lembrar o beijo de Judas, que boa sogra dava o tal patife” (*Gazeta de Notícias*, 8 de janeiro e 28 de março). Na edição do carnaval de 14 de fevereiro, primeira página, havia relatos sobre a passagem de pequenos grupos carnavalescos e pessoas fantasiadas que brincavam pela rua do Ouvidor. Muitas vezes, em meio às brincadeiras de rua, os grupos entravam na redação dos jornais. Em um dos textos, o *Gazeta* descreveu a visita de dois foliões em seu escritório:

Foi grande o número de máscaras avulsos, mais ou menos bem vestidos; e entre esses dois, cujas fantasias são indicadas pelo seguinte cartão, que deixaram em nosso escritório: “Deus Momo e sua senhora, ao cumprimentar a esta ilustrada redação, fazem votos para que, de ora em diante, deixem em paz as sogras”. (*Ibidem*, 1888, 14 de fevereiro, p. 1)

2.4 Júri

Os textos publicados no espaço intitulado Júri referiam-se algumas vezes a nomeação de jurados e outras vezes traziam o resumo dos julgamentos realizados e/ou os que iriam ser julgados no dia. Alguns exemplos de descrições desta seção retirados da primeira página em 24 de janeiro, diziam: “Foram ontem julgados dois réus e ambos foram absolvidos. O primeiro [...], era acusado de haver dado uma

²⁶ Bilontra nos dicionários de língua portuguesa significa velhaco, espertalhão. Entretanto, ficou bastante conhecida na época uma peça de teatro intitulada *O Bilontra*, que contava a história de um homem ambicioso que acabou sendo enganado por um malandro. A peça, de autoria de Arthur Azevedo, foi encenada em 1886.

bofetada em [...], quando este agredia a italiana [...]. Foi defendido pelo senhor doutor [...]”. Em seguida, o jornal apresentava no mesmo bloco o resultado de outro caso: “O Dr. Borba [...] defendeu o segundo réu [...], acusado de ter dado um tiro de revólver em [...]. O réu alegou e o júri convenceu-se disso, que estava completamente embriagado no dia que se deu o fato” (*Gazeta de Notícias*, 1888, 24 de janeiro, p. 1).

Ao analisar as informações da amostra dos casos julgados, que traziam indicação do delito e a sentença, foi observado não ser possível saber se estes se referiam ao ano de 1888. Houve relatos nos quais era mencionado que o delito fora praticado em 1887, e na maioria dos textos não constava data alguma sobre a ocorrência. Assim, as informações da amostra não podem ser usadas para se ter um número aproximado da quantidade de ocorrências do ano, mas é possível uma leitura qualitativa sobre a natureza do que era julgado. A partir da descrição das sentenças foi possível observar que a maioria dos delitos eram ofensas físicas (leves e graves), furtos e roubos, e tentativa de furto. Crimes descritos como tentativa de homicídio e homicídio eram raros. Estelionatos e outras infrações também eram incomuns.²⁷

Nos casos de ofensas físicas graves, algumas vezes era informado sobre objetos utilizados pelos acusados para produzir ferimento, tais como, pedaço de madeira ou instrumento cortante. E um relato do dia 28 de fevereiro descrevia ofensa física feita de forma incomum, com uma mordida, dizia o texto: “Acusado de ter com uma dentada feito em Firmino [...] ferimento, do qual resultou deformidade” (*Idem*, 1888, 28 de fevereiro, p. 1). Foi encontrado, ainda, informações sobre furtos nos quais se descrevia o que fora roubado, nos quais se encontravam bens de pequeno valor. Dentre estes objetos estavam: oito pares de meias masculinas, um relógio retirado do bolso de um homem embriagado, peças de roupa, uma lata de paíós, uma lata de banha, uma peça de chita (tecido), baú com roupas usadas, peça de roupa tirada de um manequim de loja, um relógio de níquel.” (*Ibidem*, 1888, 31 de janeiro, p. 2, 11 de março, p. 1, 13 de maio, p. 1, 16 de maio, p. 2, 21 de maio, p. 2, 14 de julho, p. 2, 14 de julho, p. 2, 21 de novembro, p. 1, 2 de dezembro, p. 2). Com exceção do roubo da peça de chita, no qual o autor do delito fora condenado à prisão, nos demais furtos era descrito que os acusados foram absolvidos.

²⁷ Crimes eram previstos na Lei de 16 de dezembro de 1830, conhecida como “Código Criminal do Império do Brasil”, que vigorou até 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm> Acesso em: 2 de agosto de 2021.

Entre os casos atípicos encontrados, um descrevia um homem que criara uma falsa agência de aluguel de empregados para serviços domésticos, e outro citava um acusado que prometera curar uma enfermidade por meio de sortilégios, recebendo em pagamento joias que a vítima dispunha. Houve também citação de um caso de defloração (*Ibidem*, 1888, 28 de outubro, p. 1, 30 de agosto, p. 2, e 14 de julho, p. 2). Foi ainda descrito em janeiro um caso de calúnias impressas que seria julgado, portanto, a decisão só seria informada posteriormente. No relato, não houve detalhamento para que se pudesse saber se as calúnias se referiam à alguma publicação em jornal, ou em outro meio. Dizia o texto: “[...] Depois de amanhã será julgado o réu afiançado [...], acusado por [...], de calúnias impressas” (*Ibidem*, 1888, nº 24, 24 de janeiro p. 1).

É provável que os casos tenham sido julgados a partir das disposições do já mencionado Código Criminal do Império, e certamente de outras legislações adicionais ou complementares. E como os casos de homicídios eram bem raros, chamou atenção na amostra de agosto um crime que ficou conhecido como “caso da rua Uruguaiana”. O jornal acompanhou a história que ganhou repercussão e intitulou as notícias como “tragédias do adultério”, pois se tratava de um crime que envolvia uma mulher e um suposto companheiro que fora morto por seu ex-marido. O homicídio se dera na rua Uruguaiana. Quando relatou um dos depoimentos, o jornal informou que estava impossível transitar nas proximidades do local do júri, pois antes da hora marcada para audiência a localidade já estava apinhada de cidadãos que queriam acompanhar o caso, “quase que era impossível de circular pela rua de Luiz de Camões”, descrevia o periódico (*Ibidem*, 1888, 1º de agosto, p. 1). E uma crônica de Machado, assinada sob o pseudônimo de *Boas Noites*, publicada em 7 de agosto, provavelmente se inspirou na ocorrência, pois o literato declarava estar muito cansado de ouvir falar sobre o assunto. No parágrafo de abertura do texto, dizia:

Apesar desta barretada e da minha usual cortesia, fiquem sabendo que ando armado; trago aqui uma pistola, para meter uma bala na cabeça do primeiro que me falar ainda em Maria das Dores, Umbelino, Ramos, Villar, e o que mais se prende ao crime da rua Uruguaiana [...]. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1888, nº 219, *Bons Dias*, 7 de agosto, p. 1)

Enfim, os textos colhidos na amostra indicaram que eram julgados muitos casos de agressões físicas, furtos e/ou roubos. Houve poucos casos de homicídios e outros delitos. Em todas as situações as penas variavam, pois além do Código Criminal da

época incluir artigos que dispunham sobre atenuantes e agravantes, é bastante provável que houvesse outras leis sob as quais os julgamentos se amparavam, inclusive em relação à tramitação processual.

2.5 Crônicas da Polícia e os pequenos delitos

De janeiro até meados do mês de abril de 1888, o *Gazeta de Notícias* contou com uma seção intitulada *Crônica da polícia*, que ocupou muitas vezes a primeira página do jornal. As crônicas retratavam uma realidade marcada por pequenos furtos, brigas que iam parar nas delegacias, prisões por embriaguez, vadiagem e pequenas infrações. A linguagem era singular, e os textos, apesar de bem curtos, estavam mais próximos da escrita literária do que da jornalística. A seção foi descontinuada ainda no mês de abril de 1888, e as informações sobre ocorrências que demandavam a interferência da polícia passaram a ser inseridas junto às demais notícias que não se enquadravam em seções específicas. Além disso, os relatos passaram a ser descritos na linguagem padronizada pelo jornal para os assuntos gerais, e sem página definida.

Ao se comparar os textos com os da seção *Júri*, se pôde constatar que estes tinham teor próximo aos descritos nas ocorrências de segurança. Havia, contudo, uma diferença nos textos: na seção *Júri* a linguagem utilizada era mais técnica, e provavelmente adequada às formalidades legais, ou seja, os acusados eram descritos pelo nome completo, eventualmente por algum apelido, ou pela designação genérica “acusados”. Na linguagem do jornal, o ladrão era frequentemente chamado de “gatuno ou ratoneiro”, e as ocorrências de roubo ou furto recebiam a designação “gatunagem”. Assim, a expressão *gatunagem* poderia ser compreendida como furto ou roubo quando indicada nas estatísticas da polícia da época.

Como exemplos de textos que relatavam casos semelhantes, mas em outra linguagem estavam os seguintes: “Foram anteontem presos Apúlio [...], José [...], João de [...] e Manuel [...], *por gatunos*”, e o trecho, “Foram anteontem presos: Antônio [...] Paulo José [...], vulgo *Dente de Brilhante, por vagabundos e ratoneiros*” (*Gazeta de Notícias*, 5 e 28 de fevereiro de 1888, p. 1 e p. 2, respectivamente). Outro caso relatava: “Com uma trouxa de roupa molhada seguia anteontem, às 5 horas da tarde, Eduardo [...] quando foi [*ilegível*] pela polícia. Declarou ele que havia furtado a tal trouxa de uma estalagem da rua das Laranjeiras, pelo que foi dali direitinho para o xadrez” (*Idem*, 2 de maio de 1888, p. 2).

Pessoas embriagadas também eram chamadas de “chuvas”. No dia 2 de fevereiro, a seção de crônicas narrou um caso no qual dois bêbados e um gatuno foram presos:

*Bras dessus, bras dessous,*²⁸ equilibrando-se mutuamente, por causa daquele estado do *tem-te não caias* peculiar aos *chuvas*, à meia noite de anteontem seguiam Charles [...] e Antônio [...] até que faltando-lhes as respectivas pernas, caíram na praça da Constituição, onde, entre roncões e eructações produzidos pela vinhaça, puseram-se a *cozinhar* a bebedeira[...]. (*Ibidem*, 5 de fevereiro de 1888, p. 1)

Assim, as ocorrências em sua maioria se referiam a casos de embriaguez, vadiagem, pequenos furtos e desentendimentos que geravam brigas e agressões físicas, estas últimas quase sempre terminavam na delegacia e contavam com a intervenção da polícia, como um texto de 31 de janeiro que relatava: “Lutavam como uns endemoniados os *bravos atletas* João [...] e João [...], mas eis que chega a polícia e aí foram eles para o xilindró!” (*Ibidem*, 31 de janeiro de 1888, p. 2).

2.5.1 Estudos sobre o tema

Um artigo da professora Gizlene Neder, “Cidade, identidade e exclusão social”,²⁹ abordou o controle e a exclusão social na cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX. No artigo, há um estudo quantitativo no qual a autora analisou as estatísticas da Casa de Detenção do Rio de Janeiro relativas ao período 1880 a 1889. As estatísticas da época mencionavam os motivos para detenção naquela instituição, e nestas se incluíam as do ano de 1888. Segundo a autora, ocorrências de delitos simultâneos geravam classificação específica (delitos eram agrupados), e quando isolados contavam separadamente. Por não compreender a lógica dos agrupamentos, a autora decidiu inserir os dados como foram registrados:

Trabalhamos, ainda, uma década anterior à República (a década de 1880) para efeito de comparação e coleta de indícios para o nosso recorte cronológico (primeiras décadas da República). Encontramos, ao longo das décadas analisadas, registros de detenções que discriminam embriaguez, distúrbio e algazarra, novamente, num só registro, combinadas, vadiagem, embriaguez e gatunagem. Noutro item à parte, capoeiragem. Utilizamos um formulário de captação das informações destes registros, organizando os itens mais diretamente ligados ao tipo de pesquisa e ao enfoque que lhe estamos dando. Optamos por repetir alguns indicadores pelo fato de aparecerem anotados separadamente, como uma só ocorrência, ou combinados com mais de um tipo de ocorrência. *Não nos foi possível decifrar*

²⁸ *Bras dessus, bras dessous*, de braços dados.

²⁹ Disponível em: <https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg3-5.pdf>. Acesso em 6 de agosto de 2021.

a lógica das combinações. Parece-nos que obedecem a uma prática que, repetida, tornou-se tradicional entre os escrivães da instituição policial. (NEDER, 1997, p. 15 [grifo nosso])

Em relação ao ano de 1888, a pesquisadora apurou os seguintes números nas estatísticas da Casa de Detenção da capital: embriaguez, 46, distúrbio/algazarra/vadiagem, 831, embriaguez/gatunagem, 188, capoeiragem, 158, não identificado, 19, gatunagem, 49, vadiagem, 357, outros, 325. Total de casos do ano: 1.973. Como mencionado no trecho transcrito acima, a combinação de mais de um tipo de ocorrência era prática tradicional entre os escrivães da instituição policial, motivo pelo qual algumas ocorrências aparecem agrupadas e outras vezes isoladas, em uma lógica que não foi compreendida pela pesquisadora.³⁰

Cabe observar, em relação a “vadiagem” (citado nas estatísticas do estudo acima), que este delito não foi mencionado em nenhum dos textos da seção *Júri*. Uma hipótese sobre a questão refere-se ao fato de que as penas estipuladas eram extremamente curtas, considerando apenas o disposto no Código Criminal de 1830. Sob este aspecto, se o acusado fosse enquadrado no artigo nº 295, a pena descrita era “de prisão com trabalho por oito a vinte quatro dias”. Se enquadrado no artigo nº 296, “andar mendigando”, a pena estabelecida era “de prisão simples, ou com trabalho, segundo o estado das forças do mendigo, por oito dias a um mês” (Lei de 16 de dezembro de 1830). Assim, embora vadiagem tivesse indicação de prisão, as penas não revelavam que o acusado passaria tempo superior a um mês no sistema carcerário — o que possibilita supor que estes casos não seriam, de fato, levados a julgamento, a não ser que estivessem agregados a outros crimes.

A professora Gislaine Neder (1997) também observou sobre as prisões por poucos dias que não seriam levadas a etapas posteriores, inserindo a questão em um contexto de necessidade de controle dos espaços urbanos:

Convém destacar igualmente o fato de que os Livros da Casa de Detenção oferecem um quadro ainda não conhecido, posto que uma boa parte das detenções *não tem sequência na instituição judiciária por durarem, em sua maioria, dois ou três dias, sem que seja aberto inquérito e o suspeito julgado*. Podemos ver, neste caso, as estratégias da polícia no tocante ao controle da espacialidade urbana. Quem é preso? Por quê? Em outras palavras, a ação policial estaria tendo um efeito inibidor-repressivo, no sentido dado por Michel Foucault quando refere-se ao presídio (e suas alegorias do poder). (NEDER, 1997, p. 14 [com grifo nosso])

³⁰ Conforme mencionado, não se decifrou a lógica de certos agrupamentos, mas talvez seja possível mencionar como hipótese que tivessem alguma relação com as disposições do Código Criminal de 1830, relacionadas aos delitos passíveis de prisão, nos quais se incluía a vadiagem com previsão de prisão, ainda que por curto período.

E também por hipótese se pode supor que a quantidade de encarceramento por este delito talvez até inflasse as estatísticas, pois dado o curto tempo previsto para detenção poderia ocorrer, por exemplo, um processo de *entra-e-sai* de pessoas no cárcere, mantendo elevado o número de casos ao longo do ano. E soma-se a isso duas hipóteses adicionais: a primeira, a de uma possível reincidência, mesma pessoa indo e voltando para detenção por não ter encontrado ocupação, e a segunda, a de se supor que a condição de alguém estar enquadrado em tal delito fosse por razões de caráter econômico-social, ou seja, por pertencer às classes mais pobres, nas quais havia poucas oportunidades de trabalho e/ou geração de renda para subsistência. Nesta última hipótese, desocupação seria uma questão mais de caráter social e econômico do que efetivamente de segurança, ao menos em uma parte dos casos.

Outro estudo que abordou ocorrências atendidas pelos órgãos de segurança no Rio de Janeiro no período foi escrito por Mello Barreto Filho e Hermeto Lima: o livro *História da polícia do Rio de Janeiro, aspectos da cidade e da vida carioca, 1870-1899*, prefaciado por Pedro Calmon, edição de 1944, e disponível em obras raras da Biblioteca Nacional. Segundo os autores, ao menos em relação aos homicídios, os números não eram altos na capital, pois relataram que em 1885 foram cometidos 9 homicídios, em 1886, 25, em 1887, 13 homicídios e cinco casos de “passadores de moeda falsa” (MELO e LIMA, 1944, p. 131-4 e 138).³¹ No ano de 1888, os autores não comentaram sobre o número de homicídios, mas narraram acontecimentos que agitaram as ruas da capital, e manifestações que ocorreram durante o mês da Abolição.

Assim, muitas descrições de ocorrências de segurança levam a supor que havia classes mais pobres na capital, seja pelos furtos de bens de pequena valor como roupas, ainda que usadas, pequenas quantidades de alimentos, objetos usados, assim como pelas detenções por desocupação que, por hipótese, poderiam estar relacionadas ao desemprego. O baixo número de homicídios também poderia explicar a curiosidade das pessoas em relação a um caso que ocorrera em endereço central da cidade, a rua Uruguaiana.

³¹ Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or117533/or117533.pdf>. Acesso em 6 de agosto de 2021.

2.5.2 Algumas instituições de segurança da época

Não foram encontrados dados em relação à estrutura de segurança urbana na capital do país no ano de 1888, mas há dados de quatro anos antes que foram descritos no *Guia do viajante no Rio de Janeiro* (CABRAL, 1884), e revelaram existir, à época, três delegacias e duas estruturas para apoio às atividades da polícia — um corpo de guardas urbanos, e outro de organização militar:

(...) O serviço policial da cidade é dirigido por três delegacias que exercem atribuições cumulativas em todo município, e é feito por um corpo de guardas urbanos, auxiliado por outro corpo, com organização militar denominado Corpo Militar de Polícia da Corte, com companhias de infantaria e de cavalaria. A polícia compete *exercer vigilância quanto aos divertimentos públicos, no duplo interesse de garantir a moral e bons costumes e a ordem pública* (...). (CABRAL, 1884, p. 385 [grifo nosso])

Segundo a publicação, a Secretaria da Polícia funcionava à rua do Lavradio nº 36, onde também estavam as três delegacias que atendiam todos os dias, das dez horas da manhã até as três horas da tarde. Em relação às estações da Guarda Urbana, estas estavam localizadas no beco do Rosário, na travessa de S. Domingos, no beco da Carioca, esquina com a rua de S. Antônio (segundo o *Guia*, o beco da Carioca não tinha saída), Praça Municipal (A praça era ponto final da linha 5 da Companhia de Carris urbanos, percurso da linha 8, da Companhia de S. Cristóvão, e ponto de tálburis e carros de praça, segundo a publicação), rua Sete de Setembro, rua de S. Bento, Rua do Marques de Pombal, rua do Senado esquina com a rua do Lavradio, travessa de D. Manuel, e rua do Catete nº 197.

O Corpo Militar de Polícia da Corte estava localizado à rua dos Barbônios, que o documento informava ter tido o nome alterado para rua Evaristo da Veiga, nº 68. Em relação ao Corpo de Bombeiros, o *Guia* indicava que a Estação Central da corporação estava localizada no Campo da Aclamação nº 41, estrada de leste, rua do Mercado nº 41, Alfândega. Além disso, havia outros postos na cidade: o primeiro estava localizado na rua da Prainha, esquina da ladeira da Conceição, o segundo, no largo da Carioca, esquina com a rua de S. José, e o terceiro tinha por endereço a rua D. Manuel nº 5. Também era informado que a corporação tinha seções auxiliares no Arsenal de Guerra e no da Marinha.

Para as emergências — nas quais o Corpo de Bombeiros deveria atuar — havia vinte e quatro caixas elétricas espalhadas na cidade “destinadas ao serviço de avisos

para a Estação Central e da Alfândega, comunicando-se os pequenos postos para aquela estação por meio de linhas telefônicas” (*Idem*, 1884, p. 387). O *Guia* descrevia que as chaves das caixas elétricas de comunicação com os bombeiros ficava nas estações da Guarda Urbana, e até listava as instruções existentes para os casos de incêndio:

(...) Para transmitir o sinal de incêndio, basta abrir a caixa e abaixar a tecla ali existente largando-a em seguida. Enquanto funciona o aparelho, um pequeno despertador toca continuamente. Recebido o aviso, o trem do Corpo seguirá da Estação Central pelas ruas indicadas, esperando no trajeto encontrar a pessoa que deu o sinal de alarme, a fim de guiá-lo com precisão ao ponto do incêndio ou simplesmente declarar ao carro da frente à rua e o número do prédio onde são precisos os socorros (...). (*Ibidem*, 1884, p. 387-8)

O endereço da Casa de Correção e Detenção era rua do Conde d’Eu, nº 277, e o Necrotério ficava no largo do Moura, nº 1. Segundo o *Guia*, o segundo endereço era “destinado a receber em depósito os cadáveres achados em abandono nas ruas e praias, e onde em certos casos se verificam a identidade de pessoa e causa da morte”. O horário de funcionamento informado sobre os serviços do necrotério era das seis horas da manhã até as seis horas da tarde, mas “a qualquer hora *recebe os cadáveres*”, esclarecia (*Ibidem*, 1884, p. 388).

A estrutura de segurança da época também pode ser percebida em outros textos publicados no jornal, tais como: no período de Carnaval, no qual houve acordo sobre o trajeto a ser seguido pelas instituições carnavalescas (algumas ruas percorridas pelos grupos eram também endereço de algumas unidades de segurança) ou em matérias nas quais o jornal tecia algum comentário a respeito de questão relacionada ao tema, desta forma, um panorama geral sobre a estrutura e as instituições existentes no período auxilia na compreensão dos textos publicados.

2.6 Publicações a Pedido

Além do espaço publicitário das últimas páginas, que continha anúncios com design específico, e dos textos da seção “Avisos”, que ofertavam produtos e serviços de forma mais discreta, havia outra seção denominada “Publicações a Pedido”, que segundo o jornalista francês *Max Leclerc*, continha textos pagos. Estes espaços desencadearam críticas do francês porque continham alguns ataques anônimos, e por isso os classificou como desmoralizadores da imprensa e “recanto mal afamado dos jornais”:

Desmoralizou-se a imprensa com a publicação, em suas colunas ineditoriais, sob o título de *a pedidos*, de libelos infames, de ataques anônimos contra personagens públicas ou privadas e instituições, publicações essas pagas pelos interessados, entre os quais a polícia se encontra não raro. Não insisto nesse ponto desagradável; mas os brasileiros devem ter em vista que esse recanto mal afamado dos jornais, onde o leitor, levado por uma curiosidade malsã, deita o olhar em primeiro lugar, é um ponto gangrenado do corpo social; é preciso extirpá-lo a ferro e fogo. (LECLERC *apud* SODRÉ, 1999, p. 253, com grifo nosso)

A crítica de Leclerc se referia a toda imprensa. Entretanto, cabem algumas ressalvas quanto a observação do jornalista. A primeira, se refere à condição de que as publicações “a pedido” eram somente ataques anônimos. Em relação ao *Gazeta de Notícias* não foi observado que a seção continha apenas e exclusivamente tais conteúdos. De fato, havia ataques anônimos, mas muitos outros destoavam. Um exemplo de texto de caráter pessoal e provocativo, que se enquadrava na crítica do jornalista francês, foi publicado em 24 de janeiro como resposta a uma publicação anterior:

Minas Gerais. Queluz. Sob esta epígrafe apareceu na *Gazeta de Notícias* de 19 do corrente, uma publicação anônima insultando-nos bestialmente. Se o indivíduo que a rabiscou for homem de brio, que assine seu nome para que possamos responder, do contrário passará por um maluco, bêbado, velhaco e caloteiro, muito conhecido por João Bobo na corte, em Juiz de Fora, Barbacena e Carandaí. João do Carmo & C. 21 de janeiro de 1888. (GAZETA DE NOTÍCIAS, nº 24, 24 de janeiro de 1888, p. 2)

Apesar disso, no mesmo dia do excerto acima transcrito, havia textos com outros conteúdos e propósitos, tais como: moradores da Tijuca escreviam ao ministro da agricultura para manifestarem desagrado sobre a concessão feita pelo governo para uma estrada de ferro que atenderia o bairro, divulgação de água perfumada, remédio para reumatismos, tratamento para problemas de uretra, remédio para rouquidão, texto assinado por um advogado dirigido a um arquiteto com quem seu cliente tivera problemas, e manifesto de vários juizes de paz da Província do Paraná. Enfim, os textos eram diversos e nem todos os conteúdos estavam relacionados a ataques anônimos ou pessoais. Entretanto, não parecia haver algum tipo de regulação ou censura prévia para publicação. No espaço cabia um pouco de tudo, e no dia 24 também constava na coluna um anúncio redigido em francês, que oferecia

“assinaturas de todos os jornais e periódicos, jornais ilustrados ou de moda de varejo, *Le Figaro*, mensalmente” (*Idem*, 1888, 24 de janeiro [tradução nossa]).³²

Leclerc também não considerou como possibilidade que ataques poderiam ocorrer sob outro estilo de escrita tais como, textos no formato de crônicas ou outro com linguagem indireta ou velada que, ao menos em tese, também poderiam conter ironias ou metáforas, e serem assinados sob pseudônimos. Uma terceira observação se refere ao fato de que havia previsão legal no Código Criminal de 1830 para calúnia e injúria (artigos de nº 229 a nº 246). O artigo nº 230, inclusive, descrevia sobre delito por “meio impresso”, que talvez tenha sido o caso citado em 24 de janeiro na seção *Júri*.

Em relação ao pagamento dos textos *a pedido*, foi possível encontrar informações no *Guia do viajante* que permitiram observar que a prática era adotada por outros periódicos da época, embora nem todos os jornais da capital estivessem listados na publicação. Em relação ao *Gazeta, Cabral* (1884), informava os seguintes preços³³ para publicação: “Avisos: no corpo do noticiário, 3 \$ por linha, e no fim, 1 \$. *idem*; na respectiva seção, 500 rs. Publicações a Pedido, 150 rs. por linha. Anúncios, 140 rs. por linha; quando a rubrica é em títulos garrafais paga-se o espaço, contando-se como linhas” (CABRAL, 1884, p. 101-2). Pelas informações foi possível observar que, além de Publicações a Pedido, também eram pagas as publicações da seção Avisos, e havia regras para cobrança diretamente relacionadas ao espaço ocupado no jornal.

O *Guia* também trazia preços praticados por mais alguns periódicos, tais como o *Jornal do Comércio*, para o qual registrava: “Avisos; até 5 linhas, 5 \$. e daí por diante, as mais que se lhes seguirem, 1 \$. Publicações a Pedido: 120 rs. por linha e mais 10% sobre a totalidade. Anúncios: 120 rs. por linha, pagando-se como linhas as rubricas em tipos garrafais”. Em relação ao jornal *O Cruzeiro*, o documento listava nomes idênticos para as seções, e a prática dos seguintes preços: “Avisos: 500 rs. por linha. Publicações a Pedido: 120 rs. por linha. Anúncios: 100 por linha”. Para o

³² Trecho original: “Abonnements à tous les journaux et revues, journaux illustrés ou de mode au détail, le *Figaro* au mois, chez Henri Nicoud & C. r. do Ourives”.

³³ Segundo informações do Banco Central no documento “Síntese dos Padrões Monetários Brasileiros”, a representação simbólica para o dinheiro da época, o “réis”, tanto poderia ser o “\$” como “Rs”. Os dois símbolos estão presentes na redação observada no *Guia*. No jornal era mais utilizado o símbolo “\$”, que frequentemente aparecia borrado ao ponto de ser possível confundir a leitura dos números. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/museudocs/pub/SintesePadroesMonetariosBrasileiros.pdf>>. Acesso em: 16 de julho de 2021.

jornal *Diário do Brasil* eram informados os seguintes preços e seções: “Declarações: 200 rs. por linha. Publicações Solicitadas: 200 rs. idem. Avisos: 200 rs. idem. Anúncios: 120 rs. idem” (*Idem*, 1884, p. 101-2).

Apesar de as publicações *a pedido* serem pagas e fizessem parte de outros periódicos da época, além do autor de uma eventual calúnia/injúria impressa ser passível de responsabilização, houve um caso no ano de 1884 no qual uma matéria da seção *Publicações a pedido* originou ações na justiça contra o diretor do jornal *Gazeta de Notícias*. Segundo Melo e Lima (1944), o texto que fora publicado no dia 1º de agosto de 1883, mencionava um “suposto” roubo de seis contos de réis de um certo comendador Castro. O autor, que assinara sob o pseudônimo “A voz da verdade”, acusava um conselheiro pelo furto. O conselheiro acusado decidiu ingressar na justiça contra o diretor do *Gazeta*, Ferreira de Araújo. Segundo relataram Melo e Lima (1944) o diretor do *Gazeta* foi absolvido em primeira e segunda instância, mas o acusado entrou com novo processo: “Absolvido em primeira instância, o conselheiro apelou para Relação, onde também o acusado logrou absolvição. O conselheiro, não se conformando ainda, processou o jornalista por crime de calúnia. Instalou-se, pois, novo processo” (MELO e LIMA, 1944, p. 126-7).

Na fase final do julgamento do novo processo, Ferreira de Araújo se sentou no banco dos réus ladeado por seus advogados, Quintino Bocaiúva e Sizenando Nabuco. Quintino, que à época também era ligado à imprensa,³⁴ dentre outros argumentos, mencionou que não estava ali para defender Ferreira de Araújo, “mas o princípio da liberdade de imprensa”. Segundo os autores, a cena ocorrera em 25 de outubro de 1884, e as argumentações de defesa feitas por Bocaiúva e Sizenando foram consideradas brilhantes. Quando o juiz leu a sentença de absolvição por unanimidade “o auditório prorrompeu em prolongada salva de palmas. O dr. Ferreira de Araújo foi abraçado por muitos amigos presentes e acompanhado no seu trajeto até a rua dos Inválidos” (*Idem*, 1944, p. 126-7).

Em consulta à hemeroteca da Biblioteca Nacional, foi encontrado na revista *O Mequetrefe* uma nota sobre o caso: “O nosso colega da *Gazeta de Notícias*, Sr. Dr. Ferreira de Araújo, foi unanimemente absolvido pelo júri a que foi submetido por um suposto delito de imprensa. Congratulamo-nos por essa vitória de liberdade do

³⁴ Pela data do julgamento, 1884, Quintino Bocaiúva estava ligado ao jornal *O País*, no qual iniciara como redator-chefe, como consta em artigo da Biblioteca Nacional sobre o periódico. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz/>>. Acesso em: 8 de outubro de 2021.

pensamento” (O MEQUETREFE, 1884, nº 35, 30 de outubro, p. 3). O jornal *O País*, de 26 de outubro de 1884, dedicou quase duas colunas da primeira página para relatar o julgamento. E o próprio *Gazeta de Notícias*, em 26 de outubro de 1884, publicou matéria com os detalhes do caso, na qual utilizou metade da primeira e parte da segunda página. O jornal *Gazeta da Tarde* descreveu que “à entrada de Ferreira de Araújo todos os espectadores se levantaram manifestando assim a simpatia que o cercava” (*Gazeta da Tarde*, 1884, 25 de outubro), além disso, registrou os representantes da imprensa e da sociedade da capital que estiveram no Tribunal para acompanhar a sentença, pois a questão se tornara de interesse para os demais jornais, e para vários segmentos da sociedade local:

O tribunal estava cheio do que há de mais ilustre na imprensa da corte. O *Jornal do Comércio* era representado pelo Sr. Dr. Luiz de Castro, a *Folha Nova* por Manoel Carneiro, o *País* por Henrique Reis, o *Brasil* pelo Dr. José Avelino, o *Diário do Brasil* por F. Laandro, *Revista Ilustrada* por Ângelo Agostini, a *Revista de Engenharia* pelo Dr. José Américo dos Santos, o *Ensino Primário*, por Luiz dos Reis, o *Cosmopolita*, por A. Turchi. Além destes havia na sala grande parte da redação de todos os jornais, lentes da Academia de Medicina e Escola Politécnica, médicos advogados, representantes de diversas associações. (GAZETA DA TARDE, 1884, nº 250, 25 de outubro, p. 1)

Enfim, o acompanhamento do julgamento do diretor do *Gazeta de Notícias* quatro anos antes permite supor que a imprensa da época considerasse tais publicações como um tipo de prestação de serviços, e a decisão final favorável ao diretor do *Gazeta* parece ter sido esclarecedora ou norteadora para toda imprensa em relação à questão. Além disso, analisando o conteúdo dos textos *a pedido* durante o ano foi observado que, muitos se dirigiam às autoridades e órgãos públicos. Havia reclamações sobre atendimento por parte de empregados públicos, obras em andamento, preços das barcas, tributos, e outras questões. Havia, ainda, pedidos para conserto de ponte, melhoria em estrada, informes diversos, como pessoa que sairia de viagem e usava o jornal para avisar os amigos, desaparecimento de animal de estimação, textos publicitários, poemas, textos velados e os ataques anônimos já citados. Tudo parecia caber no espaço.

Se pode pensar, como hipótese, que se os órgãos do governo da época, como ministérios ou departamentos, contassem com uma Ouvidoria que encaminhasse questões de ordem administrativa, talvez em muitos casos de pedidos ou reclamações não se recorresse ao(os) jornal(is) — e curiosamente, como descrito em item anterior, a maioria dos escritórios dos jornais da capital estava localizada na rua do Ouvidor. É

possível, ainda, refletir se nos dias atuais a imprensa escrita continua a publicar conteúdos semelhantes, como reclamações ou pedidos direcionados a órgãos e/ou autoridades, bem como, para onde eventualmente teriam migrado os conteúdos de natureza pessoal em tempos de comunicação por redes sociais.

2.7 Parte Comercial

A seção intitulada “Parte Comercial” ocupava a parte inferior de uma página do *Gazeta de Notícias*, na mesma disposição que os folhetins. O espaço era delimitado por uma linha grossa na horizontal, subdividido em colunas menores na vertical, nas quais estavam as informações relacionadas à economia e negócios, Fig. 1. Alguns conteúdos apareciam diariamente, outros eram ocasionais. Os temas diários se referiam ao mercado de câmbio, movimento na Bolsa (ofertas, vendas e cotações do preço de papéis), telegramas com informações econômicas, mercado de café (cotações e embarque de produtos), movimento na estrada de ferro D. Pedro II, rendimentos fiscais, vapores esperados e vapores a sair. Os temas que variavam incluíam a divulgação de balanços de empresas, problemas econômicos sazonais, comunicação de dividendos, entre outros.

Fig.1 – Parte Comercial, temas econômicos e financeiros

Fonte: GAZETA DE NOTÍCIAS, 1º de maio de 1888, p. 3

O mercado de câmbio ocupava a primeira coluna do grupo de informações, e era sempre precedido de texto com uma breve análise que, em primeiro de maio de 1888, informava: “Esteve firme e em alta este mercado, vigorando oficialmente nas

taxas de 24 $\frac{3}{8}$ d. e 24 $\frac{1}{4}$ d. sobre Londres”.³⁵ As taxas de câmbio em relação a Londres, Paris, Hamburgo, Itália, Portugal e Nova York se mantiveram em destaque ao longo de 1888, exceção para os jornais da amostra dos dias 17, 24 e 31 de dezembro. Nestes dias, a seção Parte Comercial se deslocou para o final da última página e ocupou espaço reduzido, pois o *Gazeta* deixou de exibir tanto a coluna Mercado de Câmbio, como as colunas Ofertas, Vendas na Bolsa e Cotações. A divulgação com destaque para um grupo de taxas de câmbio parecia refletir as relações comerciais com os países listados, tanto em relação à exportação, como importação de produtos. Segundo levantamento feito por Max Leclerc,³⁶ em 1889, as exportações brasileiras apresentavam a seguinte distribuição: “1/3 vai para os Estados Unidos, 1/3 terço para Inglaterra, 1/10 para França, 1/14 para Alemanha”. Em relação às importações, “45% vêm da Inglaterra, 17% da França” (LECLERC, 1889, p. 246 e 247), resumia o jornalista francês.

Quase duas décadas antes a situação era semelhante. Segundo Nelson Werneck Sodré, no livro *Forma o histórica do Brasil* (2004, p. 289 e 290), os produtos brasileiros tinham como principais destinos em 1870/71: Grã-Bretanha (39,4%), Estados Unidos (28,8%), França (7,5%), Alemanha (5,0%) e Portugal (5,8%), ou seja, somados os percentuais, estes países representavam 86,5% do mercado para os produtos brasileiros, dos quais o café se destacava como o principal. Quanto às importações, a procedência dos produtos vindos do exterior também estava concentrada: 53,4% vinham da Inglaterra, 12,2% da França, 7,0% de Portugal, 6,5% da Alemanha, e 5,4%, dos Estados Unidos. Somados, estes países forneciam 84,5% dos produtos comprados pelo Brasil no exterior.

A participa o da Itália não era significativa no contexto econômico importa o/exporta o. Segundo números de Sodré (2004 p. 289), em 1870/71, o percentual de participa o italiana nas importa es e exporta es do país era de 0,5% — entretanto, a cota o da moeda italiana era mencionada no jornal, talvez uma hipótese possível para estar listada fosse a representatividade da popula o que imigrou neste período.

³⁵ Valores após números inteiros eram apresentados em forma de fra o, conforme foi observado no texto do jornalista francês Max Leclerc, e em outras publica es do período, portanto,   provável tratar-se de taxa para o dia 1  de maio, “taxa do dia” entre 24,37 e 24,25 *pence* por mil réis (este era o padrão para o cálculo da taxa de câmbio da época). Ademais, há estatísticas econ micas em série histórica do IBGE com registro das taxas “mensais” ao longo do ano de 1888, e que apontam para valores próximos. Como valores diários oscilam e a taxa mensal reflete a varia o, a taxa “mensal” para o m s de maio de 1888 ficou em 23,88 *pence* por mil réis, um pouco abaixo da cota o primeiro dia de maio (IBGE, 1990, p. 592).

³⁶ Livre tradu o para: “Des exportations, 1/3 va aux  tats-Unis; 1/3 en Angleterre, 1/10 en France, 1/14 en Allemagne. Des importations, 45 0/0 viennent d’Angleterre, 17 0/0 de France”.

A partir de dados numéricos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Brasil 500 anos,³⁷ foi possível verificar que, de 1884 a 1893, os italianos representavam a maioria dos imigrantes recebidos no país (510.533), seguidos pelos portugueses (170.621) e espanhóis (113.116), conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Imigração por nacionalidade, final do século 19



Fonte: elaborado a partir dos dados Brasil 500 anos IBGE

Em continuidade à seção que mencionava o Mercado de Câmbio, vinham informações sobre mercado de capitais, que adotava os títulos Vendas da Bolsa, Ofertas da Bolsa e Cotações da Bolsa. Ainda em primeiro de maio, estes grupos exibiam preços de *ações, debêntures, soberanos e apólices*, em Vendas, e *metais, apólices, debêntures*, às vezes abreviado como *debs.*, em Ofertas. Em Cotações eram listadas as categorias *apólices, metais, ações, debêntures e letras hipotecárias*. Quanto à emissão dos títulos, era possível identificar como emissores: bancos, empresas listadas como *companhias*, tais como estradas de ferro e indústria de tecidos — e, talvez, o próprio governo, por hipótese, pois constava na lista da categoria *apólices* títulos denominados “Empréstimo nacional 1868, 1:150\$000”, e “dito idem, 1:155\$000” (*Gazeta de Notícias*, 1888, 1º de maio).

Em consulta a textos acadêmicos sobre o tema, foi possível constatar que a história do endividamento público brasileiro, tanto interno quando externo, perpassou o século dezenove, e se agravou na crise iniciada em 1889, que ficou conhecida como Encilhamento. Assim, tanto em 1888, como em anos anteriores, havia endividamento público, e um título — categorizado como *apólice* e denominado Empréstimo Nacional

³⁷ Disponível em <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-1884-1933.html>>. Acesso em 23 de julho de 2021.

— por hipótese, poderia ter circulado neste período. Foi também encontrado na seção de classificados em 30 de abril, comunicado de um cidadão sobre perda de uma apólice de dívida pública. Além disso, o Brasil chegou a contar com uma estrutura administrativa para controle e operacionalização da dívida pública, a “Caixa de Amortização”, uma instituição que, segundo informações do Banco Central,³⁸ “foi criada por Lei de 15 de novembro de 1827 e regulamentada por Decreto de 8 de outubro de 1828”. Segundo Ziliotto (2011), a Lei de 1827 foi considerada um marco na história da dívida pública brasileira:

(...) essa lei regulamentou juridicamente a dívida pública, definiu conceitualmente os tipos de dívida, regulamentou a emissão de títulos, normatizou também as dívidas contratuais, fixou critérios para as amortizações e pagamento de juros, estabeleceu penas para falsificadores e criou o “Grande Livro da Dívida Pública”, o documento oficial consolidado de escrituração e controle de todas as dívidas públicas, internas e externas. Criou ainda a *Caixa de Amortização*, órgão responsável pelo controle e administração operacional da dívida pública (...). (ZILIOTTO, 2011, p. 32)

Após informações da Bolsa, a coluna Mercado de Café trazia dados sobre o produto de exportação mais relevante para economia na época. Nos subtítulos, denominados *stocks*, estavam dados sobre a movimentação do período, entradas e saídas, contabilizadas em *sacas*. Eram também contabilizadas e informadas sob o título Entradas Gerais – subdividas por origem – as entradas de sacas de café pela estrada de ferro D. Pedro II, estrada de ferro Leopoldina, por *cabotagem*,³⁹ e Barra Dentro. Posteriormente, se informava a cotação do preço da saca de café em tipos que se dividiam em *lavado* e *superior*. Também eram listadas as empresas responsáveis pelo embarque de café, denominadas *embarcadores*, os respectivos *destinos* (em primeiro de maio a maior parte da carga seguiu para Nova York), e a *quantidade de sacas* enviadas (*Idem*, 1888, 1º de maio).

No título Movimentações de Mercadorias eram divulgadas as “mercadorias entradas nas estações da Corte, S. Diogo e Gamboa”. Em primeiro de maio, a carga listada nesta seção era composta por: *aguardente* (em pipas), *arroz*, *açúcar*, *algodão*, *café*, *carvão vegetal*, *couros secos e salgados*, *farinha de mandioca*, *feijão*, *fumo*, *madeiras*, *milho*, *polvilho*, *queijo*, *tapioca*, *toucinho* e *diversos* (em quilos). Na

³⁸ Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/Historia/HistoriaBC/caixa_amortizacao.asp?idpai=HISTORIA&frame=1>. Acesso em: 27 de julho de 2021.

³⁹ Navegação de cabotagem é a que se faz entre portos sem perder a costa de vista, ou seja, é realizada dentro dos limites de visibilidade da costa.

sequência, outra coluna informava sobre Rendimentos Fiscais e mostrava valores arrecadados na Alfândega, Recebedoria, e Mesa Provincial. Em Vapores Esperados e Vapores a Sair era informado sobre as embarcações que chegavam e saíam do Rio de Janeiro, listados por destino e trajeto. É possível supor que a quantidade numérica informada se referia às embarcações das companhias marítimas que faziam os trajetos. A movimentação de vapores mostrava o quão intenso era o deslocamento por mar, tanto para destinos nacionais como internacionais, estes últimos com destaque para Liverpool e Nova York (*Ibidem*, 1888, 1º de maio).

Uma particularidade é que na última coluna do jornal do dia primeiro de maio constaria a relação nominal dos passageiros usuários do transporte marítimo. Os nomes seriam listados no item Entradas, mas como não foi possível obter a informação, o jornal informou: “Passageiros: dar-se-á a relação amanhã”. No item Saídas, entretanto, houve divulgação dos nomes dos passageiros que embarcariam no paquete *Espírito Santo*, que informava como destino o estado do Pará e escalas. Era também informado sobre saídas de outras embarcações com produtos (em toneladas) e, por vezes, também com alguns passageiros (*Ibidem*, 1888, 1º de maio).

Finalmente, a seção exibia informações nas categorias Entradas por Cabotagem, que informava em *gêneros nacionais* o ingresso com a respectiva unidade de medida, dos seguintes produtos: *algodão em rama, amendoim, arroz, canjica, cebolas, carne seca, cera, farinha, feijão, fumo, manteiga, mel, pano de algodão, tomate, toucinho*, e mais dois itens ilegíveis. Em *gêneros estrangeiros*, estavam listados: *chapéus de palha, conservas de carne e fazendas* (supõe-se que *fazendas* se referiam a tecidos) (*Ibidem*, 1888, 1º de maio). Ainda na seção com informações de Cabotagem estavam as categorias Despachos de Exportação, textos que continham inúmeras abreviações e trechos ilegíveis, mas mencionava destino, carga, companhia e preço estimado da mercadoria. Em Embarcações Despachadas era também mencionado destino, tipo da embarcação em abreviatura, nome da embarcação, origem, toneladas, e manifesto (supõe-se que se tratava de manifesto de cabotagem).

Enfim, as informações listadas na parte comercial do jornal mostravam uma economia com razoável nível de controle e organização administrativa, um mercado financeiro no qual já ocorria emissão de títulos de dívida pública, papéis de empresas privadas, como ações, debêntures e letras hipotecárias. E do ponto de vista de infraestrutura, foi possível notar que, apesar da movimentação intensa nos portos,

havia controle sobre entradas e saídas das embarcações por tipo de embarcação, nacionalidade, mercadorias que transitavam, origens, destinos e trajetos, nomes dos condutores, informação sobre tripulação e nomes dos passageiros. Ocorria também controle de outros produtos transportados em ferrovias, mas é possível supor que fossem destinados ao abastecimento do mercado interno, haja vista a presença de produtos alimentícios de consumo típico da culinária brasileira, tais como: tapioca, canjica, farinha de mandioca, polvilho e carne seca. Em relação ao produto mais importante para economia da época, o café, se pôde observar controle da produção e do estoque que era atualizado e divulgado diariamente.

Quanto à navegação de cabotagem, segundo informações do site⁴⁰ do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), no início da colonização esta foi uma atividade realizada de forma precária, apesar de serem os meios aquaviários a única possibilidade de transportes de cargas no Brasil colonial, mas tal situação mudou com a chegada da família real portuguesa, em 1808, e com a promulgação do “Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas”:

Do século XVI até o início do século XX, período durante o qual os meios aquaviários eram a única possibilidade de transporte de cargas a longas distâncias, a navegação de cabotagem desempenhou um papel preponderante — às vezes, exclusivo — na interligação entre os portos brasileiros e na consecução das atividades comerciais. (BNDES, 2021, p. 1)

2.8 Obituário, publicidade e classificados

As últimas páginas do *Gazeta* eram ocupadas por anúncios publicitários, e classificados, mas no mesmo espaço havia publicações que poderiam ser categorizadas como o “obituário” da época. Neste último, os anúncios que surgiam com maior frequência geralmente convidavam para missas de sétimo ou trigésimo dia, aniversário de morte, ou teciam agradecimentos aos amigos e familiares pelo comparecimento em enterros. Raramente apareciam informações sobre falecimento e sepultamento no mesmo dia da publicação do jornal, e alguns textos se prestavam a um dupla finalidade: agradeciam parentes e amigos pelo comparecimento a um funeral, ao tempo que convidavam para missa de sétimo dia. Por isso, se pode supor

⁴⁰ Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/cabotagem>>. Acesso em: 14 de julho de 2021.

que a informação sobre a morte das pessoas era inicialmente divulgada no círculo familiar e social do falecido. A publicação em jornal, feita posteriormente, tinha por objetivo dar conhecimento mais amplo sobre o ocorrido, e agradecer publicamente aos que prestaram solidariedade à família.

A linguagem das mensagens fúnebres, enquadradas em leiaute marcado por uma grande cruz, tinha redações similares, tais como: os familiares “agradecem à todas as pessoas que se dignaram a acompanhar à sua última morada, os restos mortais de...”, ou, familiares “convidam seus parentes e pessoas de amizade para missa de sétimo dia que mandam celebrar para...”. O uso da palavra “finado” para designar a pessoa falecida era utilizada à época, mas na maioria dos anúncios da amostra analisada não se optou por ela. Outros termos eram frequentemente inseridos para se referir ao morto, tais como: “o sempre chorado”, “a pranteada”, “idolatrado”, “finado e sempre chorado”, “a sempre lembrada” a “prezadíssima, virtuosa e sempre chorada”.

E no caso de crianças era utilizada a expressão “inocente”. Mesmo em anúncio de língua francesa, de 17 de outubro de 1888, no qual uma mulher convidava para missa de sétimo dia, se podia notar a substituição da palavra *finado* por uma expressão mais calorosa, como “em memória de sua amada mãe”⁴¹ (tradução nossa). Entre as mensagens fúnebres se observou que algumas se referiam a pessoas dos escalões sociais mais altos, inclusive com títulos de nobreza, como barão, condessa, comendador, bem como portadores de outros títulos, como doutor, ou de patentes, no caso de militares. Não foi observado, nestes casos de aparente maior nível social, leiaute diferenciado na diagramação dos anúncios, ou maior espaço ocupado na coluna, apenas em quantidade de linhas para as mensagens, ou seja, em geral eram semelhantes.

Segundo Cabral (1884, p.320) autor do *Guia do viajante*, havia na capital “7 cemitérios sendo 2 públicos e os demais particulares”. O autor sugeria que os visitantes da cidade conhecessem estes locais, pois contavam com belos jardins “ornados de muitíssimos mausoléus, estátuas, catacumbas, carneiros⁴² e outras obras d’arte”, justificava. Ao falar sobre cada um dos cemitérios da capital, o autor relatava que o cemitério de São Francisco Xavier, localizado na praia de São Cristóvão e “a

⁴¹ Do original “à la memoire de sa mère bien aimée” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1888, p. 4).

⁴² Segundo dicionário Michaelis, carneiros em cemitérios são gavetas ou urnas para cadáveres, no dicionário Priberam é definido como urnas para onde são transferidas as ossadas exumadas.

cargo da Santa Casa de Misericórdia”, era público, e ali havia, inclusive, um espaço para os “estrangeiros acatólicos, exceto para os ingleses que possuem o seu cemitério” (Cabral, 1884, p. 321).

A página de classificados também apresentava anúncios que eventualmente deixavam de ser publicados e outros que eram habituais. O espaço destinado às peças em cartaz nos teatros era sempre a parte final da última página e com presença rotineira. A presença constante sugere que os teatros eram a grande opção para lazer cultural da época, afinal, como mencionado anteriormente, somados os campestres e não campestres, a cidade contava com dez teatros que dispunham de cerca de 7.786 lugares. Opções adicionais de lazer e entretenimento que surgiam esporadicamente nos anúncios eram as corridas de cavalo, no hipódromo, e os bailes nos clubes.

Os anúncios de medicamentos e tratamentos para vários problemas de saúde também ocupavam as últimas páginas do jornal, com leiaute específico ou com textos simples na seções *Avisos* ou em outros espaços do *Gazeta*. Os medicamentos e terapias divulgados provavelmente refletiam os males que mais afligiam a população da época. Alguns ofereciam alívio para um problema específico, outros se diziam capazes de curar várias doenças ao mesmo tempo. Como exemplos estão os anúncios abaixo, publicados em 16 de janeiro de 1888. O primeiro se restringia aos reumatismos, o segundo, denominado “pérolas de terebintina”⁴³, prometia acalmar “8 vezes sobre 10” problemas como: enxaquecas, reumatismos, nevralgias do estômago, da cabeça, dos intestinos, enfermidades do fígado, cálculos biliares, catarros pulmonares e da bexiga, como se pode ver na Fig. 2.

Figura 2 – Anúncios de medicamentos



Fonte: GAZETA DE NOTÍCIAS, 16 de janeiro de 1888

⁴³ Cabe destacar que Terebintina é um solvente para tintas ou vernizes, não pode ser inalado ou ingerido por ser produto tóxico para seres humanos, mas há outras menções sobre substâncias tóxicas usadas no século XIX, provavelmente utilizadas porque havia desconhecimento científico na época sobre o risco envolvido. Neste trabalho é mencionado no item 3.4, segundo semestre, mês de novembro, uma descrição do jornal sobre mistura de ácido salicílico e outras substâncias em alimentos vendidos na época.

Além dos reumatismos e problemas da cabeça, estômago, intestino, fígados, tosses, bronquites, gonorreias, havia ainda as dores de dente, clorose, anemia, esgotamentos, fadigas, diarreias, febres intermitentes (febre palustre), flores brancas e problemas de pele. Para questões menos graves como cabelos brancos, ou calvície, havia divulgação de produtos que prometiam solução rápida, como Vigorina para os calvos, e a loção Ayer para escurecer cabelos brancos, acelerar o crescimento e vigor. Profissionais de saúde, como médicos e dentistas, também postavam textos oferecendo serviços. Um exemplo é a publicação do dia 3 de maio, que dizia:

(...) Dentista. Coloca dentes pelos melhores sistemas sem sujeitar o cliente a operações dolorosas, garantindo seus trabalhos. As dentaduras colocadas em sua casa prestam-se perfeitamente à mastigação e embelezamento da boca. Extrai e chumba dentes sem que o cliente sofra a menor dor. Preços ao alcance de todos (...). (GAZETA DE NOTÍCIAS, Avisos, 1888, p. 4)

Estavam também presentes rotineiramente nas últimas páginas do jornal as Companhias de transporte marítimo. As empresas anunciantes informavam sobre saídas das embarcações, destinos, trajetos intermediários e local de embarque de viajantes, Fig. 3, de 14 de janeiro de 1888.

Figura 3 – Anúncios viagens, Companhias marítimas



Fonte: GAZETA DE NOTÍCIAS, 14 de janeiro de 1888

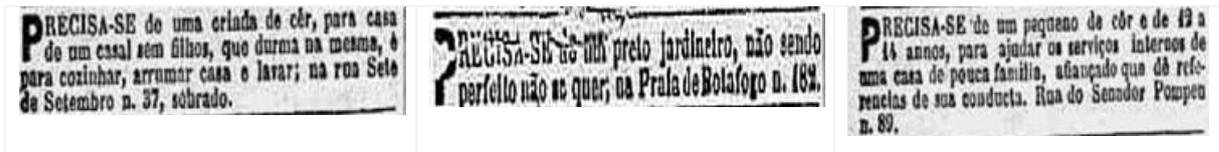
A seção também trazia com frequência publicidade de lojas de tecidos, alfaiatarias, camisarias, confecções, e relacionadas às loterias. E os anúncios sazonais também ocorriam, tais como: nos primeiros dias de janeiro de 1888 foi incomum a quantidade de publicidade para escolas de todos os níveis. Ao final de janeiro e início de fevereiro surgiram anúncios para o Carnaval, como vendas de fantasias e eventos nos clubes carnavalescos. Durante os dias de Carnaval e até o final de fevereiro, os temas eram os bailes, tanto os de máscaras, como os que apresentavam atrações específicas. Os eventos pareciam um prolongamento das festas carnavalescas. Nos últimos dias de outubro e início de novembro havia

anúncios voltados para os dias de finados, como vendas de coroas e outros ornamentos fúnebres.

Os classificados se assemelhavam aos dos jornais do século XX, com textos bem curtos com informação essencial. Os temas eram: aluguel de imóveis residenciais e comerciais, transferência de negócios, no qual se usava o termo “traspasar”, ofertas de emprego doméstico ou para pequenos ofícios, ofertas de serviços, tais como aulas particulares, fornecimento de comida, serviços de costura, manutenção de móveis, e outros. Também não faltavam anúncios de cartomantes que, a julgar por alguns textos, prestavam serviços de adivinhação, e até afirmavam viajar para Europa. No anúncio de “Madame Antoniette”, de 6 de maio, a profissional se apresentava como “chegada da Europa, dá consulta por diversos sistemas na rua Estreita de S. Joaquim, nº 40”. No dia seguinte “Madame Eloiza”, cartomante e quiromante, rivalizava, informando ser “a mais antiga e conhecida nestas ciências para qualquer descoberta, na rua da Carioca, 30, sobrado” (*Gazeta de Notícias*, 1888, 6 e 7 de maio, p. 5 e p. 3, respectivamente). Cabe registrar, ainda, que a cartomancia não era anunciada apenas por mulheres, também havia os homens cartomantes que se apresentavam, por exemplo, como “o mais antigo lançador de cartas”. A utilização da Europa como uma referência que parecia conferir certo *status* de distinção, entretanto, não estava restrita aos cartomantes dos classificados. Na publicidade de produtos também era possível encontrar expressões como “aprovação da Academia de Medicina de Paris” (pílulas de terebintina), ou ainda, “farmacêutico de primeira classe, fornecedor dos hospitais de Paris” (pílulas digestivas de pancreatina de *Defresne*, anúncio de 3 de maio).

Os classificados com oferta de empregos indicavam que a realidade dos negros no país ainda estava próxima aos serviços domésticos e aos pequenos ofícios. Além disso, mostrava que as crianças começavam a trabalhar por volta dos quatorze anos. Como exemplo, há no dia 14 de maio, na seção de classificados, oferta de trabalho para um “pequeno de cor”, de 12 a 14 anos, um “preto jardineiro”, e uma “criada de cor” que dormisse no emprego, conforme se mostra na Fig. 4 (*Idem*, 1888, p. 5).

Figura 4 – Classificados, oferta de trabalho doméstico



Fonte: GAZETA DE NOTÍCIAS, 14 de maio de 1888

Fora do âmbito doméstico eram anunciadas oportunidades para pequenos ofícios, tais como: barbeiro, sapateiro, cigarreiro (provavelmente enrolador de cigarros), marceneiro, costureira, ferreiro, carpinteiro, e algumas vezes postos de vendedores de doces, empadas, bilhetes de loteria e entregas, que torna possível supor que fossem vagas para uma classe social igualmente menos abastada.

Enfim, as últimas páginas do *Gazeta*, em relação às seções de classificados e anúncios em geral, mostravam uma sociedade que provavelmente se debatia com vários problemas de saúde, haja vista a quantidade de ofertas de medicamentos e tratamentos que ocupavam os espaços do jornal. Ao mesmo tempo contava com os teatros como opção mais corriqueira de lazer, e se preocupava com a aparência e a moda, uma vez que, tanto os anúncios de confecções prontas como as ofertas de tecidos e serviços de costura e alfaiataria eram recorrentes. As viagens nacionais e internacionais eram feitas por via marítima ou ferroviária, provavelmente por esta razão o *Almanaque* do *Gazeta* mantinha as informações sobre viagens ferroviárias, trajetos, preços, dias e horários como um conteúdo importante da publicação. Os anúncios das Companhias Marítimas também mostravam regularidade nas saídas e chegadas de embarcações nacionais e estrangeiras.

Para quem estava disposto a pagar para saber a respeito do futuro, havia as(os) cartomantes que anunciavam seus serviços, mas o destino dos negros e pardos não parecia depender do olhar das cartas, pois já se esboçava nas ofertas de serviços domésticos e pequenos ofícios que buscavam pessoas de “cor”, inclusive para dormir no trabalho, e com remunerações e condições de trabalho que não eram informados nos textos dos classificados.

3 Alguns temas da primeira página

O *Gazeta de Notícias* iniciou o ano de 1888 com a primeira página exibindo a coluna “O Ano Político de 1887”, na qual manteve atualizados os temas considerados mais relevantes, tais como a doença do Imperador Dom Pedro II, que viajara para Europa em busca de tratamento médico (era mencionado que teria febre palustre e congestão hepática), e as demais questões políticas, inclusive a abolição, que continuava sendo discutida. As publicações sobre movimentações no exército e armada, os textos literários, o *Júri*, e o *Canhenho*, com suas charadas e humor, também continuavam a ocupar espaço na primeira página, além de assuntos diversos não destacados com títulos e fontes em maior formato. Na seção *Telegramas* já surgiam textos informando sobre libertação de escravizados em várias regiões do país. No dia oito de janeiro de 1888, por exemplo, havia informação sobre libertação voluntária de escravizados em várias cidades e em condições diversas, tais como: libertação incondicional, libertação com permanência assalariada no serviço, e “intenção” de libertação após a colheita. A Abolição ainda não ocorrera, mas parecia estar sendo considerada inevitável. Ainda no dia 8 de janeiro foram temas da primeira página as discussões em andamento na Câmara Municipal.

No dia 14 de janeiro uma matéria alertava sobre o problema de abastecimento de água na capital. Segundo o *Gazeta*, o verão chegara com força em janeiro, e o problema da falta de água ocorreria em breve: “A escassez de água está iminente e ameaçadora”, afirmava. Além disso, o jornal entendia que devia alertar as autoridades sobre a necessidade de buscar soluções definitivas para a questão, dizia ser esta sua missão: “O papel da imprensa, de toda a imprensa da corte, está bem definido; sua missão não pôde ser outra, senão defender; e proteger a população da corte contra essa penúria periódica d’água, que tanto nos aflige e tanto nos tem flagelado” (*Gazeta de Notícias*, 1888, 14 de janeiro, p. 1). No dia 24, o periódico publicava a coluna “A Europa em 1887”, que trazia análises sobre algumas questões políticas da Europa no ano anterior, como exemplo, há texto que menciona o Egito e as negociações sobre neutralidade⁴⁴ do canal de Suez, tema que envolvia outros países como França,

⁴⁴ É provável que se refira a questão que resultou na assinatura de uma convenção internacional em outubro de 1888, a “Convenção de Constantinopla”, que teve por objetivo estabelecer a neutralidade da hidrovia que liga o Mar Mediterrâneo ao Mar Vermelho. Segundo Bruno Leal (2021), dada a importância do canal do Suez, a Convenção foi assinada em 1888, mas não resolveu a questão definitivamente. Novos conflitos ocorreram no século XX, um deles em 1916, durante a Primeira Guerra Mundial. Posteriormente, em 1956, houve a Crise do

Inglaterra e Turquia. Em outra coluna, havia informações sobre a imigração para o Brasil com dados da Sociedade Promotora da Imigração. Finalmente, no último dia do mês a primeira página continha matérias sobre eleições senatoriais na Bahia, imigração, e dava continuidade às notícias internacionais na coluna “A Europa em 1887”.

3.1 Fevereiro e o Carnaval

Em 1888 a aproximação do período de Carnaval se fazia notar dias antes do evento. Anúncios publicitários do dia 5 de fevereiro já ofereciam fantasias de *pierrot*, roupas de “diabinhos” de duas cores, máscaras de cetim, limões de cheiro vendidos a dúzia, e até “borrachas do Pará para limões de cheiro”.⁴⁵ Os clubes carnavalescos e teatros anunciavam festas do período, tais como: Clube dos Fenianos e Congresso dos Fenianos avisavam sobre “forrobodó”, Clube dos Democráticos e Jovens Fenianos de Santa Tereza anunciavam “festa das flores” e “folguedo enorme”, respectivamente, e os Teatros Fênix Dramática e Príncipe Imperial convidavam para os “bailes à fantasia” .

No dia 10, ainda nos classificados, o jornal publicava anúncio de “aluguel de janelas da rua do Ouvidor” e “aluguel de instrumentos musicais” (bumbos, caixas e pratos), para os grupos de “Zé Pereiras”⁴⁶ (grupos isolados que costumavam usar instrumentos de percussão, mas não pertenciam aos grandes clubes). Enquanto isso, na primeira página, havia informação sobre o itinerário a ser percorrido pelos foliões na capital — trajeto previamente acordado entre o chefe da polícia e os representantes das sociedades carnavalescas para o dia mais movimentado da festa, no qual as grandes sociedades fariam desfile de carros alegóricos, chamados de “carros de ideias”, a terça-feira, que também era conhecida como “terça-feira gorda”:

Canal de Suez. Finalmente, em 1957, a Organização das Nações Unidas reconheceu o Egito como controlador do canal (LEAL, 2021). Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/cavado-no-deserto-uma-historia-do-canal-do-suez>>. Acesso em: 27 de agosto de 2021.

⁴⁵ Conforme Pereira (2004, p. 58), os limões de cheiro eram “invólucros feitos de cera, os quais eram recheados com água ou outros líquidos aromáticos, que eram usados como projéteis nas batalhas do entrudo”. A utilização e venda destes artefatos mostra que a brincadeira típica do entrudo permanecia em paralelo ao Carnaval, que pretendia imitar o modelo europeu, com desfile de carros alegóricos e fantasias bem elaboradas. Além disso, a oferta de “borracha do Pará” para se fazer limões de cheiro permite supor que começava a ser utilizado outro material para confeccionar o artefato.

⁴⁶ Segundo Pereira (2004, p. 143), as grandes sociedades chegaram a criar seus próprios zé-pereiras, mas estes tinham uma formação muito diferente dos que andavam pelas ruas.

(...) De acordo com o Sr. Conselheiro chefe de polícia, os representantes das sociedades carnavalescas Congresso dos Fenianos Clube dos Democratas e Clube dos Fenianos, adotaram para os passeios do terceiro dia de carnaval o seguinte itinerário: Ponto de partida, rua Primeiro de Março, rua do Ouvidor, largo de S. Francisco, rua do Teatro, praça da Constituição (em volta), rua da Carioca, largo do mesmo nome, rua da Guarda-Velha, largo da Mãe do Bispo, ruas da Ajuda, S. José e Misericórdia, praça D. Pedro II (em volta do Paço), ruas do Mercado, Ouvidor, Andradas, Alfândega, Primeiro de Março, Teófilo Otoni, Ourives, Assembleia, Uruguaiana e General Câmara, praça do General Osório, ruas de S. Pedro, Primeiro de Março, Hospício e Sacramento, praça da Constituição, ruas Sete de Setembro, Quitanda, Visconde de Inhaúma, Candelária, General Câmara, Uruguaiana, Rosário, Primeiro de Março, Ouvidor e casa (...). (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1888, 10 de fevereiro, p. 1)

Em continuidade ao tema, a primeira página informava que, além das sociedades mencionadas no trecho transcrito (Congresso dos Fenianos, Clube dos Democratas e Clube dos Fenianos), outros grupos se organizavam para percorrer a cidade no carnaval. Estes grupos representavam segmentos que participavam da festa, mas não pertenciam aos grandes clubes:

(...) Além das sociedades carnavalescas constituídas organizaram-se muitos grupos para percorrerem nos três dias do carnaval as ruas da cidade, entre os quais os seguintes: Recreio dos Artistas, Guarany da Cidade Nova, Recreio dos Inocentes, *Bumba Meu Boi*, Recreio da Infância, Amantes da Juventude, *Iniciador Cocumby carnavalesco*, Triunfo da Mocidade, Cordão de Velhos, Grupo do Benguelas, Grupo Zé Caipora, Grupo Vila Flor de Botafogo, Grupo Can-canja, Velhos Carnavalescos, Grupo dos Faíscas e Recreio das Moreninhas” (...). (*Idem*, 1888, 10 de fevereiro, p. 1 [com grifo nosso])

Leonardo Pereira (2004), autor do livro *O Carnaval das letras*, que estudou o Carnaval do Rio de Janeiro no século dezenove, relatou que havia grupos que pertenciam a categoria dos Cucumbis, nos quais os negros buscavam representar sua cultura no Carnaval. O “Iniciador Cocumby carnavalesco” destacado no excerto acima, provavelmente se referia a um destes grupos, narra o autor:

(...) Lado a lado com os zé-pereiras, e com um tipo de composição semelhante a eles, apareciam pelas ruas outros grupos, conhecidos como Cucumbis. Compostos por negros que aproveitavam os festejos carnavalescos para desenvolver seus desfiles processionais — nos quais figuravam reis, rainhas e feiticeiros das tribos da África, que dançavam ao som de tambores que tocavam ritmos e cantos africanos — esses grupos traziam para o Rio de Janeiro um conjunto de tradições que pouco se pareciam com o perfil europeizado que os literatos desejavam imprimir para festa. Diferenciando-se das tradições italianas e francesas que alimentavam o carnaval das grandes sociedades, diversos grupos, como os Iniciadores dos Cucumbis, o Triunfo dos Cucumbis Carnavalescos e a Sociedade dos Cucumbis Lanceiros desfilavam a cada ano afirmando seu próprio modelo de folia. Mais do que uma simples possibilidade de divertimento, os negros

garantiam, assim, em meio ao Carnaval, um espaço de afirmação de suas próprias identidades e crenças. (PEREIRA, 2004, p. 144-5)

A citação dos demais grupos pelo jornal também listava o “Bumba Meu Boi”, que permite supor se tratar de grupo organizado por pessoas de alguma região brasileira na qual esta tradição folclórica estava presente. Pereira (2004) também conta que os grandes clubes eram elitistas, e não havia outra opção para pessoas com poucos recursos econômicos participarem do Carnaval se não fosse sair às ruas para acompanhar os pequenos grupos:

(...) A diferença fundamental entre as Grandes Sociedades e essas pequenas associações, que justifica o silêncio letrado sobre elas, era explicitado em 1881 nas páginas do *Jornal do Commercio* por um desses cronistas: “Todos quantos tiveram desejos de mascarar-se dividiram-se em duas zonas distintas: a *pobretona* e a *dinheirosa*. Na primeira alistavam-se os “Zé-Pereiras”, na segunda, as sociedades”. Sem a mesma riqueza e elegância dos Tenentes, Democráticos e Fenianos, os zé-pereiras avulsos reuniam grupos de foliões que estavam, em geral, longe de poder figurar como sócios das Grandes Sociedades. (*Idem*, 2004, p. 143 [com grifo nosso])

Assim, a partir da realidade que Leonardo Pereira (2004) destacou, se pode supor que zé-pereiras, cucumbis e outros pequenos grupos pertenciam às categorias “pobretonas” da festa, se adotarmos o termo do cronista do *Jornal do Comércio* que foi citado. O autor também analisou o estatuto de dois grandes clubes carnavalescos da época, e concluiu que os candidatos a sócios eram selecionados por critérios subjetivos, que tinham por objetivo excluir a presença indesejada de certas camadas da população que eram mal vistas. Além disso, os candidatos deveriam pagar para ingressar na sociedade e, mensalmente, aportar valores que dificilmente poderiam ser pagos por pessoas sem condições econômicas:

(...) Mesmo na improvável hipótese de ser aceito, entretanto, um folião como o Progressista não teria muito a comemorar. A aceitação era apenas o primeiro passo desse funil de distinção, pois, aprovados pela diretoria, caberia ainda aos sócios o pagamento em dinheiro da mensalidade. Qualquer indivíduo que entrasse como membro de clubes como os Democráticos ou os Tenentes deveria desembolsar, “no ato de sua admissão”, a quantia de 10 mil-réis — o preço pelo qual era anunciada em 1881 uma calça de casimira ou uma assinatura trimestral do *Jornal do Comércio*. Depois disso, deveria pagar ao clube, a cada mês, 3 mil-réis. Para capitalistas e comerciantes abastados, poderia ser uma quantia desprezível; para cigarreiros como o Progressista, certamente não o era. (*Idem*, 2004, p. 151)

No excerto, o autor usa termos como “um folião como o Progressista” e “cigarreiros como o Progressista”. Há explicação para estas expressões no segundo

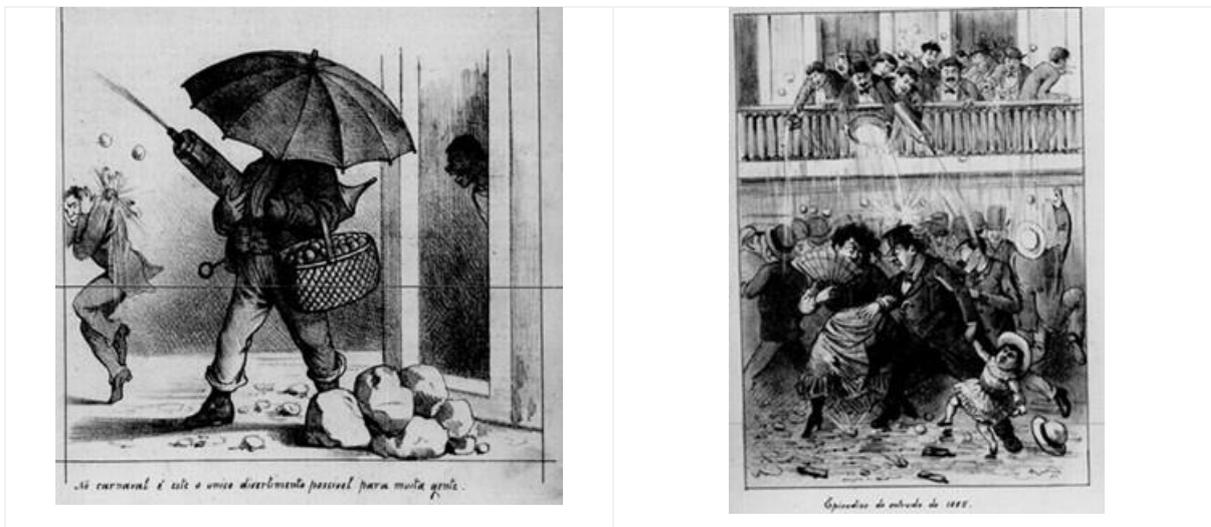
capítulo do seu livro, no qual revela: “Progressista” era a denominação dada ao folião que morava “pelos arredores da rua Formosa, na Cidade Nova, e exercia a ‘nobre profissão’ de cigarreiro de seu bairro” (*Ibidem*, 2004, p. 107). A profissão de cigarreiro consistia em embrulhar cigarros em papel pardo. Assim, se pode concluir que o progressista era o folião que gostava de carnaval mas, segundo comentário do próprio autor em outro trecho do livro, fazia parte “do grande contingente de despossuídos que brincavam pelas ruas nos dias de Momo” (*Ibidem*, 2004, p. 108).

É necessário lembrar que as grandes sociedades carnavalescas, com seus carros alegóricos e fantasias bem elaboradas, buscavam eliminar a prática do “entrudo”, uma brincadeira extremamente difundida na época, apesar de proibida por lei, e que consistia em arremessar líquidos nas pessoas que andavam pelas ruas, que tanto poderiam ser água ou outra substância com perfume, como os limões-de-cheiro, ou líquidos com alguma contaminação. Podiam ser utilizadas bacias, bisnagas e seringas para molhar os que passavam. Segundo Pereira (2004, p. 63), “por todo lado a animação da molhadeira, registrada pelos jornais, indicava a grande popularidade do jogo do entrudo no Rio de Janeiro”. Entretanto, apesar de popular, não era considerado um evento civilizado, e muitos literatos e representantes da elite queriam que deixasse de existir. Pereira (2004) conta que o escritor Joaquim Manuel de Macedo dissera que no jogo do entrudo havia práticas que ele considerava “delicadas”, outras “rudes” e outras extremamente “selvagens”. Os limões-de-cheiro eram, a seu ver, exemplo de práticas mais “delicadas”, as “rudes”, os banhos de corpo inteiro — quando se jogava grandes quantidades de água nas pessoas, e a “selvagem” incluía lançamento de tintas, caldos gordurosos e outros líquidos (Pereira, 2004, p. 65).

Não foi possível localizar registro fotográfico do entrudo em 1888 ou datas próximas, mas foram encontradas ilustrações na revista *Mequetrefe* sobre a prática. Os desenhos permitem se ter uma ideia do que ocorria nas ruas do Rio de Janeiro durante o Carnaval das últimas décadas do século dezenove. A primeira ilustração foi capa da revista em 10 de fevereiro de 1883, e mostra um folião com cesto de limões-de-cheiro e uma bisnaga de água ao tempo em que segurava um guarda-chuva, provavelmente para se proteger das águas que ele mesmo lançava em outras pessoas. Uma legenda abaixo do desenho mencionava: “No Carnaval, é este o único divertimento possível para muita gente”. A segunda ilustração, de 20 de fevereiro de 1885, mostrava moradores de sobrados atirando água com bacias e bisnagas em

pessoas que passavam. Na legenda, se via a frase: “Episódios do entrudo de 1885”
Fig. 5.

Figura 5 – Ilustrações “Entrudo”, 1883 e 1885



Fonte: Revista *O Mequetrefe*, nº 300, 10 de fevereiro de 1883, e nº 366, 20 de fevereiro de 1885

Em relação à segurança, o *Gazeta* informou sobre o policiamento disponibilizado para os três dias da festa, que incluía a guarnição das estações:

(...) O policiamento da cidade, conforme já noticiamos, será feito durante os três dias do carnaval por praças de cavalaria e infantaria de linha, havendo também de prevenção no arsenal de marinha uma força naval. O corpo militar de polícia deve fornecer as escoltas para acompanharem as sociedades e os numerosos grupos carnavalescos, as guardas dos bailes públicos e as guarnições das estações dos respectivos distritos (...). (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1888, 10 de fevereiro, p. 1)

De forma breve, algumas características do Carnaval da época foram descritas nos parágrafos anteriores. Assim, é possível compreender os comentários e análises das matérias que despontaram nas primeiras páginas. Em 13 de fevereiro (segunda-feira), a descrição da festa do dia anterior relatou que havia poucos foliões nas ruas, o dia fora chuvoso e quente: “Quase nada há a dizer sobre o Carnaval nas ruas ontem; parece mesmo que aquele *quase* ainda é demais. Fraquíssima animação, raros diabinhos, raros jacarés, e ainda mais raros Zé-Pereiras”. A chuva atrapalhou o desfile do domingo, inclusive danificara fantasias “notáveis”, descrevia o jornal. A matéria então prosseguiu comentando sobre os bailes nos clubes, nos quais a chuva não alterou a programação. No dia 14 (terça-feira), era descrito que o Carnaval de segunda-feira estava mais animado, mas o calor fazia os foliões suarem muito. Apesar

disso, o jornal relatava: “Passaram muitos grupos e muitos *Zés-Pereiras*. O grupo dos *Africanos* vistosamente fantasiados de selvagens, passou provocando muita atenção” (*Gazeta de Notícias*, 1888, 13 e 14 de fevereiro).

O *Gazeta* também listou a passagem dos Cucumbis Carnavalescos, do grupo Can-canja, do S. C. Guarany da Cidade Nova, grupo dos Endiabrados, e os grupos de Zés-Pereiras: Recreio da Infância, Piratas do Amor e Grupo dos Zabumbas. Destacou ainda: “Provocaram muitos aplausos os Lanceiros dos Cucumbis e o Triunfo dos Cucumbis que mais uma vez tiveram de repetir as danças e cantorias. Estavam luxuosamente vestidos”. Apesar disso, o dia mais esperado do Carnaval seria descrito no dia 15 de fevereiro sobre o desfile do dia anterior (terça-feira), no qual as grandes sociedades carnavalescas estariam nas ruas. Na primeira página, o jornal iniciava a descrição do evento ao se referir a “grande batalha”:

(...) Como nos anos anteriores, o dia de ontem foi o da grande batalha das sociedades carnavalescas. Antes da passagem dos préstitos, por isso, raro foi o Zé Pereira que atravessou as ruas; *eles bem sabiam que a atenção do público, solicitada pelos congressos das grandes sociedades, dificilmente se aplicaria às zabumbas e aos pandeiros*. Desde 1 hora da tarde começaram a encher-se as janelas das casas, mostrando vistosas toilettes e chapéus de senhoras não menos vistosos. O sol inclemente — inclemente ou de bom gosto — não tinha considerações para com as senhoras, e caia-lhes avidamente sobre as faces, num verdadeiro ardor de Otelo ébrio de ciúmes contra o pó de arroz. Isto, porém, era menos do que perder o lugar à janela; nada importa o calor contra a esperança de ver passarem os préstitos — e eles afinal haviam de passar (...). (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1888, 15 de fevereiro, p. 1 [com grifo nosso])

Segundo o *Gazeta*, o evento começou às três e meia da tarde. E a descrição detalhada de fantasias, comissão de abertura, e de todos os “carros de ideias” (carros alegóricos com representações simbólicas de alguma situação política, social ou econômica), abrangeu três grandes sociedades: Congresso dos Fenianos, Fenianos, e Democráticos. Os três clubes tinham carros alusivos à Abolição. O primeiro a ser descrito em relação ao tema foi do Congresso dos Fenianos:

(...) após este vinha o carro alusivo à questão do abolicionismo, no qual havia diversos pretos, um conselheiro resistente e dois jornalistas que muito têm se empenhado pela causa da abolição, um na tribuna popular e na imprensa, outro em ambas, estas válvulas da opinião e mais na sua cadeira de deputado. Este carro era seguido por uma guarda de honra característica, composta de pretos africanos montados em burros o conduzindo ramos de

café, pedaços de canda,⁴⁷ e outros emblemas da lavoura (...). (*Idem*, 1888, 15 de fevereiro, p. 1)

O Congresso dos Fenianos trouxera, ainda, carros que faziam homenagens à *Revista Ilustrada*, ao jornal *Gazeta de Notícias*, e ao cronista de “Macaquinhos no Sótão”, “José Telha”, pseudônimo de Ferreira de Araújo:

Seguia-se outro carro representando a página em que a *Revista Ilustrada* desenhou o Brasil corroído por um abutre. A este seguia-se o carro Café Cantante, nas cestas do qual havia o dístico *Gazeta de Notícias*, e o retrato de um jornalista com uma porção de macaquinhos na cabeça. (*Ibidem*, 1888, 15 de fevereiro, p. 1)

O segundo clube a desfilar foi o Fenianos. O carro que representou o processo de Abolição foi o primeiro a ser apresentado pelo clube nas ruas da capital. O Fenianos, assim como o clube anterior, também fez homenagem ao “José Telha”. A descrição na primeira página, detalhava:

(...) No primeiro carro de ideia um senador paulista, sobre livros de direito natural, direito das gentes e direito romano, oferecia a um ministro as calças da abolição, para que este passasse ao Brasil, que ia no mesmo carro de casaca e em fraldas; o ministro fazia ao senador um gesto como quem quer dizer — *Espere* (...) trecho suprimido (...) e vinha logo após um outro carro com uma grande comenda da Rosa sobre a qual estavam dois macaquinhos: Os Fenianos chamaram a esta alusão — a telha do José Telha, e a guarda de honra que seguia o carro, a cavalo, era composta somente de figuras representando o jornalista a quem era feita a alusão (...). (*Idem*, 1888, 15 de fevereiro, p. 1)

Não foi possível localizar fotografias da época relativas ao jornalista Ferreira de Araújo. Por isso, não é possível saber como estariam caracterizadas as “figuras” que o representavam no desfile dos Fenianos. Apesar disso, há uma ilustração sobre o Carnaval de 1888, na revista *O Mequetrefe*, Fig. 6, que mostrava o primeiro carro dos Fenianos (da abolição), outros que seguiram no desfile e, ao final, o carro com a comenda da Rosa (que fazia homenagem ao jornalista). Neste último, no telhado de uma pequena casa se via a sombra de um macaquinho em referência à crônica do “José Telha”. A legenda da ilustração que parece refletir o que o desfile provocou na imprensa, dizia: “Amor com amor se paga. No Carnaval de 1888 deixaram os Fenianos o seu nome escrito em letras de ouro nos corações fluminenses” (*O Mequetrefe*, 1888, nº 450, março de 1888, p. 4-5).

⁴⁷ É possível que tenha ocorrido erro na impressão e “canda” se referisse à “cana”, apesar de “canda” ser nome de uma árvore angolense.

Figura 6 – Ilustrações do Carnaval de 1888, desfile dos Fenianos



Fonte: Revista *O Mequetrefe*, nº 450, março de 1888

Finalmente, o Democráticos, último grande clube a desfilar, também abordou o abolicionismo em seu desfile, mas trouxe o tema no último carro. “Fechava o préstito um carro alusivo ao abolicionismo”, destacou o *Gazeta* antes da descrição do conteúdo: “(...) Em plano superior, a figura da Liberdade, representada por uma mulher, e a do Progresso, representada por uma locomotiva, assistiam às danças a que se entregavam(...)”. O jornal concluía a descrição ao mencionar: “No plano inferior, fazendeiros e pretos de mãos dadas” (*Gazeta de Notícias*, 1888, 15 de fevereiro, p.1).

Excetuado o tema Carnaval, ainda em fevereiro a primeira página noticiou com destaque a morte de Manoel Eufrásio Correia, paranaense que ocupava o cargo de presidente da Província de Pernambuco e fora deputado pela Província do Paraná por quatro legislaturas. Em outra coluna, o jornal opinava sobre a necessidade de se instituir no país o ensino profissional agrícola. No dia 10 de fevereiro eram publicados dados sobre a eleição senatorial na Bahia e, finalmente, no dia 28 (que não foi o último dia do mês, pois 1888 foi bissexto), a primeira página trazia duas colunas de texto nas quais se criticava a decisão do governo de não participar de uma exposição em Paris que ocorreria em meados de 1889 (*Idem*, 1888, 10 e 28 de fevereiro, p. 1).

A amostra analisada de março mostrou que no terceiro dia do mês ainda repercutia um caso ocorrido em 28 de fevereiro, que provavelmente fora descrito nas edições anteriores (dias 1º e 2) — o caso do capitão-tenente Leite Lobo. Segundo

relato de Barreto e Lima (1944), em resumo, o que ocorreu foi o seguinte: no dia 28 de fevereiro, às duas horas da madrugada, o capitão-tenente reformado da Armada, Leite Lobo, fora espancado por praças da polícia e preso por ordem de um alferes que ignorou a identidade e a patente do capitão, e o colocou de forma violenta no xadrez. Segundo o autor, foi aberto posteriormente um inquérito para apurar o caso, e o alferes foi demitido do posto. Além disso, houve demissão do delegado da cidade a pedido da princesa Regente, e como o barão de Cotegipe não concordou com o pedido, houve alteração de âmbito político, como citaram os autores: “E não concordando, ocasionou, com a sua resistência, a queda do gabinete” (BARRETO; LIMA, 1944, p. 145-6). Em alusão a este caso e a outras ocorrências, o jornal do dia 3 de março dedicou quase metade da primeira página para abordar questões de segurança. Sob os títulos “Reforma Policial” e “Os desmandos da polícia”, os textos criticavam a atuação da área.

Ainda em março (dia 9), o jornal comentou sobre a necessidade de fiscalização dos matadouros clandestinos na cidade. No mesmo dia destacou que recebera, por telegrama, a informação de que em São Paulo fora aprovado imposto de quatrocentos mil réis (400\$000) por escravizado matriculado naquela província, “o que vale dizer que por meio indireto foi decretada a abolição”, concluiu. Entre meados e final de março, o jornal informou sobre o processo de mudança de nomes nos ministérios, e a situação das finanças do país em relação ao endividamento. Finalmente, no dia 28, uma matéria alertou sobre a necessidade de se melhorar a alimentação dos marinheiros. Em outro texto, foi relatado sobre preocupação dos agricultores com o período iminente da colheita do café em face às discussões sobre a abolição — então já considerada inevitável (*Ibidem*, 1888, 9 e 28 de fevereiro, p.1).

Em 4 de abril, o *Gazeta* continuou a trazer informações sobre o andamento das discussões sobre a Abolição. E outro tema dividiu o espaço da primeira página: o incêndio que destruiu completamente o teatro português *Baquet*, na cidade do Porto.⁴⁸ Segundo a matéria, a tragédia contava 85 vítimas identificadas até aquela data, mas havia outros mortos e muitos casos nos quais não era possível fazer o reconhecimento dos corpos. Em relação ao Imperador, havia informações sobre o deslocamento do monarca na Europa, e algumas vezes sobre suas condições de saúde. No mês de abril de 1888, D. Pedro II estivera em Florença, Nápoles, e posteriormente em Milão.

⁴⁸ Ainda há referências na internet sobre o incêndio mencionado na matéria, inclusive sobre o mausoléu erigido após a tragédia na cidade do Porto, Portugal.

Em 12 de abril, o jornal relatava que o Imperador parecia “mais vigoroso”, e estivera acompanhado da Imperatriz e da rainha Victoria em Florença, em evento de inauguração de um quadro de Pedro Américo que representava a independência do Brasil.⁴⁹

Em 19 de abril o foi informado que a Princesa Imperial Regente recebera um telegrama da mãe no dia 17, com o seguinte teor: “Chegamos em Nápoles ontem. Todos com saúde. Voltaremos ao Rio em junho” (*Gazeta de Notícias*, 1888, 19 de abril, p. 1). A previsão de retorno não se concretizaria. A volta do monarca ao Rio de Janeiro só ocorreria em agosto. Em 30 de abril, na seção *Telegramas*, havia informação a respeito da presença do Imperador em Milão e dizia que seu estado de saúde inspirava cuidados

3.2 Maio, o mês da Abolição

Os textos do jornal nos primeiros dias de maio demonstravam a expectativa sobre a apresentação da lei da Abolição para aprovação no parlamento. Na primeira página o jornal anunciava que faltava pouco para o povo conhecer o “projeto do governo sobre extinção do elemento servil”. Havia também expectativa sobre o teor do discurso que a princesa regente faria na abertura dos trabalhos parlamentares na chamada “Sessão Imperial”. Notícias sobre libertação voluntária de escravizados continuavam a ser publicadas, mas em maior quantidade que nos meses anteriores. No dia 4 o jornal divulgava o discurso da princesa regente na Sessão Imperial. O discurso traçava o panorama geral da situação econômica, financeira, administrativa e de relações exteriores do país. E em relação à extinção do trabalho escravizado, foi transcrito pelo *Gazeta* o seguinte teor:

A extinção do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades particulares, em honra do Brasil adiantou-se pacificamente de tal moda, que é hoje aspiração aclamada por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação da parte do proprietários. Quando o próprio interesse privado veta espontaneamente colaborar para que o Brasil se desfaça da infeliz herança que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única

⁴⁹ Segundo informações do Museu da Cidade, em São Paulo, a tela foi encomendada ao pintor Pedro Américo por D. Pedro II. Foi pintada em Florença, na Itália, e encontra-se atualmente no Salão Nobre do museu paulista. Mede 4,15m de altura por 7,60m de largura. Disponível em: <<https://www.museudacidade.prefeitura.sp.gov.br/sobremcsp/casa-do-grito/quadro-de-pedro-americo-de-figueiredo-independencia-ou-morte>>. Acesso em: 29 de agosto de 2021.

exceção que nele figura, em antagonismo com o espírito cristão e liberal de nossas instituições. Mediante providências que acautelem a ordem na transformação do trabalho, apressem pela imigração o povoamento do país, facilitem as comunicações, utilizem as terras devolutas, desenvolvam o crédito agrícola e aviventem a indústria nacional. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1888, 4 de maio, p. 1)

O discurso se encerrava após a princesa mencionar a convicção do governo de que as ações a serem tomadas contribuiriam para o crescimento do país, e lembrou aos parlamentares: “Muito elevada é a missão que as circunstâncias atuais vos assinalam. Tenho fé que corresponderéis ao que o Brasil espera de vós. Está aberta a sessão” (*Idem*, 1888, p. 1). O discurso repercutiu, e nos dias que se seguiram o jornal divulgava que soubera que parlamentares liberais estavam realizando reuniões em um hotel da cidade (Grande Hotel) para discutir qual seria o posicionamento do grupo sobre a lei que estava na iminência de ser apresentada pelo governo. No dia 7, o *Gazeta* divulgava que a decisão dos liberais fora a de apoiar a abolição imediata e sem condicionantes. Ao tempo em que acompanhava a lei da Abolição, o periódico também publicava na primeira página críticas ao uso da chibata nos marinheiros imperiais, e trazia texto sobre a seca no Ceará que mostrava ser motivo de preocupação.

Ainda em maio, o *Gazeta* inseria no jornal o Boletim Parlamentar e o Diário das Câmaras, espaços que passaram a fazer parte da publicação no segundo semestre do ano. No dia 8, o Boletim Parlamentar informava sobre a apresentação do novo ministério constituído após demissão coletiva do ministério anterior, e noticiava a morte do redator-chefe do Jornal do Comércio, Luiz de Castro. Finalmente em 9 de maio, o governo apresentava à Câmara o projeto de lei de Abolição. Segundo o jornal, a partir daí a população passara a acompanhar as sessões parlamentares, dentro e fora dos edifícios onde funcionavam a Câmara e o Senado. Sobre o acompanhamento do público, descrevia: “A multidão era enorme não só dentro do recinto, como na rua da Misericórdia, onde se achavam os estandartes da Configuração Abolicionista e uma banda de música”.

A mobilização popular prosseguia, e no dia 10 fora aprovado em segunda discussão na Câmara o projeto extinguindo a escravidão. Finalmente, no dia 11, a lei foi aprovada definitivamente na Câmara. Pelos textos publicados se pode concluir que o projeto seguira no mesmo dia ao Senado, pois no dia 12 era publicado que o projeto estava em segunda discussão entre os senadores. Ainda no dia 12, era informado na

primeira página que a imprensa decidira promover festejos populares para comemorar “a decretação da lei que extingue a escravidão no império”. Além do *Gazeta de Notícias*, aderiram ao propósito os seguintes jornais: *Jornal do Comércio*, *Cidade do Rio*, *Diário de Notícias*, *Revista Ilustrada*, *Época*, *Gazeta da Tarde* e *Novidades*. Haveria reunião entre representantes da imprensa para definir qual seria a programação. Finalmente, no dia 13, domingo, o jornal anunciava que a lei fora aprovada nas duas casas parlamentares.

A primeira página do dia 14 de maio exibia em letras garrafais a extinção da escravidão no país. Pelas informações que ocuparam as primeiras páginas do jornal a movimentação na cidade era intensa. E os textos que informavam sobre comemorações, bem como que parabenizavam pela Abolição tomavam a maioria os espaços disponíveis nas primeiras páginas no periódico. No dia 15, a comissão de imprensa na qual Ferreira de Araújo fora escolhido vice-presidente comunicava sobre os eventos comemorativos que ocorreriam na capital de 17 a 20 de maio. No dia 17 pela manhã estava prevista uma missa campal no campo de São Cristóvão, à tarde desfile da guarnição da corte e das forças do mar, e à noite as ruas estariam iluminadas, embandeiradas, e bandas de músicas tocariam nos coretos. Para o dia 18 se anunciava corrida de cavalos no Derby Club, com entrada gratuita. Seria mantida execução de música nas ruas, além da distribuição de poesias. Durante a noite haveria, ainda, espetáculo gratuito nos teatros Sant’Anna, Lucinda e Recreio Dramático. O teatro Politeama exibiria uma tourada também com entrada gratuita. No dia 19 pela manhã ocorreria desfile de alunos e alunas de escolas públicas e privadas da capital. À tarde as comemorações prosseguiriam com uma regata na baía de Botafogo, e à noite um baile popular teria lugar no largo do Paço entre o chafariz e o edifício do Ministério da Agricultura, dizia o jornal. Finalmente, no dia 20 ocorreria o grande passeio da imprensa, previsto para iniciar às 2 horas da tarde, saindo da praça da Aclamação. À noite, a previsão era de um grande show de fogos de artifício.

No dia 19, em nome da comissão da imprensa, o *Gazeta* agradecia à população “pela ordem e tranquilidade nos festejos públicos”. Em todos os dias relacionados aos eventos a primeira página descrevia os acontecimentos do dia anterior, e publicava textos sobre comemorações e felicitações que continuavam a chegar do país e do exterior. Ainda no dia 23 era publicado sobre congratulações de governos estrangeiros. A saúde do Imperador, porém, preocupava a todos. Se noticiava que o parlamento fora tomado por um tipo de apatia. A última semana do mês de maio se

arrastava e no dia 26 o jornal relatava: “As sessões nas duas casas do parlamento estão se arrastando sonolentemente. A política está em férias e o governo e as câmaras estão ainda sob a influência benéfica da lei de 13 de maio”. Apesar de outros temas constarem na primeira página o mês de maio terminava com a observação de que “as sessões na Câmara e no Senado continuam na mesma calma” (*Ibidem*, 1888, 1º a 31 de maio, p. 1).

3.2.1 Os problemas de saúde do Imperador

Enquanto o processo que conduziria à abolição tramitava em ritmo mais acelerado durante o mês de maio, a saúde do Imperador, que estava na Europa para tratamento de saúde (agora em Milão) sofreu uma reviravolta. Notícias que chegavam do exterior mostravam que nos primeiros dias de maio o monarca cumpria algumas agendas sociais. Contudo, no dia 4 o jornal exibiu uma nota que alertaria para o começo de uma crise que tivera origem no dia anterior: “Sua Majestade o Imperador foi atacado ontem de um embaraço gástrico, acompanhado de ligeira febre. Sua majestade acha-se de cama”. A mensagem acrescentava que a situação não era grave, mas que fora adiada a viagem a Paris.

Nos dias que se seguiram, o acompanhamento da saúde do Imperador passou a ser diário. No dia 8, havia informação de que fora chamado um médico de Paris para examiná-lo, conhecido como “Dr. Charcot”. O problema se agravava e um médico italiano, Dr. Semmola, também examinara o imperador mas não dera seu diagnóstico. As especulações sobre o quadro de saúde continuavam, e iam desde “perturbações nervosas”, “pleurisia”, até “nefrite assaz grave”. Telegramas diários confirmavam que o quadro era sério e que o monarca não recebia mais visitas. No dia 12, uma informação do *Gazeta* anunciava: “Sua Majestade está gravissimamente enfermo, e há sérios perigos para sua existência”. Os telegramas recebidos da Europa informavam sobre os tratamentos aos quais o Imperador estava submetido, e no dia 16 o jornal noticiava que a equipe médica entendia que a crise tinha passado e o monarca estava em recuperação, mas um dos membros da equipe, o médico francês Dr. Charcot, que então voltava a Paris, divergia do otimismo e opinava que o quadro ainda inspirava cuidados. Do dia 17 ao dia 22 as mensagens informavam sobre melhoras contínuas.

No dia 23, porém, chegavam notícias sobre novo agravamento do quadro de saúde e mencionavam que o monarca tinha sido acometido de uma “paralisia”. Um texto vindo de Milão assinado pelo *Gazeta* dizia que o Imperador havia recebido os sacramentos ministrados pelo arcebispo. No dia 24, o *Gazeta* informava que as notícias não eram tranquilizadoras, mas que no dia anterior muitas informações recebidas eram contraditórias, ainda assim, havia melhoras nos relatos — a paralisia havia cessado. O jornal mencionava que a população estava aflita por notícias que ainda não eram boas. Na última semana do mês era relatado sobre a reversão do quadro, apesar de o monarca se encontrar muito debilitado em decorrência das crises que enfrentara. Havia previsão, inclusive, de que seguiria para tratamento em Aix-Les-Bains,⁵⁰ na França, assim que possível (*Ibidem*, 1888, 1º a 31 de maio, p. 1-2).

3.4 Segundo semestre

De junho a dezembro a configuração da primeira página do jornal mudou em relação ao primeiro semestre. As colunas “Boletim Parlamentar” e “Diário das Câmaras” passaram a ocupar com mais frequência a primeira página. A saúde do Imperador continuou a ser tema para acompanhamento. No dia 2 de junho, por exemplo, uma notícia do dia anterior vinda de Milão relatava que o monarca continuava em tratamento rigoroso com o doutor Semmola: “Os resultados que o ilustre professor têm obtido com esse tratamento prometem grandes e sucessivas melhoras”, concluía o texto. Foi também reproduzida informação da agência Havas, que relatava viagem próxima do monarca, provavelmente para Aix-Les-Bains, na semana seguinte. Em outra matéria, intitulada “A moléstia de S. M. o Imperador”, o jornal relatava que encontrara notícias no *Secolo*, de Milão, relativas aos dias 7 e 8 de maio, e estas diziam que o monarca estivera “muito” e não apenas “ligeiramente doente”. No dia 13 de junho, um texto da agência Havas, de Aix-les-Bains, mencionava: “O estado de saúde de S. M. o Imperador do Brasil tem melhorado rapidamente. As chuvas destes últimos dias não permitem que S. M. saia para os seus passeios de costume”. Finalmente, em 29 de junho, várias notícias chegaram da Europa com relatos sobre melhora da saúde do monarca, uma das mensagens

⁵⁰ Região balneária da França às margens do lago do Bourget, localizado na região da Auvérnia-Ródano-Alpes.

informava: “Os médicos consideram o Imperador em vias de completo restabelecimento”.

Ainda em junho, a coluna intitulada “Era Nova”, publicada nos dias 13, 19 e 24 do mês, comentava sobre projeto denominado burgos agrícolas, e questões que envolviam imposto territorial. O projeto de burgos propunha um modelo para alocação dos imigrantes na área rural, uma vez este público continuava a desembarcar no país. Ainda em junho (dia 19), o jornal informou sobre a intenção de se promover uma reforma judicial, projeto que estaria sendo elaborado pelo Ministro da Justiça para posterior apresentação ao parlamento.

No mês de julho, o jornal permaneceu com a primeira página a exibir acompanhamento mais próximo das discussões em andamento no Congresso, tanto por meio do “Boletim Parlamentar” como na seção “Diário das Câmaras”. O segundo continha resumos dos temas tratados — fossem projetos, requerimentos, pedidos de informação, ordem do dia, discussões e apartes. O “Boletim Parlamentar” apresentava um perfil mais analítico sobre temas no âmbito político. Em relação ao Imperador, no dia 22 de julho notícias recebidas de Aix-les-Bains informavam: “SS.MM. Imperiais pretendem partir daqui diretamente para Bordeaux. Em Bordeaux embarcarão, em viagem de regresso para o Brasil”. Aproximava-se, finalmente, a possibilidade de retorno do Imperador ao país. A mensagem esclarecia que o casal imperial e comitiva estariam a bordo do vapor *Congo*, que partiria da Europa no dia 5 de agosto.

Em 30 de julho, a coluna “Cousas Políticas” criticava a demora de solução financeira para o setor agrícola após a abolição — e no texto, o autor resumia os projetos que então tramitavam no parlamento: “Durante toda semana cuidou-se de finanças no parlamento: projeto de bancos de crédito real aceito pela câmara, projeto de bancos de emissão, aprovado pelo senado, empréstimo do Banco do Brasil para auxiliar a lavoura”. Contudo, em relação à agricultura, o autor temia que as soluções pudessem chegar tarde:

(...) Perdeu-se parte de uma colheita abundantíssima; é o mal que mais entra pelos olhos, mas é positivamente o mal menor. Há lavradores que a perderam toda. Há os que devem dinheiro aos bancos por hipoteca, e não puderam pagar as prestações dos dois últimos anos, em que a colheita foi escassa, não podem pagar a deste, e, não tendo com que pagar trabalhadores para o preparo das plantações, não terão colheita para o ano; daí a falência, a entrega dos estabelecimentos rurais aos bancos, e, se o fato se der em larga escala, a depreciação dos valores deles (...). (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1888, “Cousas Políticas”, 30 de julho, p. 1)

Apesar das questões debatidas no âmbito parlamentar, no penúltimo dia do mês a primeira página ainda dividia espaço com resultados das corridas de cavalos no “Derby Club”, o sempre presente Folhetim, que apresentava o texto “Honra por Honra”, de Jorge Durval, e a continuação de texto assinado por Carlos von den Steinen,⁵¹ intitulado “Na Gema do Brasil, a procura do Xingu”.

O mês de agosto foi marcado pelo retorno do Imperador ao país. A partir da confirmação da data de partida, um grande evento de recepção começou a ser planejado na capital. As comemorações contaram com a participação financeira dos bancos, pois no primeiro dia do mês, o jornal informava: “Os bancos desta capital concorrem com as seguintes quantias para os festejos organizados para a recepção de Suas Majestades em seu próximo regresso a esta corte”. Em seguida, listava: Banco do Brasil, Internacional, Rural, Comercial, do Comércio, Crédito Real do Brasil, Industrial e Mercantil, English Bank, London Brazilian Bank, Banco D’el Credere e Auxiliar. Os valores de contribuição somavam 36:000\$000 (trinta e seis contos de réis) (*Gazeta de Notícias*, 1888, 1º de agosto, p. 1). O Imperador, acompanhado da Imperatriz e de uma pequena comitiva, chegou ao país em 22 de agosto. Na edição do dia 23 havia relatos detalhados sobre a viagem e o desembarque na capital. A descrição do evento ocupou integralmente a primeira, e quase a metade da segunda página.

O retorno do monarca começou a ser acompanhado a partir dos primeiros avistamentos do vapor *Congo* na costa brasileira:

(...) Às 3 horas da madrugada de ontem o *Congo* passou por Cabo Frio. A bordo um grande silêncio. Todos dormiam. Fizeram-se os sinais para o farol, e o paquete continuou no seu caminho. Dobrado Cabo Frio, subiram ao ar foguetes, em algumas povoações da costa. Foram estas as primeiras saudações aos augustos viajantes em terras da pátria [...] Quando às 3h45 da manhã, de todos os morros da cidade subiram ao ar girandolas atroadoras, anunciando que Cabo Frio constatava a passagem do *Congo*, muitas janelas se abriram e a elas assomaram cabeças de gente que mal dormira, perturbadas pela expectativa dos festejos próximos, imediatamente próximos (...). (*Idem*, 1888, 23 de agosto, p. 1)

O *Gazeta* continuou a narrar a movimentação de pessoas na capital após a confirmação do primeiro avistamento do navio, tanto em relação aos cidadãos, como aos militares das áreas responsáveis pela recepção. Pelos relatos, a população

⁵¹ Cientista alemão. Seu trabalho é tema de livro da editora da USP, Edusp, *Karol von den Steinen – Um século de antropologia no Xingu*, que no texto de apresentação indica ter sido cientista pioneiro que impulsionou a etnologia brasileira. Há outras referências ao seu trabalho no âmbito acadêmico disponíveis na internet.

acordara muito cedo para participar dos festejos. “A cidade apresentava um ar festivo; muitas casas, principalmente das ruas Direita e Ouvidor decoradas, quase todas, senão todas embandeiradas”, dizia o jornal. Em vários endereços as pessoas procuravam se colocar em lugares que lhes permitissem boa visibilidade, inclusive em telhados, descrevia o periódico:

(...) A rua do Ouvidor, que é o coração que concentra o sistema circulatório da cidade estava apinhada desde as 6 horas da manhã, mas transitava-se facilmente, porque não havia ondas de povo em sentido inverso: todo mundo se dirigia ao arsenal da Marinha, na doce ilusão de lá chegar, quando por muito feliz se devia dar o que conseguisse atingir a frente da repartição do correio [...] No largo do Paço acumulava-se também enorme massa de povo; e as casas da imediações, Royal Hotel, Catta Preta e outras, tinham não só portas e janelas, mas os próprios telhados invadidos. Até os postes telefônicos serviam de pontos de observação [...] Foi também avultada a concorrência nas praias do Botafogo, do Flamengo, da Gloria e de Santa Luzia, para apreciar o magnífico espetáculo que à entrada do *Congo* se desenrolava no mar (...). (*Ibidem*, 1888, 23 de agosto, p. 1)

O jornal listou as várias embarcações que saíram ao encontro do *Congo*. Em seguida passou a descrever a movimentação no mar, bem como todos os atos protocolares, salvas de tiros, e demais ações que se desenvolveram até que fosse alcançado o vapor onde estava a família imperial e comitiva. Segundo o *Gazeta*, o mar estava calmo e “uma esplêndida manhã auxiliou poderosamente a beleza do espetáculo que se observava nas águas da baía”. Apenas às 10 horas e 20 minutos a família imperial, acompanhada de ministros e pessoas da corte, desembarcou no arsenal da Marinha. Em relação ao encontro entre os membros da família real, ainda no mar, o *Gazeta* descreveu a emoção da princesa ao reencontrar o Imperador e a Imperatriz: “O Imperador soube reprimir a sua comoção; a Imperatriz e a Princesa, porém, choravam comovidíssimas” (*Ibidem*, 23 de agosto, 1888, p. 1). Depois disso, o jornal descreveu em detalhes todo o trajeto percorrido em terra, e nominou as autoridades e instituições presentes em cada solenidade.

Ainda no mês de agosto (amostra dos dias 5 e 7), o *Gazeta* recebeu cumprimentos de vários jornais do país pelo aniversário da publicação. Os textos eram elogiosos e parabenizavam os treze anos de existência do periódico.⁵² Em 30 de agosto, na coluna Boletim Parlamentar, o jornal mencionava que o tema que tivera “eco nas duas casas do parlamento”, fora o encerramento das aulas no Liceu de Artes e Ofícios. Na mesma página, outra matéria complementava a informação ao citar que

⁵² Embora constasse no alto da primeira página “ano XIV”, as felicitações se referiam aos treze anos do periódico “completados” em 2 de agosto. Em setembro de 1888 se iniciava, efetivamente, o décimo quarto ano do *Gazeta*.

o encerramento das atividades do Liceu fora causado por sua precária situação financeira, mas que havia sido autorizado que a instituição vendesse suas apólices e buscasse as operações de crédito necessárias para pagamento de seus compromissos (*Ibidem*, 1888, 30 de agosto, p. 1).

Na amostra de setembro, a coluna “Cousas Políticas” do dia 3 informava sobre duas representações contrárias a um projeto de lei sobre liberdade religiosa que tramitava no parlamento: uma firmada por um bispo do Pará, e a outra assinada por “senhoras”. O colunista teceu críticas aos argumentos da segunda representação. Na época, a religião oficial do país era a católica, mas eram toleradas outras religiões para culto doméstico. Com o aumento da imigração, o projeto permitiria cultos não católicos não mais restritos ao ambiente privado. No dia 11, a primeira página relatava a realização de um congresso médico na capital e atualizava as informações sobre projetos que tramitavam no parlamento. No dia 16, a Crônica da Semana discorria sobre a importância do congresso médico na capital, e outros temas corriqueiros que foram notícia no período. Duas outras colunas informavam sobre ações de auxílios à lavoura e andamento do projeto de bancos de emissão. Os temas para acompanhamento no parlamento continuaram com poucas alterações. No dia 26, o autor do Boletim Parlamentar comentava perceber uma certa apatia na câmara. Na mesma edição, uma coluna informava sobre projeto de Reforma eleitoral e outros assuntos recorrentes da primeira página, tais como: imigração, assembleias provinciais, além dos sempre presentes textos literários.

No começo do mês de outubro (9), o autor do Boletim Parlamentar comentava: “A Câmara continua a perder seu tempo, como se fosse muito aquele de que pode dispor”, criticando o adiamento da discussão de um projeto que considerava importante. Em outra coluna, era informado sobre a tentativa de fuga de presos da Casa de Detenção da Corte. A descrição ocupou quase três colunas e retratou diversas situações internas que revelavam fragilidades naquela instituição. No dia 17, além do acompanhamento das discussões no parlamento, o tema que ocupou a primeira página foi a Escola Naval. “Deve entrar em terceira discussão no Senado o projeto do governo sobre reorganização da Escola Naval, com as emendas apresentadas pela comissão da marinha”, dizia parágrafo inicial, e o colunista passou a comentar os itens da proposta que se referiam às disciplinas do currículo para formação dos graduados. No dia 28, seção “Crônica da Semana”, o cronista informou e fez considerações sobre o lançamento de “uma brochura publicada e distribuída

pela casa Garnier — *Ao correr da pena*, folhetins semanais de José de Alencar”.⁵³ No dia 29, duas matérias na primeira página se referiam a escolas. A primeira relacionada à Escola Naval, que tivera projeto de reforma aprovado pelo Senado e então seguiria para a Câmara, e a segunda, expunha vários itens para reforma da Escola Normal da corte.

Em novembro (dia 2), o jornal destacou em duas colunas os temas “melhoramentos na cidade”, no qual criticou que os projetos para melhorias da capital não saíam do papel, e “abastecimento de água”, tema que originou reunião no teatro Politeama. A reunião no teatro debatera proposta de instalação de “medidores de água” na cidade, mas o encontro resultara na redação de uma moção contrária à medida. Também no dia 2 foi publicado texto que ocupava quase uma coluna da primeira página, intitulado : “Os crimes em Londres”. O primeiro parágrafo indicava que a matéria fora exposta anteriormente, pois iniciava com a frase: “Continua em Londres, e principalmente no bairro Whitechapel,⁵⁴ a excitação causada pelos assassinatos de mulheres”. No domingo de 18 de novembro, o cronista comentava sobre indenização aos fazendeiros em decorrência da Abolição, e nos temas da cidade narrava vários casos de falsificação de alimentos que foram flagrados pela inspetoria de higiene. Mais uma vez, o jornalista voltava a criticar a qualidade da carne vendida na capital — haja vista que em março o tema matadouros clandestinos havia sido incluído na primeira página:

(...) A carne vem do matadouro em estado tal que parece ter tomado a sério a denominação verde que se lhe dá. Tresanda ao longe, e, quando se leva ao prato, dir-se-ia que não foi sacrificado um boi — porém um bando de urubus. Os doces em calda jazem de conserva em ácido salicílico, as manteigas contêm mais margarina e gorduras estranhas do que outra coisa, sem levar em linha de conta o seu bocadinho de cobre, para adoçar a boca do consumidor... Os xaropes também trazem grande quantidade do terrível ácido salicílico, do mesmo modo os vinhos e as cervejas. (*Ibidem*, 18 de novembro, p. 1)

Ainda em novembro (dia 26), uma matéria relatava a suspeita da população em relação a uma possível doença contagiosa nos cavalos das companhias de bondes. O jornal, entretanto, esclarecia que os animais haviam sido examinados por

⁵³ Publicação póstuma, José de Alencar falecera em 1877.

⁵⁴ O texto descrevia a situação do bairro inglês após uma sequência de assassinatos de mulheres, das quais o criminoso também arrancava órgãos internos. Pela data da publicação, localidade, e descrição dos crimes, uma hipótese possível é que se trate da sequência de assassinatos nos quais nunca houve identificação do autor, porém, o desconhecido viria a ser chamado posteriormente pelo pseudônimo de “Jack”. No Brasil, “Jack, o estripador”; em língua inglesa “Jack, the ripper”.

veterinários que concluíram não se tratar de nada grave ou contagioso. No mesmo dia, em “Cousas Políticas”, o colunista lamentou que o ano estivesse terminando e o projeto que previa liberdade de cultos ainda estivesse tramitando nas comissões. Comentava, ainda, sobre o discurso de encerramento de sessão parlamentar feita pelo Imperador alguns dias antes no qual, a seu ver, o monarca mostrou que aprovava a Abolição:

(...) O que se diz na fala sobre a abolição tem uma nota mais pessoal que política, mas que ainda assim encerra, sob este último ponto de vista, a solidariedade do soberano com os atos da Princesa Regente; se a decretação dessa lei consolou o monarca das saudades da pátria e chegou a minorar-lhe os sofrimentos físicos, é que ele a aplaude com o espírito e o coração (...). (*Ibidem*, 26 de novembro, *Cousas Políticas*, p. 1)

Na amostra do último mês do ano se pode perceber que dezembro passou sem grandes reviravoltas no campo político, o Boletim Parlamentar e o Diário das Câmaras deixaram de ser publicados na amostra analisada, provavelmente pelo recesso. A seca no Ceará era tão grave que provocava migrações de cearenses para outros estados. O tema também estivera presente na primeira página dos dias 2 e 29, sob os títulos “seca no Ceará” e “emigrantes cearenses”, respectivamente. A descrição da situação do estado pode ser lida na segunda página do dia 24 de dezembro, em texto assinado por um correspondente do *Gazeta*. O jornalista apresentava um retrato dramático da situação e citava, inclusive, a descrição de pessoas magras como esqueletos a fugir da fome.

Em 17 de dezembro, na crônica *Cousas Políticas*, o autor comentou que durante o recesso parlamentar se deveria refletir sobre os projetos de lei que seriam necessários para resolver futuras questões com os imigrantes que chegavam ao país em número que “excedeu” expectativas, tais como: o projeto de burgos agrícolas e o projeto de liberdade de cultos. O segundo tema, ainda no final de novembro, havia sido citado pelo colunista, para quem seria necessário conceder aos imigrantes “não só a liberdade de suas crenças, mas o exercício pleno de seus cultos”.

Em resumo, foi observado nos conteúdos selecionados da primeira página que a cidade iniciou o ano mencionando libertação voluntária de escravizados na seção Telegramas, se voltou para o carnaval no mês de fevereiro, que igualmente fazia referência ao processo político que resultaria na lei de 13 de maio, e em março a atenção se voltaria para a substituição do delegado da cidade e a alteração do ministério liderado por Cotegipe. Em abril, seguia o movimento de discussão política

em direção ao mês de maio — e este acabou dividido entre as semanas que precederam a aprovação da lei da Abolição, e as semanas de comemoração na capital. No segundo semestre, a cidade se movimentou para recepcionar o monarca que retornaria ao país em agosto, e o jornal cobrava do parlamento a aprovação de leis que considerava importantes, tais como: a liberdade de cultos para o processo de imigração, uma vez que a chegada de imigrantes no país seguia um curso cada vez mais acelerado, e a necessidade de ações de auxílio à lavoura. Em todo período, outras questões nacionais eram listadas, como o problema da seca no Ceará, o acompanhamento das eleições nas Províncias, e as notícias internacionais. O ano se encerrou sem maiores novidades, como se observou no período setembro-dezembro. E como o diretor do *Gazeta* não parecia direcionar o olhar apenas para a capital, mas também para o país e o exterior, a leitura completa do jornal permitia se vislumbrar um pouco sobre o contexto que se desenrolava no país e no exterior.

Considerações Finais

Muitos retratos poderiam ser feitos da capital do país a partir da leitura do *Gazeta de Notícias*, ainda que do mesmo ano analisado neste trabalho. Por este motivo, as conclusões abaixo expostas são apenas um olhar possível, elaborado a partir das escolhas e análises desenvolvidas. Assim, o que foi possível concluir a partir das amostras e dos autores consultados está exposto a seguir e basicamente se compõem de um olhar sobre a cidade, suas principais características econômicas, sociais e culturais, e sobre alguns traços da população.

Dos textos analisados se conclui que a capital do país em 1888 era, efetivamente, o centro do poder político e administrativo no país, pois não se observou menção a outras localidades com protagonismo idêntico ou superior ao da capital, ainda que eventualmente fossem detentoras de maior poder econômico. A cidade se mostrou um centro urbano onde as indicações políticas poderiam ocorrer mesmo para cargos locais considerando, por exemplo, a substituição do delegado da cidade por intervenção da Regente, situação descrita em março. A população parecia se mobilizar para acompanhar presencialmente, tanto as reuniões nas casas do parlamento (como na tramitação da lei da abolição, em maio), como para assistir às sessões no judiciário quando interessadas na causa, como ocorreu no julgamento do caso da rua Uruguaiana.

E outros relatos citaram moradores saindo às ruas — como o acompanhamento do trajeto dos parlamentares para coleta de assinatura da Princesa Regente na Lei de 13 de maio, que resultou na concentração de imenso público no Paço Municipal⁵⁵. Além dos festejos da Abolição, promovidos por muitos jornais, dentre os quais o *Gazeta de Notícias*, nos quais se realizou a missa campal, além de desfiles nas ruas, regatas na baía do Botafogo, bailes públicos e show de fogos. Somam-se as menções sobre o carnaval que mobilizava várias camadas sociais e instituições, como as equipes de segurança local, as sociedades carnavalescas, pequenos grupos de foliões, grupos musicais, e os cidadãos avulsos, mascarados ou não, que saíam para participar da festa. E, adicionalmente a participação da população em eventos públicos, como nos festejos de retorno do Imperador ao país, nos quais o jornal comentava que a rua do Ouvidor estava cheia de gente desde às seis horas da manhã,

⁵⁵ Evento com registro fotográfico de Antônio Luiz Ferreira e disponível na *Brasiliiana fotográfica* da Biblioteca Nacional (acervo do Instituto Moreira Salles).

os postes telefônicos foram usados como pontos de observação, e as praias do Botafogo, Flamengo, Glória e Santa Luzia estavam lotadas de gente que queria acompanhar o retorno dos monarcas à capital.

Adicionalmente, havia conteúdos que também contribuíam para revelar aspectos culturais e econômicos da cidade e seus habitantes. A sempre presente literatura indicava a existência de um público leitor (ainda que não se restringisse à capital, pois o jornal circulava nacionalmente), a seção de entretenimento do Canhenho denotava receptividade ao humor leve em situações cotidianas, as resenhas e críticas das peças teatrais apontavam para um segmento de leitores locais, pois se referiam a apresentações na capital. Os anúncios publicitários expunham a quantidade e variedade dos produtos ofertados no comércio. E os classificados evidenciavam outros setores da economia, como o mercado de imóveis, nos anúncios de aluguel e venda, o mercado de trabalho, nas ofertas de emprego para pequenos ofícios e trabalhos domésticos, e um setor de livre iniciativa na prestação de serviços, como nas ofertas de aulas particulares, fornecimento de alimentos, concertos e outros, como a oferta de serviços de cartomancia, uma prática que parecia ser admitida em um país onde o catolicismo era religião oficial.

Apesar de existir atividade agrícola em parte do Rio de Janeiro, e uma indústria, ainda em formação, conforme registraram os historiadores do período, o jornal não refletia tal condição, pelos anúncios e serviços ofertados a cidade parecia ser mais voltada para os setores de comércio e serviços. A capital se revelava uma localidade cosmopolita, centro cultural da época, com dez grandes teatros, portos com capacidade para navios comerciais e de passageiros, saídas e chegadas regulares de embarcações de companhias marítimas nacionais e estrangeiras, e linhas férreas para todas as regiões do país. Era uma capital que aparentava manter um olhar contemplativo para Europa, seja em relação à moda, à literatura, às manifestações populares (era explícito o desejo de tornar o carnaval brasileiro mais europeu, e foi longa a perseguição ao entrudo), e mesmo em relação à comunicação a influência europeia estava presente, pois além da língua herdada de Portugal o francês parecia ter sido a escolha *adicional* da população letrada, haja vista a presença de expressões idiomáticas e trechos inteiros em francês no jornal.

A capital também mantinha comércio de produtos sofisticados, como os que Leclerc (1890) observara nas vitrines da rua do Ouvidor, e um setor de serviços que se adaptava às atrações culturais e eventos locais — aliás, os anúncios sazonais

mostravam que o comércio publicava suas ofertas antes dos grandes eventos, como no período pré-carnaval em que se divulgava a venda e aluguel de fantasias, limões-de-cheiro, instrumentos musicais para os Zé-Pereiras, ingressos para os grandes bailes de máscaras, e até aluguel de “janelas” da rua do Ouvidor para o público assistir aos desfiles. E o mesmo ocorrera com as comemorações da abolição, na qual havia oferta de roupas prontas para festas “da imprensa”, aluguel de bandeiras, galhardetes, colchas de damasco de seda, globos, cadeiras, cortinas, arandelas, candelabros, e outros objetos.

Finalmente, as informações da parte comercial, revelavam atuação financeira bem desenvolvida na época, seja por parte dos bancos públicos ou privados situados na capital, ou mesmo do governo que já havia criado uma instituição para controle da dívida pública, a Caixa de Amortização. Além disso, havia controle sobre entradas e saídas de mercadorias nos portos, bem como das que eram transportadas nas ferrovias. Assim, pela parte comercial os leitores do jornal também tinham acesso a diversas informações como taxas de câmbio, cotação de papéis, cotações de preços das sacas de café, circulação de mercadorias nos portos e ferrovias, dentre outras.

Nos temas locais em destaque na primeira página, entretanto, se viam informações que permitiram perceber algumas deficiências da capital à época, tais como: crises para abastecimento de água (em mais de um exemplar da amostra surgiram textos sobre a questão), fiscalização insuficiente sobre produtos alimentares comercializados (matérias sobre matadouros clandestinos, produtos adulterados com ácido salicílico e outros elementos), problemas na atuação da polícia (matérias publicadas em março) e fragilidades da Casa de Detenção (matéria de outubro). Nas últimas páginas, a publicidade de medicamentos e os anúncios de tratamentos de saúde sinalizavam que algumas doenças certamente eram frequentes na população, tais como: as diarreias, reumatismos, gonorreias, anemia, fadigas, febres, problemas do fígado, problemas pulmonares, tosses e nevralgias.

Os anúncios sobre vendas de tecidos quando comparados aos dos classificados que se intitulavam “precisa-se” e buscavam costureiras e alfaiates, sugeriam que o vestir dependia de um “fazer” local. E mais, o vestir não parecia ser simples, porque buscava imitar a moda europeia em uma cidade de clima tropical.

Em relação à morte, os obituários retratavam que o jornal servia de canal para oficializar os agradecimentos das famílias aos que compareciam às cerimônias fúnebres de seus entes queridos, bem como divulgavam as missas de sétimo ou

trigésimo dia aos mortos. A religião católica era predominante na população que ainda vivia um processo de recebimento de imigrantes, condição que provavelmente não se alteraria, pois se pode observar que os países com maior representatividade na imigração também eram de tradição católica, como Itália, Portugal e Espanha.

A imprensa na capital parecia ter um papel de destaque se comparada à outras regiões do país, considerando que Alfredo do Valle Cabral, autor do *Guia do viajante* (1884), e Max Leclerc, autor de *Lettres du Brésil* (1890), consideravam o *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Comércio* (ambos do Rio de Janeiro) os maiores jornais do país, em um período em que havia periódicos nas demais Províncias. É provável que a importância do *Gazeta de Notícias*, acrescida ao fato de ser um jornal da capital na qual estava instalado o poder político e administrativo, resultasse no que foi observado na seção *Publicações a Pedido*, ou seja, de que muitas reclamações da seção fossem originárias de várias regiões do país e não apenas do Rio de Janeiro. Ainda assim, nas que se referiam aos problemas da capital se liam relatos que revelavam fragilidades típicas de um centro urbano, como: pedido para conserto de ponte, melhorias em estradas, problemas com obras em andamento, atuação de funcionários públicos, preços das barcas, dentre outras.

Em relação às classes sociais, é possível notar que os teatros com espaços diferenciados por segmento de renda, a rua do Ouvidor com vitrines de produtos finos, as empresas de navegação com linhas regulares para viagens internacionais, como América do Norte e Europa, e mais os cemitérios particulares, clubes carnavalescos com mensalidades que segregavam os que não podiam pagar, escolas particulares, faculdade de medicina, engenharia (Instituto Politécnico), escola de belas artes, comércio de confecções sob medida, dentre outros exemplos, sugeriam que havia na capital uma classe com poder econômico para acesso a um estilo de vida que se poderia ser considerado de alta renda. Entretanto, em algumas seções como júri ou relatos policiais, festas de carnaval e classificados, se podia observar que havia uma classe menos abastada, outro segmento de pessoas, às vezes até sem ocupação na capital, se forem considerados como indicativos os pequenos furtos de roupas novas e usadas, alimentos em pequena quantidade, objetos de baixo valor, as detenções por vadiagem, algazaras, e as ofensas físicas muitas vezes desencadeadas por questões menores resolvidas pela polícia. Somam-se as ofertas de emprego anunciadas nos classificados, que em sua maioria se relacionavam a serviços domésticos e ofereciam vagas para criadas, cozinheiras, passadeiras, engomadeiras,

copeiros, cuidadoras de crianças, com raras menções a remuneração oferecida, também sugeriam existir uma classe de trabalhadores que exerciam estas atividades.

E para além das ofertas de emprego no âmbito doméstico também eram anunciadas oportunidades para pequenos ofícios, tais como: barbeiro, sapateiro, cigarreiro (provavelmente enrolador de cigarros), marceneiro, costureiras, ferreiro, carpinteiro, e algumas vezes postos de vendedores de doces, empadas, bilhetes de loteria e entregas, que torna possível supor seriam vagas destinadas a trabalhadores que não tinham condições de se tornarem funcionários públicos, ou profissionais liberais, ou seja, vagas para uma classe social igualmente menos abastada, que se aproximava daquela que teria como escolha os serviços domésticos. Para estas classes, provavelmente estariam destinados os tratamentos de saúde ou emergência na Santa Casa de Misericórdia, os cemitérios públicos em caso de morte, o risco de prisão por vadiagem se estivessem na condição de desempregados, e como opção de entretenimento a alternativa de sair às ruas para assistir aos desfiles dos grandes e ricos clubes carnavalescos, ou dos pequenos grupos musicais anônimos e sem glamour, que insistiam em participar de um carnaval que buscava se tornar europeu, embora também tenha em alguma medida, e apenas no nível simbólico, incorporado a crítica social em sua temática. E cabe lembrar que dentre as críticas representadas no carnaval do ano estava a libertação dos escravizados — que acabou por marcar na história o ano de 1888.

Finalmente, os textos do jornal *Gazeta de Notícias* não se limitavam a abordar apenas temas da capital, por este motivo questões de outras regiões também eram noticiadas, e o Rio de Janeiro estava mais refletido em algumas seções, e menos em outras. Além disso, alguns episódios históricos descritos e que fizeram parte da amostra analisada estiveram em consonância com os relatos dos historiadores sobre o período. E assim, se pode concluir, adicionalmente, que as matérias do jornal contribuem para adicionar detalhes, movimentos, descrever personagens, locais e ambientes, e tornar a percepção da história no seu desenrolar cotidiano como algo mais intenso e tangível, ainda que neste trabalho tenha sido utilizado como referência apenas um jornal dos muitos que circulavam do período, por sua importância, credibilidade e penetração, uma condição atestada por vários autores citados ao longo dos textos.

Cabe ressaltar, ainda, que os movimentos negros contemporâneos não comemoram a data de 13 de maio, e nem a consideram representativa do final da

escravidão porque não houve qualquer cuidado em relação ao destino da população recém liberta. O abandono dos escravizados à própria sorte foi, inclusive, mencionado por Sodré (2004) e Viotti (2010) no item 1.4, páginas 26 a 28 deste trabalho. Conforme descrito pelos historiadores citados na revisão bibliográfica, a assinatura da lei da abolição foi o resultado de diversos fatores além de pressões em nível nacional e internacional, e de um movimento pró-abolição que contou com protagonistas negros e destes, no ano analisado, foram mencionados José do Patrocínio e André Rebouças, ambos do Rio de Janeiro, e Luís Gama, de São Paulo. Atualmente, os movimentos negros consideram a data de 20 de novembro como mais representativa de suas lutas, pois nesta data foi morto Zumbi, líder do quilombo dos Palmares que se tornou símbolo da resistência negra à escravidão. Quanto ao carnaval, se pode observar nos dias atuais que a festividade perdura na antiga capital, inclusive em relação aos aspectos simbólicos.

Referências Bibliográficas

Livros e artigos

ABRÃO, Janete. O Brasil de Max Leclerc, *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 38, supl., p. S116-S128, nov. 2012. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1245>>. Acesso em: 11 de junho de 2021.

ASPERTI, Clara Miguel. *A vida carioca nos jornais: Gazeta de Notícias e a defesa da crônica*. Contemporânea v. 4, n. 2, p. 45-5, nov. 2015, p. 48, 52-3. Disponível em: <http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_07/06CLARA.pdf>. Acesso em: 8 de junho de 2021.

ASSIS, Machado de. *A Semana. obra coligida por Mário de Alencar*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1910. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518654>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Síntese dos Padrões Monetários Brasileiros*. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/museudocs/pub/SintesePadroesMonetariosBrasileiros.pdf>>. Acesso em: 16 de julho de 2021.

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm> Acesso em: 2 de agosto de 2021.

CABRAL, Alfredo do Vale. *Guia do viajante no Rio de Janeiro*, acompanhado da planta da cidade, de uma carta das estradas de ferro do Rio de Janeiro Minas e São Paulo. 1ª ed., Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1884. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/2641>>. Acesso em: 16 de julho de 2021.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9ª ed., São Paulo: UNESP, 2010.

DINES, Alberto. *O papel do jornal*. 8ª ed., São Paulo: Summus Editorial, 1986.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2ª ed., 6ª reimpressão, São Paulo: Edusp, 2014.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas Históricas do Brasil. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988*. 2ª ed., revista e atualizada. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

LECLERC, Max. *Lettres du Brésil*. 1ª ed., Paris: E.Plon, Nourrit et C^{ie}, imprimeurs, éditeurs, 1890. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518720>>. Acesso em 8 de junho de 2021.

MELO, Barreto Filho; LIMA, Hermeto. *História da polícia do Rio de Janeiro, aspectos da cidade e da vida carioca 1870-1899*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1944. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or117533/or117533.pdf>. Acesso em 6 de agosto de 2021.

MINÉ, Elza. *A Geração de 1870 e o Brasil: alguns ângulos e percursos*. *Via Atlântica*, 213-24, 2006, p. 215. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50051>>. Acesso em: 22 de junho de 2021.

NEDER, Gislaine. *Cidade, identidade e exclusão social*. *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 2, n° 3, 1997, p.15. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg3-5.pdf>. Acesso em: 6 de agosto de 2021.

PANIAGO, Paulo. *Outra Viagem: Machado de Assis e a revolução da literatura brasileira*. São Paulo: Amavisse, 2021.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O Carnaval das letras. Literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. 2ª ed. revisada, Campinas: Unicamp, 2004.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. "Mídia e história: ambiguidades e paradoxos". [S.l.: s.n.], 1998. Disponível em : <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/b2da7d98bc2eaf68a3608f5b0a1f4a2a.PDF>> Acesso em : 17 de novembro de 2021.

SODRÉ, Werneck Nelson. *Formação histórica do Brasil*. 14ª ed., Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 2004, p. 274-303.

_____. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SILVEIRA, Daniela Magalhães de. *A Gazeta de Notícias e sua "oitava" coluna*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH, São Paulo, jul. 2011. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548855456_0ee16b09e0363f072f709ed9f01f3e28.pdf>. Acesso em: 30 de junho de 2021.

ZILLOTTO, Guilherme Antônio. *Dois séculos de dívida pública. A história do endividamento público brasileiro e seus efeitos sobre o crescimento econômico (1822-2004)*. São Paulo: UNESP, 2011.

Jornais e revistas

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 2 de agosto e 31 de dezembro de 1875. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-noticias/103730>>. Acesso em: 23 maio de 2021.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 6, 8, 14, 24 e 31 de janeiro, 5, 10, 13, 14, 15 e 28 de fevereiro; 3, 9,11,23 e 28 de março, 4, 12, 19, 22 e 30 de abril de 1888. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-noticias/103730>>. Acesso em: 23 maio de 2021.

_____. Rio de Janeiro, 01 a 31 de maio de 1888. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-noticias/103730>>. Acesso em: 28 de julho de 2021.

_____. Rio de Janeiro, 02,13,19,24 e 29 de junho, 05,14,22,14 e 30 de julho, 01,05,07,23 e 30 de agosto, 03,11,16,22 e 26 de setembro de 1888. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-noticias/103730>>. Acesso em: 21 de maio de 2021.

_____. Rio de Janeiro, 09,17,25,28 e 29 de outubro,02,10,18, 21 e 26 de novembro, 02,17, 24 e 27 de dezembro de 1888. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-noticias/103730>>. Acesso em: 10 de agosto de 2021.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, nº 250, 25 de outubro de 1885. Disponível em : < <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-tarde/226688> > Acesso em: 30 de setembro de 2021.

O MEQUETREFE. Rio de Janeiro, nº 300, 10 de fevereiro de 1883. Disponível em: < <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/mequetrefe/709670> > Acesso em: 30 de julho de 2021.

_____. Rio de Janeiro, nº 354, 30 de outubro de 1884. Disponível em: < <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/mequetrefe/709670> > Acesso em: 30 de setembro de 2021.

_____. Rio de Janeiro, nº 366, 20 de fevereiro de 1885. Disponível em: < <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/mequetrefe/709670> > Acesso em: 30 de julho de 2021.

_____. Rio de Janeiro, nº 450, março de 1888, p.4-5. Disponível em: < <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/mequetrefe/709670> > Acesso em: 8 de junho de 2021.